

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

***A ESPERANÇA QUE BROTA DA TERRA:*
A AGRICULTURA CONVENCIONAL PRATICADA NA QUITÉRIA
(RIO GRANDE – RS) E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA PELOS
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

**RIO GRANDE
MARÇO DE 2007**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A ESPERANÇA QUE BROTA DA TERRA:
A AGRICULTURA CONVENCIONAL PRATICADA NA QUITÉRIA
(RIO GRANDE – RS) E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA PELOS
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental, sob a orientação do Professor Doutor Humberto Calloni.

**RIO GRANDE
MARÇO DE 2007.**

Termo de Aprovação

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos talvez seja a parte mais difícil deste trabalho. É tanta gente que merece meu agradecimento, que sei que é impossível não ser injusta, não esquecer de alguém fundamental se enveredar-me pelo caminho de citar nomes.

Se eu colocasse aqui o nome de todas minhas amigas e amigos que juntos construíram a minha história cometeria esquecimentos imperdoáveis. Então, vou tentar falar de todas aquelas pessoas que eu amo, que eu amo com toda a força do meu coração. Aquelas pessoas que não me abandonaram nos momentos mais difíceis da minha vida, porque quando esta tudo muito bem, quando estamos contentes e satisfeitos com o curso de nossa vida é muito fácil aos amigos estarem do nosso lado rindo e comemorando. É, contudo, nos momentos de dor, de perda, de desesperança que reconhecemos aquelas pessoas que podemos confiar sempre, aqueles e aquelas que compartilham os mesmos sonhos que nós, embora percorram caminhos diferentes para chegar até eles.

Mesmo nos meus sonhos mais quiméricos nunca estive sozinha. É àquelas pessoas que comigo ousaram sonhar e construir um destino mais justo - implicasse isso no que implicasse - que registro aqui o meu mais sincero e mais profundo agradecimento. Meus companheiros do movimento estudantil e dos movimentos populares de que participei e tenho participado, meus amigos da vida cotidiana, meus amigos que comigo estiveram na graduação, na especialização, no mestrado e em todos os locais por onde passei.

Todas as pessoas que passaram e estão a passar na minha vida foram e serão sempre inesquecíveis, pois seus ensinamentos, mesmo que não intencionais, foram fundamentais, constituem o que sou hoje.

Tenho muito que agradecer a todas as moradoras e moradores da Quitéria, por que é a sua vida, a sua boniteza, a sua crença e desesperança que sempre me guiaram, que me deram força e coragem para escrever essa dissertação, que antes de mais nada é fruto da minha vida e da minha história junto a esses homens e mulheres que tiram da terra seu sustento e que sonham com uma vida melhor, mais digna, mais justa.

Eu sei que eu não tenho a solução para os problemas que eles enfrentam, mas eu queria, com toda a força do meu coração, ter. Mas eu espero poder junto com eles tentar construir uma outra forma de produzir e se relacionar com a terra. Eu acredito na nossa força coletiva para construir uma sociedade justa e fraterna.

Devo agradecer muito, também, a minha família, meu “porto seguro” A ela eu podia voltar sempre que algo desse errado, o que sempre me deu coragem para prosseguir. Especialmente, agradeço a meu pai (onde ele estiver), a minha mãe e a minha irmã, pois sempre estiveram do meu lado e me ajudaram em tudo o que precisei.

Permito-me citar os nomes daquelas pessoas que me ajudaram diretamente na execução desse trabalho, sem as quais ele não teria trilhado o caminho que trilhou:

Além de todas as professoras e professores do mestrado que foram vitais e me ensinaram a ter mais clareza do que é a educação ambiental, agradeço muito e eternamente a meu orientador Humberto Calloni, um exemplo de dignidade, de ética, de amor e respeito pelo outro e pela vida. Um educador no sentido radical da palavra, porque sempre disposto a ajudar, a ensinar, porque seu conhecimento nunca lhe fez arrogante, mas humilde, solidário e fraterno, mostrando que educar é um ato político, mas também um ato amoroso, terno, ou seja, *complexo*. Sua presença como orientador desta dissertação foi muito importante e eu não tenho palavras para agradecer e expressar o quanto é bom ser sua orientanda.

À Maria do Carmo Galiazzi, uma pessoa maravilhosa, que muito contribui com essa dissertação, principalmente por suas aulas e falas, sempre encantadoras e provocativas, nos fazendo (re)pensar a todo o momento nossas práticas, nosso pesquisar. Muito daquilo que está escrito aqui é de autoria dela também, dessa educadora sempre disposta a novos desafios, ao diálogo e ao convívio com as diferenças.

Tenho que agradecer também ao professor Gumercindo Ghiggi, por ter contribuindo com o caminhar da pesquisa, pela maneira suave e serena como fala e aponta onde podemos melhorar. Sua postura sempre fraterna e comprometida com a construção de um outro mundo possível, onde todos possam ser iguais me faz continuar acreditando no papel da ciência e no compromisso que temos que assumir como pesquisadores.

Finalmente, agradeço muito ao Paulinho, o professor Paulo Roberto, por ser uma pessoa tão querida, tão consciente do seu papel como sujeito histórico e, especificamente, como professor, respeitando os limites de seus alunos, disposto a ajudar, caminhando junto e não à frente no processo educativo, o que sempre foi motivo de minha admiração e carinho.

É muito bom poder contar com a contribuição de todos nesta etapa de minha vida, suas críticas e sugestões foram e serão fundamentais para que eu possa continuar construindo o meu caminho e minha história.

Agradeço a CAPES, por ter me concedido bolsa de estudos nos últimos doze meses de desenvolvimento desta dissertação, o que foi vital para sua condução.

Grito de Mãe
(Balduino Antônio Andreola)

*Eu sou Mãe Terra.
Cansada de guerra,
De ódio e violência,
A minha aparência
Não é mais aquela
Da Mãe grande e bela,
Que Deus quis e fez.
Pra muitos, em vez
De casa e jardim,
De mãe até o fim,
Sou vil propriedade.
No campo ou cidade,
Vendida ou comprada,*

*A mãe já não sou,
E o filho de outrora,
Meu dono de agora,
Virou gigolô...
Compassos incertos,
De braços abertos,
Tateando no escuro,
Meus filhos procuro
E os velhos quero de volta,
Da mesa em volta,
Do ódio esquecidos,
Na casa reunidos,
Sem medo e sem fome.*

*Que a muitos consome.
Do imenso cansaço dos longos caminhos,
Voltai, meus filhinhos,
Ao meu grande abraço.
Anseio de novo
O amor do meu povo,
Que encontre em mim
A casa e o jardim,
A mãe que deus quis
Formosa e feliz,
A mãe que Deus fez
Pra todos vocês.*

Sumário:

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE DIAGRAMAS	13
RESUMO	14
ABSTRACT	15
À GUISA DE INTRODUÇÃO	16
1. DOS PORQUÊS DESTE ESTUDO: MEMÓRIAS E SONHOS	21
2. O PALCO E SUAS POSSIBILIDADES:	33
DELIMITANDO A PESQUISA	33
2.1 Tecendo a trama: o problema e os objetivos	36
2.2 Trilhas Metodológicas	38
2.2.1 A Colheita dos Dados Qualitativos	40
2.2.2 A leitura do pesquisador: a análise qualitativa textual	45
3. A CRISE SOCIOAMBIENTAL: MEANDROS E CAMINHOS	48
3.1 O ambiente como totalidade	50
3.2 O Homem: ser histórico, natural, cultural e individual	52
3.3 Pensando a Crise Socioambiental	55
4. AGRICULTURA CONVENCIONAL: BREVE HISTÓRICO E CONDIÇÕES ATUAIS	62
4.1. A agricultura Convencional e a Revolução Verde	66
4.2 O Contexto atual da agricultura familiar : políticas públicas e seus limites	71
5. QUITÉRIA: AGRICULTURA FAMILIAR E CONVENCIONAL NAS MARGENS DA LAGUNA DOS PATOS.	77
5.1 Quitéria: vidas e caminhos	79
5.1.1 Das atividades econômicas	81
5.1.2 Da educação formal	91
5.1.3 Da idade dos moradores da Quitéria e arredores	94
5.1.4 Das habitações na Localidade	95
5.1.5 Dos espaços de convivência coletiva: a Venda, o Salão e a Igreja.	96
5.1.6 Da relação dos moradores da Quitéria com o ambiente	98
6. EDUCAR PARA UMA OUTRA AGRICULTURA POSSÍVEL, UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL: PENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.	103
6.1 Dos desafios e as possibilidades da Educação Ambiental	106
6.2 Agricultura Sustentável:	112
Uma construção a muitas mãos	112

7. RESGATANDO CAMINHOS TRILHADOS:	120
DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CONVENCIONAIS PRATICADAS NA QUITÉRIA	120
7.1. Caminhos Trilhados: a agricultura convencional praticada na Quitéria	122
7.1.2 Personagem Híbrido: caracterizando a agricultora e o agricultor da Quitéria. 122	
7.2 Agricultura Convencional e Agricultura Familiar:	125
Forçada Combinação	125
7.3 Da visão dos agricultores quanto a agricultura convencional	130
8. POSIÇÕES FRENTE À MUDANÇA: AS AGRICULTORAS E AGRICULTORES DA QUITÉRIA E SUA VISÃO SOBRE A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	139
8.1 Das barreiras à agricultura sustentável	144
8.2 Caminho que se faz ao caminhar: as cooperativas potencializando a solidariedade e a união entre os agricultores	149
9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SEU PAPEL PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ONDE TODAS E TODOS SÃO PROTAGONISTAS	156
9.1 A assistência técnica como proposta educadora e dialógica	158
9.2 A Extensão Rural como política pública educadora indispensável à transição agroecológica	160
À GUIA DE CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pássaro Quero-Quero que construiu seu ninho em meio a uma plantação de feijão, na Quitéria (p. 18).

Figura 02 – Agrotóxicos armazenados em um galpão em péssimo estado de conservação, na Quitéria (p. 26).

Figura 03 – Vista de uma chácara, na Quitéria, onde a produção é destinada à feira livre (p. 29).

Figura 04 – Máquina utilizada na aplicação de agrotóxicos (p. 43).

Figura 05 – Vista de uma plantação de cebola de maneira convencional na Quitéria. Ao fundo podemos ver a Laguna dos Patos. (p.57).

Figura 06 – Vista de uma propriedade na Quitéria onde predomina a plantação de cebola. Ao fundo vemos a Laguna dos Patos (p.70).

Figura 07 – Laguna dos Patos aos fundos de chácara (p. 72).

Figura 08 – Camarão pescado no interior da Quitéria (p. 75).

Figura 09 – Redes utilizadas na pesca de peixe e carro-de-mão utilizado para o transporte do pescado. (p. 76).

Figura 10 – Plantação de favas com flores de onde provêm as vagens (p. 77).

Figura 11 – Plantação de favas pronta para a colheita. (p.77).

Figura 12 – Alfaves crespas prontas para comercialização (p. 78).

Figura 13 – Plantação de cebola em processo de desenvolvimento (p.78).

Figura 14 – Bancas de feira livre de produtores da Quitéria (p. 80)

Figura 15 – Banca de feira livre de produtores da Quitéria (p.80)

Figura 16 – Trator de propriedade de um agricultor da Quitéria, participante da pesquisa (p. 82)

Figura 17 – Igreja de Santa Luzia na Quitéria (p. 90).

Figura 18 – Sede do Sport Club Quiteriense (p. 91).

Figura 19 – Agricultores e agricultoras participantes da pesquisa conversando (p.96)

Figura 20 – Detalhes de uma figueira, uma das árvores mais comuns na Quitéria (p. 112)

Figura 21 – Sementes industrializadas comumente usadas pelos agricultores da Quitéria. (p. 121)

Figura 22 – Vacas criadas na Quitéria, para a produção de leite destinada ao consumo caseiro (p.129)

Figura 23 – Produtores e consumidores na feira livre em Rio Grande. (p. 129).

Figura 24 – Trator Agrale de propriedade de uma família de agricultores da Quitéria, adquirido através do PRONAF (p. 144).

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Dados da distribuição de recursos do PRONAF nas cinco regiões do país (p.67)

Tabela 02 – Número de salários mínimos que cada família do interior da cidade do Rio Grande recebe (p. 82)

Tabela 03 – Número de pessoas alfabetizadas em cada faixa etária no interior do Município (p. 85)

Tabela 04 – Condições de moradia na Zona Rural (p. 88)

Tabela 05 – Agrotóxicos comumente usados na Quitéria e sua classe toxicológica (p. 124)

Tabela 06 – Classificação toxicológica dos agrotóxicos segundo a legislação vigente (p. 125)

Tabela 07 – Diferenciação da Assistência Rural Tradicional e a Agroecológica (p. 151-153)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Metodologia empregada na pesquisa (p.37)

Gráfico 02 – Gráfico demonstrativo do número de salários por família na zona rural de Rio Grande (p. 83)

Gráfico 03 – Número de pessoas alfabetizadas na Quitéria por idade (p. 86)

Gráfico 04 – Número de pessoas em cada faixa etária na zona rural de Rio Grande (p. 87)

LISTA DE DIAGRAMAS

[Diagrama 01](#) – Multidimensionalidade da Agricultura Sustentável.

[Diagrama 02](#) – Interligamento entre as barreiras percebidas pelos agricultores para a consolidação da transição agroecológica.

[Diagrama 03](#) – Representação da articulação necessária à transição agroecológica.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado versa sobre a agricultura convencional praticada na Quitéria e as possibilidades da efetivação da transição agroecológica por meio de um processo educativo e emancipador. A Quitéria é uma localidade do interior da cidade de Rio Grande, de colonização predominantemente portuguesa, onde a atividade econômica principal é a agricultura convencional e familiar. Partimos da análise da crise socioambiental que vivemos para mostrar que a agricultura convencional não pode ser vista de forma isolada, compartimentada ou fragmentada. Ela só pode ser entendida se inserida em um contexto maior de relação conflitual de exploração e dominação dos homens sobre a natureza. Os recursos naturais são usados sem a preocupação com a sua regeneração/preservação. As práticas agrícolas convencionais levam ao esgotamento dos solos, à destruição da biodiversidade, ao aprofundamento da crise socioambiental e das dificuldades econômicas e sociais das mulheres e homens que vivem no campo.

A agricultura sustentável se apresenta como uma alternativa viável para fazer frente à crise que enfrenta a agricultura familiar hoje, além de ser um imperativo em função da necessidade de suplantarmos a forma de agricultura mecanizada, intensiva e de alto custo que foi solidificada a partir do Pacote Tecnológico da Revolução Verde.

Nosso objetivo é discutir, além do que sustenta a agricultura convencional os caminhos que temos para a transição agroecológica, o papel que tem a cumprir tanto os órgãos de assistência técnica, os agricultores e agricultoras, quanto os consumidores e todos os demais setores sociais que tem compromisso com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A metodologia é entendida, neste sentido, como construção permanente no decorrer de nossa trajetória na busca por refletir acerca do problema de pesquisa. Partindo do estudo de caso, realizando entrevistas semi-estruturadas e observações e procedendo a apreciação dos dados por meio da análise qualitativa textual,

A educação ambiental é entendida neste trabalho como educação política, crítica, participativa e emancipatória, inserida no projeto utópico de construção de um outro mundo possível. O diálogo constante e o respeito ao saber de todas as mulheres e homens é condição imprescindível para que possamos consolidar uma transição agroecológica que se pautem na construção coletiva e na radicalização da participação de todos, como sujeitos de sua história, construtores da sua existência.

Palavras Chaves: Educação ambiental, crise socioambiental, agricultura convencional, agricultura sustentável, transição agroecológica, Quitéria.

ABSTRACT

The accuracy work is about the conventional agriculture in Quitéria and the transition agroecological effect possibilities for the emancipate and educational process way. Quitéria is located in Rio Grande countryside, the colonization here is Portuguese, where the mainly economic activity is the conventional agriculture and family.

Let's start to analyse the socio environment that we can't see it an isolated way, compartmented or fragmented. It just can be understood whether inserted in a conflicting relation context of exploration from men about the nature. The natural resources are used without worry with its regeneration/preservation. The conventional practical agricultural takes to the earth exhaustion, the biodiversity destruction is the reason to deep more the economic and social women and men situation who live in the countryside.

The rentable agriculture itself shows and achievable alternative to the crisis which dispute to the familiar agriculture today, besides being an imperative in function of necessity to supplant the mechanical agriculture way, intensive and whit a high cost which it was reinforced since the technology green revolution pack.

Our goals are to discuss, besides what maintain the conventional agriculture to the path that we have to the transition agroecological, the role that it has to carry out both the technical assistance organ, the farmer, the consumer and all the social place that have commitment with fair and egalitarian society construction.

The methodology is understood, in this case, as permanent construction in the pass off our trajectory. Researching for reflecting about the problem of search. Setting the case study, doing interview half structured, observations and proceeding to data appreciation behind textual qualitative analyses.

The environment education is understood in this work as politics education, criticism, shard and emancipated, inserted in the utopian construction of another possible world.

The constant dialog and the respect about the human being conditional in essencial for us consolited a transition agroecological in the collective construction and in the share radicalization for everbody, like subject in his story, constructor of his existence.

Key words: Environment Education, Social environment crisis, conventional agriculture, rentable agriculture, agroecological transition, Quitéria.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

A discussão do papel da educação ambiental na implantação da agricultura sustentável na localidade da Quitéria é o intento desta dissertação de mestrado que ora apresentamos. É um trabalho construído por muitas mãos, não apenas as nossas, enquanto pesquisadora, mas de sempre presente orientador e de todas e todos aqueles que conosco dialogaram, que leram ou nos ouviram e, assim, contribuíram com sugestões e idéias que enriqueceram nossa caminhada.

A educação ambiental é entendida como educação crítica, política, emancipatória e dialógica, inserida no processo utópico de construção de uma sociedade justa e solidária. Ela, como prática para a liberdade, deve estar comprometida com a complexidade, com a necessidade de interligamento de saberes e com a coesão entre teoria e prática.

Sabemos que vivemos uma crise socioambiental a qual é fruto de um modo de vida que prioriza o ter sobre o ser, sem levar em consideração as ameaças a nossa existência trazida pela exploração desmedida dos recursos naturais. A agricultura convencional forjou-se nesse modelo de busca de lucro e aumento da produtividade de forma individualista e competitiva.

Superar esta forma de produzir e viver é imperativo; contudo, não é tarefa fácil: envolve a participação de todos os setores sociais e instituições comprometidas com a consolidação de uma sociedade social e ambientalmente sustentável.

Construímos esta dissertação sem nunca perder a esperança na possibilidade de superação da crise socioambiental, embora tenhamos sempre fugido de visões românticas ou soluções fragmentadas, compartimentadas ou isoladas. Não temos respostas prontas, mas temos nossa contribuição a dar e nossa capacidade de continuar lutando por um mundo justo e solidário.

No que tange ao formato desta dissertação de mestrado partimos da delimitação da justificativa e do recorte que escolhemos para a pesquisa, para em seguida tratar do contexto mais amplo da crise socioambiental, chegando à agricultura convencional e à Quitéria. A educação ambiental e a agricultura sustentável antecedem a discussão dos resultados que arrolamos sobre as possibilidades de transição agroecológica na Quitéria por meio da educação ambiental.

Muitas epígrafes estão espalhadas por todo o texto, antes que possam parecer exageradas cabe a nós, já de início, justificar sua permanência, posto que funcionam como fonte de inspiração. São em sua maioria frases ou passagens que nos ajudaram na escrita, principalmente naqueles momentos em que estávamos diante de uma folha em branco e não sabíamos o que fazer. As epígrafes fazem parte do texto, ajudam a justificar as idéias que apresentamos e juntam-se a nossa voz na defesa destas *verdades provisórias*.

É isso o que trazemos no primeiro capítulo da dissertação, intitulado: “*Dos porquês deste estudo: memórias e sonhos*”. Partimos de nossas memórias que em grande medida justificam nossas opções e caminhos, pois a nossa ligação à comunidade da Quitéria e tudo o que lá vivemos foi fundamental para que pudéssemos sonhar com a suplantação da agricultura convencional e a construção de uma agricultura sustentável que não ponha em risco a saúde das mulheres e dos homens que trabalham no campo, bem como os consumidores dos produtos oriundos de práticas agrícolas convencionais.

Nossa trajetória no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Ambiental possibilitou o contato com pessoas que compartilham das mesmas preocupações nossas, o que muito contribuiu para que continuássemos acreditando na importância desta pesquisa e na possibilidade de juntos construirmos um outro mundo possível.

O segundo capítulo dessa dissertação “*O palco e suas possibilidades: delimitando a pesquisa*” é o momento em que apresentamos o problema, os objetivos e a metodologia que desenvolvemos para encaminhar o estudo. Entendemos o ato de pesquisar como um campo aberto de possibilidade, no qual escolhemos um caminho dentre tantos possíveis. É como um palco, onde tudo criamos: cenário, personagens e histórias de acordo com nossas vivências e experiências. Ainda que saibamos que tantas outras histórias possam ser ou estejam sendo contadas simultaneamente, esta é a forma que escolhemos para construir a nossa. É isso o que apresentamos neste capítulo.

Em “*Crise Socioambiental: meandros e caminhos*”, o terceiro capítulo, apresentamos um entendimento sobre o ambiente e o homem mostrando as implicações de vivermos sobre a erige de uma crise socioambiental ameaçadora de nossa vida e esperança. A agricultura

convencional não pode ser vista de forma isolada, senão concatenada e imbricada a um contexto maior de relações sociais cada vez mais complexas e difíceis de serem revertidas.

A agricultura convencional, incorporada ao modo capitalista de produção, tem como único compromisso o lucro e o aumento cada vez maior da produção. Porém, apesar da tentativa de homogeneização da produção agrícola que temos com a Revolução Agrícola, essa é polissêmica, multifacetada, apresentando o arcaico e o novo em si. Mostrar isso bem como os limites que o modo de produzir convencional traz são nossos objetivos em “*Agricultura Convencional: breve histórico e condições atuais*”, o quarto capítulo desta dissertação.

No quinto capítulo intitulado “*Quitéria: agricultura familiar e convencional nas margens da Laguna dos Patos*” falamos de forma mais específica e organizada da localidade que temos pesquisado, partindo de três fontes principais: os dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as observações que realizamos e as entrevistas semi-estruturadas. Também tentamos mostrar o modo de vida dos quiterienses, pautando nossa análise na situação econômica, na escolaridade, na idade, nas condições de habitação, nos espaços de convivência e na relação com o ambiente. A experiência enquanto habitante da Quitéria auxiliou bastante, ao mesmo tempo em que o desenrolar da pesquisa nos fez apreender muitos elementos que antes não percebíamos na vida cotidiana.

A educação ambiental, ainda que transversalise todos os capítulos desta dissertação é a questão central do sexto capítulo, denominado “*Educar para uma outra agricultura possível, um outro mundo possível: pensando a educação ambiental e a agricultura sustentável*”. Neste momento apresentamos o que entendemos por transição agroecológica e agricultura sustentável, retomando algumas questões que apontam para a veemente necessidade de superação da agricultura convencional. A dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética são mostrados, bem como o imbricamento entre elas, visto que nenhuma delas pode ser pensada de forma isolada ou desprendida de seu contexto maior.

No capítulo sete “*Resgatando caminhos trilhados: das práticas agrícolas convencionais na Quitéria*” iniciamos de maneira sistemática a análise dos dados que arrolamos no decorrer do trabalho, embora em todos os capítulos anteriores sejam trazidas reflexões que são fruto de nossa inserção e discussão com a comunidade da Quitéria. As práticas agrícolas dos produtores da localidade são deslindadas buscando dar conta de conhecer a forma como são utilizados os agrotóxicos e adubos químicos e como isso se iniciou, bem como o modo de relacionamento de agricultores e agricultoras com a natureza.

No capítulo posterior, chamado “*Posições frente a mudança: as agricultoras e agricultores da Quitéria e sua visão sobre a agricultura sustentável*” apresentamos a visão

que os agricultores têm da agricultura sustentável, mostrando as barreiras por eles percebidas para a consolidação de um processo de transição agroecológica. A importância do resgate dos saberes dos trabalhadores rurais também é destacada neste capítulo, assim como as cooperativas que são vistas como um importante espaço para o incentivo às ações coletivas e à união entre os agricultores para a suplantação do individualismo e da competitividade.

Finalmente, o último capítulo intitulado “*Assistência Técnica e seu papel para a transição agroecológica onde todas e todos são protagonistas*” aponta que nenhuma ação sozinha pode dar conta de resolver a problemática da crise socioambiental e da agricultura sustentável. Não obstante, a assistência técnica tem uma função vital na articulação dos saberes técnicos e práticos, respeitando os conhecimentos de todos os envolvidos que devem ser protagonistas da mudança em sua situação de vida, em seu modo de produzir que cada vez mais os leva a desventura.

Estes são os capítulos que compõe esta dissertação de mestrado, fruto de nossa vivência como pesquisadora e como moradora da Quitéria. Estamos certos de que é possível construirmos uma forma de produção agrícola sustentável, contudo sabemos que não é um caminho fácil, que é um caminho que precisa ser construído, um caminho decidido por todos conjuntamente.

1. DOS PORQUÊS DESTE ESTUDO: MEMÓRIAS E SONHOS



FIGURA 01

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Pássaro Quero-quero que *escolheu* construir seu ninho no meio de uma plantação de feijão na Quitéria

Não Me Peçam Razões...

*Não me peçam razões, que não as tenho,
Ou darei quantas queíram; bem sabemos
Que razões são palavras, todas nascem
Da mansa hipocrisia que aprendemos.*

*Não me peçam razões para que se entenda
A força da maré que me enche o peito
Estar mal no mundo e nessa lei:
Não fiz a lei e o mundo não aceito.*

*Não me peçam razões, ou que desculpe,
Desse modo de amar e destruir?
Quando a noite é demais é que amanhece.
A cor da primavera que há - de vir.*

1. DOS PORQUÊS DESSE ESTUDO: MEMÓRIAS E SONHOS

*Isso todos nós sabemos
todas as coisas estão conectadas
como o sangue
que une uma família.*

*O que acontece com a terra
acontecerá com os filhos da terra.
O homem não teceu a teia da vida.
Ele é apenas um fio,
o que ele fizer para a teia
estará fazendo para si mesmo
(inspirado na fala de Ted Perry, chefe Seattle)*

Muitas vezes, durante nossa caminhada, seguimos sem olhar para os lados, para atrás, quem sabe sem olhar para nós mesmos, para o que somos, o que representamos, o que fazemos. Nós, seres humanos ao chegarmos no mundo precisamos aprender muitas coisas para sobreviver às adversidades, por isso nos moldamos e moldamos o mundo ao nosso redor. Construímos-nos culturalmente no contato com o ambiente, que engloba não só a natureza (flora e fauna), mas também a cultura, as relações estabelecidas por mulheres e homens em todos os espaços que atuam e transformam.

Então, somos fruto do ambiente no qual estamos inseridos, das pessoas que o compartilham. Esta dissertação, assim, é obra de nossa trajetória até aqui. Está diretamente ligada nossa vida, obtendo um significado e um porquê muito forte de existir.

Sabemos o quanto pode ser difícil pesquisar algo quando estamos inseridos geográfica, social e culturalmente nele, no caso a localidade da Quitéria. Por outro lado, sabemos que

quando nos propomos a estudar algo, precisamos fazê-lo com coragem, convicção e amor, para tanto, é preciso que esse algo tenha um significado, nos inquiete e angustie.

Não acreditamos em neutralidade numa investigação, pois carregamos conosco vivências passadas, experiências e posicionamentos sempre. Não podemos negar isso, como não podemos negar que precisamos ter muito clara a metodologia que vamos utilizar ou como vamos fazer a pesquisa, bem como uma base teórica, visto ser isso, em última análise que dará sustentação científica ao trabalho.

Fazemos parte, como moradores, do espaço específico pesquisado, a Quitéria¹. Seremos, todos, sujeitos desse trabalho, tudo aquilo que já vivemos ou experimentamos e tudo aquilo que acreditamos nos acompanhou durante nossa trajetória na elaboração desta dissertação. Por mais que alguns pesquisadores tentem negar, toda pesquisa tem uma razão de ser, é um ato político, está alinhada com alguma forma de ver a realidade, com algum projeto de sociedade, com a transformação ou manutenção de algo.

Acreditamos que quando propomos a elaboração de um projeto esse deve ter significado para nós e, de alguma forma, modificar-nos, transformar-nos. Quiçá mudar nossa forma de ser e estar no mundo, com o mundo, em outras palavras, mudar nossa forma de agir no mundo e buscar caminhos e brechas que ajudem a transformá-lo. Sabemos que uma pesquisa, por si só, não tem poder de transformação, mas é um passo, é um caminho, é o início, quem sabe? Se nos modificarmos com sua construção, se conseguirmos responder a algumas de nossas dúvidas ou criar outras, já terá sido um passo, pequeno, é verdade, contudo, um passo.

Em um mundo no qual impera a exclusão, no qual a dignidade é perdida a todo o momento, queremos ousar lutar por mudanças. Podem ser pequenas, ou quase invisíveis, mas enquanto movimento, enquanto ainda sentirmos que estamos nos movendo em busca delas será válido. Longe de ser isso discurso piegas, para nós é imperativo ético lutarmos por um mundo mais justo. Abandonar a utopia é estagnar-se, aceitar a injustiça, a miséria a que milhões estão submetidos.

É preciso sublinhar ainda que se vivemos em um planeta injusto e desigual, também o conhecimento está fragmentado, compartimentado, impedindo-nos muitas vezes de perceber que estamos todos interligados, que somos interdependentes, homens, mulheres e natureza:

¹ Sub- distrito do 5º Distrito do Rio Grande (Vila da Quinta). Zona Rural onde a principal fonte de renda é a agricultura familiar convencional.

nossa civilização e, por conseguinte, nosso ensino privilegiam a separação em detrimento da ligação, e a análise em detrimento da síntese. Ligação e síntese continuam subdesenvolvidas. E isso porque a separação e a acumulação sem ligar os conhecimentos são privilegiados em detrimento da organização que liga os conhecimentos. Como nosso modo de conhecimento desune os objetos entre si, precisamos conceber o que os une. Como ele isola os objetos de seu contexto natural e do conjunto do qual fazem parte, é uma necessidade cognitiva inserir um conhecimento em seu contexto e situá-lo em seu conjunto (Morin, 2001, p.24)

Propomos, deste modo, resgatar o que foi separado, apreender o que não está aparente. A complexidade das relações que estão em cena em nosso problema de pesquisa precisam ser deslindadas. Nenhum conhecimento é válido sozinho, sempre interage com outros, só faz sentido em sua totalidade e se assumirmos o nosso papel de autoria e participação no cenário em que galgamos nossa pesquisa. Disso provem a necessidade de iniciarmos por nossas memórias que indubitavelmente perpassaram todas as linhas e palavras desta dissertação, escrita por nossa mão, construída por nossas infinitas vivências, com o mundo, no mundo, regada por nossas limitações, sonhos, necessidades, esperanças, escolhas....

É tarefa sempre difícil para nós falar de nossa vida, vamos simplesmente vivendo, fazendo, tecendo...mas não paramos para escrever sobre isso. Enorme é nossa dificuldade, então. Tantas pessoas passaram e permanecem em nossa vida, tantas nos marcaram e marcam. Tantas sensações e emoções já desfrutamos, tantos olhares, beijos, sonhos...Não há como prender isso em folhas de papel.

Nossos sonhos se construíram junto com os moradores da Quitéria. Nossas esperanças se alimentam das deles, e as deles das nossas. Suas mãos que labutam dia a dia constroem a Quitéria, transformam-na e assim transformam a si mesmos, como a nós. A Quitéria, como espaço geográfico é fruto de sua gente, daqueles que hoje nela vivem, daqueles que já viveram, dos que apenas passaram e será, no futuro produto daqueles que virão.

Como se começa a contar a história de nossa vida? Guardaremos certa linearidade ao recordar nossa vida. Escolhemos esta forma, sabemos que há outras, mas frente a enorme dificuldade que sentimos é o que nos parece a mais plausível.

Nascemos² em Rio Grande e sempre moramos na Quitéria, uma localidade onde predomina o que chamaremos de agricultura convencional, atividade baseada no aumento cada vez maior da produção e geração de lucro, a partir do uso de fertilizantes inorgânicos no

² A partir deste momento iremos recordar algumas passagens e momentos de nossa vida que formam fundamentais para que despertássemos o interesse pela temática da agricultura sustentável e dos limites e riscos que apresenta a agricultura convencional.

controle de insetos e ervas daninhas, resultantes em um conjunto de ações destruidoras e interdependentes, temas que falaremos mais adiante.

Não queremos pensar em como ou por quê esse modelo de agricultura foi absorvido, a princípio. Não procuramos culpados, no entanto queremos tentar explicar como nos encaixamos nesse cenário e o que o fortalece e mantém.

Toda nossa família sempre tirou da terra seu sustento. Dessa terra que é generosa, que se doa mesmo quando é mal tratada, mas que se cansa, se esgota, que não é imortal e está tão intimamente ligada a nós que seu fim significaria o nosso. Nem sempre nos damos por conta disso, mesmo convivendo muito de perto com a agricultura convencional e, conseqüentemente com os produtos químicos. Nossos pais, avós, tios, vizinhos sempre usaram esses produtos, muito embora respeitem os períodos de carência³, o que para eles parece ser suficiente, já que sempre acreditaram no que os revendedores desses produtos recomendam.

Sempre acompanhamos de perto o trabalho de nossa família, nunca questionando suas ações. Aprendemos os passos da agricultura convencional, desde o preparo da terra para o plantio com adubos químicos, até o cultivo: coberturas de calcário, defensivos para impedir ervas e insetos "daninhos", aplicação de uréia em dias de chuva para as plantas crescerem mais depressa.

Foi na Quitéria que aprendemos a ser gente, a caminhar, a decidir, a calar, a falar. Sempre calamos mais é verdade. Foi em uma família estruturada de forma tradicional que crescemos: pai, mãe, irmã. Vivíamos da plantação de cebola, cenoura e alho em cinco hectares de terra. Nossos pais não podiam perceber que essa, praticamente, monocultura em minifúndio se tornaria insustentável. Trabalhavam do raiar ao pôr -do- sol. Muitas vezes nem a noite era motivo para descanso, nos chamados "serões". Tanto trabalho e situações de risco gestam conseqüências graves para a saúde de muitos agricultores, o que contribui, em grande medida, para nossa decisão de pesquisar esta problemática.

No que concerne a nossa "vida escolar", estudamos da primeira a quarta série do antigo primeiro grau na extinta Escola Fundamental Ponche Verde. Ingressamos nela aos seis anos de idade, ficava a uns duzentos metros de nossa casa e todos se conheciam. Inesquecível primeiro dia de aula: tínhamos que nos apresentar e por timidez não conseguimos dizer nem o nosso nome... Era uma escola inter - seriada, quadro dividido ao meio, professora que precisa atender duas turmas a um só tempo.

³ Período estipulado entre a aplicação de agrotóxicos e a colheita do produto.

Ao concluirmos a quarta série transferimo-nos para uma escola na Vila da Quinta, a aproximadamente sete km da Quitéria . Era a Escola Municipal Bento Gonçalves. Íamos todos os dias no "Torotama", único ônibus que passa na Estrada da Quitéria, sempre "superlotado".

Chegávamos à Escola com mais de meia hora de antecedência do início do horário da aula: não nos importávamos com isso pois era um tempo rico, muitos laços de amizade puderam fortalecer-se, união, companheirismo, partilha de merenda e projetos, futuros planejados. Mesmo que nossas vidas tenham tomado cursos diferentes, nada apaga o que vivemos, o que solidificamos. Éramos "os de fora", os "da Ilha", os que não moravam na Vila, mas éramos felizes, mesmo que ao chegarmos em casa tivéssemos trabalho a fazer: carregar cebola, arrancar cenoura, plantar hortaliças...

O tempo foi passando, terminamos o então "Primeiro Grau", então, teríamos que estudar na cidade, alguns pararam antes, o que muito sentimos. Havia sido oito anos juntos. Existia um único colégio na cidade que daria certo o horário para ir e voltar no "Torotama". Fomos todos para esse: era o Colégio Técnico Getúlio Vargas, onde optamos, sem saber exatamente o porquê, pelo curso de secretariado.

Estávamos no segundo ano do curso quando, após perder várias safras seguidas de cenoura em enchentes e muitas dívidas em empréstimos bancários, nossos pais perceberam que não podíamos mais continuar assim. Era preciso buscar uma nova alternativa: essa foi a feira livre.

No início de agosto de 1998 iniciamos a atividade da feira livre nos finais de semana, a situação financeira foi melhorando, contudo, nosso pai sempre queria plantar mais do que era possível vender, trabalhando muito mais do que o necessário. Como ele não nos ouvia, seguia sempre assim, sua personalidade forte, e até dominadora em muitos casos, lhe impedia de ver que nem sempre estava certo, que havia outras vozes.

Mas, voltando, em três anos tínhamos um diploma de "Técnica em Secretariado" e nenhuma condição de desenvolver tal função. A sorte, literalmente, foi a aprovação para o vestibular no ano de 2000 para o curso de História - Licenciatura, na Fundação Universidade Federal de Rio Grande. Foram os quatro anos de mais intensa mudança em nossa vida: pelas pessoas que conhecemos, pelos projetos nos quais nos envolvemos, pela mudança radical na nossa forma de ver a vida e as relações sociais, pelos sonhos e utopias que incorporamos e criamos.

Descobrimos um mundo que nos era inimaginável. Logo no final do primeiro ano de curso concorremos a uma eleição para o DCE (Diretório Central dos Estudantes) no qual fomos vitoriosos, apesar de nossa mínima atuação, já que nossa timidez e inexperiência nos

faziam quase mudos. Mas estávamos dispostos a mudar isso, mesmo sabendo era uma tarefa extremamente demorada. A militância no movimento estudantil muito nos ensinou, percebemos que o mundo é feito de diferentes pessoas, crenças, objetivos, sonhos, ainda que em muitos momentos possamos caminhar juntos, além do que a razão pode estar em todos os lados, não só no nosso, as vezes é preciso ceder, dialogar, se quisermos avançar rumo a um objetivo maior coletivo.

Ainda no ano de 2000 participamos da consolidação do *Curso Preparatório Gratuito para o Vestibular Sem Limites*, organizado por nós e nossos colegas de aula que visava oportunizar aqueles e aquelas que não tendo condições de pagar um curso pré -vestibular convencional ficavam apartados da tentativa de transpor os muros invisíveis mas reais da universidade pública tais condições.

O projeto deu frutos, em 2002 estava muito mais estruturado, contava com estudantes do Sem Limites de 2000 e chamava-se *Curso Preparatório para o Vestibular Utopia*, palavra emblemática esta última, vital para todos aqueles que não se acomodaram, que continuam a sonhar com mudanças na atual situação de desigualdade e exploração que vivemos. É preciso ousar não abandonar nossas utopias, nossas crenças, pois em um mundo onde reina o capital e o *ter* sobre o *ser* elas podem nos manter vivos e atuantes.

O *Utopia* era um curso organizado por estudantes de diversos cursos que juntos o gerenciavam, cada vez mais podíamos acreditar na vitalidade de projetos que partissem de estruturas horizontais, nos quais todos são autônomos, nos quais todos tem voz e vez e se sentem iguais. Era um projeto de muitas mãos e vozes diferentes e iguais que muito nos ensinaram e que fazem parte do que somos hoje. Iriam nos acompanhar sempre.

Após muita discussão e por nossa participação nas luta cotidiana nos movimentos sociais nos convencemos de que deveríamos concorrer a vereadora. A par de toda nossa timidez e inexperiência concordamos com essa utópica loucura. Era um sonho antigo de nosso pai e um desejo de nossos companheiros. Sempre soubemos que não conseguiríamos a eleição, mas podíamos contribuir para *semear sonhos*, como falava o slogan de nossa campanha: colher as realizações seria bem mais difícil.

Pudemos tomar contato durante o período eleitoral com uma realidade que nos era, ainda, em grande parte, desconhecida. Presenciamos o que é a miséria em suas mais sórdidas faces, conhecemos lugares e pessoas que nos faziam não compreender como podiam viver ali. Em uma campanha com poucos recursos, nossa melhor opção foi visitar as casas.

“Descobrimos” a miséria e a fome já na Vila da Quinta, embora durante quatro anos tínhamos estudado lá, mas não entramos em contato com ela. Percebemos o quanto éramos

injustos quando muitas vezes reclamávamos de nosso próprio destino sem olhar para os que estavam ao nosso lado, cada vez a desigualdade se tornava mais latente para nós e percebíamos o quando era difícil transformar isso. Não sabíamos como pedir votos para pessoas que estavam ali, sem muitas vezes ter o que comer, sem saber por que viver, por que lutar, quanto mais votar.

Em maio de 2004 descobrimos que nosso pai estava com câncer de próstata, em um estágio muito avançado em que não havia mais possibilidade de cura. Ele sabia que tinha a doença mas nunca soube sua gravidade. Nós que sabíamos, vivemos com a companhia desse fantasma durante quase dois anos, período de caríssimos tratamentos que não surtiam efeitos, incluindo certo tempo da elaboração desta dissertação. Quem o olhasse atuando em nossa campanha eleitoral não podia supor a sentença que lhe era imposta, queríamos esquecer mas era impossível.

Nosso pai sempre aplicou produtos químicos sem muita proteção, além disso vivia preocupado com as plantações, com as pestes e com os baixos preços dos produtos. Sabemos que esses fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessa doença que nos privaria de sua companhia em fevereiro de 2006.

Muitas pessoas no interior de Rio Grande hoje têm diagnósticos parecidos com o dele, o que além da rotina de vida e de trabalho, da falta de proteção na aplicação dos agrotóxicos é fruto de nunca terem procurado auxílio médico para exames preventivos. Fomos conseguindo perceber esta obviedade aos poucos e nossa vontade de pesquisar os porquês dessas praticas agrícolas que põem em risco a própria saúde, aumentaram.

Há uma série de instruções de uso nas embalagens de agrotóxicos, uma infinidade de recomendações de equipamentos de segurança, mas eles não são usados, pois muitos agricultores não têm nem mesmo dinheiro para comprá-los, tendo em vista seu alto custo, portanto, manuseiam o veneno com as próprias mãos e aplicam com bermudas e pés descalços. Faixa de segurança vermelha, verde, preta, mas todos os grotóxicos são manuseados e lançados à terra da mesma forma, sem equipamentos de proteção. Os períodos de carência geralmente não são respeitados, principalmente quando são longos (em caso de produtos químicos mais "fortes"). Eles são armazenados sem o mínimo de cuidado, mesmo as embalagens que deveriam ser devolvidas ao fornecedor, ficam expostas ao ar livre ou em galpões durante anos após o uso do seu conteúdo. Há pessoas que, ao invés de usarem máscaras de proteção, aplicam esses produtos com um pedaço de tecido amarrado ao rosto, um procedimento normal para eles. Abaixo temos uma fotografia que ilustra isso. Mostra um momento no processo de produção em que ocorre a mistura de agrotóxicos sem o mínimo

cuidado: as embalagens caídas ao chão, a quantidade de produto espalhada pelo chão, a balança manual, não deixam dúvidas disso:



FIGURA 02

Fonte: Arquivo da pesquisadora
Agrotóxicos armazenados em galpão velho em uma propriedade da Quitéria.

Assusta-nos pensar que essas e outras práticas continuem a acontecer e que tão perto de nós existam pessoas que guardam esses produtos - "venenos" - dentro de suas casas e os aplicam como se estivessem irrigando a plantação, sem a mínima noção do perigo que correm e do crime que praticam contra si, contra os outros e contra a natureza.

Decidimos ao encerrar-se a campanha eleitoral que não era apenas com um cargo que podíamos lutar, tentar mudar isso, mas que existem outras ferramentas. Percebemos que não era isso o que queríamos para a nossa vida - disputas eleitorais - nosso objetivo era continuar estudando, pesquisando para poder, responder algumas das inquietações que nos angustiavam

O Mestrado em Educação Ambiental parecia poder nos auxiliar nesta tarefa. Por isso em novembro de 2005 inscrevemos-nos com esse projeto de pesquisa que ora concluímos. Durante o tempo de elaboração desta dissertação sabemos que nos metamorfoseamos muito, já não somos o que éramos no início. Mudamos nossa própria concepção de pesquisa,

sabemos que nem sempre teremos respostas e que, muitas vezes, teremos novas perguntas emergindo. Sabemos que esta pesquisa não tem soluções prontas, que não pretende trazer à tona uma verdade absoluta e eterna, mas que, antes de mais nada, quer nos fazer pensar, olhar para esse imenso outro que nos constitui e constituímos - o mundo, com a certeza de que é possível mudá-lo, estabelecer relações mais iguais, justas e fraternas.

Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que essas agricultoras e agricultores, de um dia para o outro, percebam que há um outro caminho, que estão fazendo algo prejudicial ao ambiente e, portanto, a si próprios. Esses homens e mulheres só perceberão que são capazes de transformar sua realidade, de reconciliar-se entre si e com a natureza, por meio de um processo de conscientização, da construção coletiva de novos valores e de uma nova ética.

Nesse processo, tem papel importante a cumprir a educação ambiental, haja vista a necessidade de uma mudança cultural. É preciso criar junto aos agricultores uma nova identidade, um sentimento de pertencimento, de dependência em relação à natureza e ao outro. A educação ambiental enquanto ato político, voltado à transformação social, como um processo de permanente aprendizagem, de construção da cidadania tem de chegar a todos e todas. Sabemos que uma dissertação por si só, não consegue resolver todos esses problemas, quem sabe resolva apenas nossas dúvidas ou crie outras. Mas, quem sabe não permita àqueles sujeitos construtores dela um repensar de si mesmo, quem sabe algo não brote dentro de cada um? Sonhos? Utopias? Esperanças?

Talvez um dia não tenhamos mais "pragas" e não se fabriquem mais agrotóxicos. Talvez um dia por meio de um processo, fundamentalmente educativo, possamos todos e todas sem exceção, perceber que somos um elo dessa corrente, um fio nessa teia que é a vida, a qual precisamos preservar, regenerar.

Durante muito tempo o capitalismo conseguiu superar suas próprias contradições e seguir seu curso, porém, atualmente parece estar chegando ao seu limite, geradando uma crise ambiental que é fruto de um processo contínuo de exploração e destruição dos recursos naturais, de sua transformação em meio de produção e nada mais. Notadamente, uma crise paradigmática, já que é uma crise do conhecimento, como afirma Laís Mourão Sá:

a degradação socioambiental se traduz na perda dos saberes práticos que sustentavam as relações de mútuo pertencimento entre o humano e o seu meio. O pescador perde o conhecimento rico e profundo do mar e a sua perícia; o caçador perde a arte estratégica e sutil de ler os indícios e vestígios, o agricultor perde a ligação com o planeta, cosmos, o ecossistema. Dessa forma, forjam-se pessoas dependentes de relações artificiais de vida(...).

Diz-se, então que os humanos perderam a capacidade de pertencimento. As ideologias contemporâneas sobre o desenvolvimento econômico ancoram-se numa crença irracional que inverte radicalmente a afirmação do chefe indígena Seattle, ou seja, elas parecem acreditar que "nada que acontecerá à Terra afetará os filhos da Terra".

(...)

Essa crença cultural na eficácia milagrosa de um conhecimento puramente instrumental é produzida e reproduz o desenraizamento dos humanos de seu solo biológico e planetário, oculta a complexidade da vida e desliga o humano de seus vínculos intrínsecos com a ordem cósmica. (Sá, 2005, p. 245-246)

A crise socioambiental que vivenciamos, desse modo, é uma crise advinda da nossa forma de ver o mundo. Pensávamos que a tecnologia, o desenvolvimento de novos produtos e de novas substâncias trariam o progresso; assim como acreditávamos que fosse possível controlar com tecnologia a poluição e a destruição que acarretasse. Tudo ilusão: a terra pede socorro, ela não se alimenta de dinheiro, tão pouco nós, ainda seja possível comprar muito daquilo que produzimos com ele.

É preciso construirmos uma sociedade mais livre e justa, onde cada um possa fazer seu caminho, onde a diferença seja respeitada. Há um novo mundo que precisamos construir, para tanto é imprescindível compreender a urgência de uma nova cultura. Esse processo passa pela educação ambiental problematizadora, voltada para a constituição de homens e mulheres que não sejam meros espectadores, mas condutores de sua própria história. Se transformem em seres conscientes de si e do mundo, críticos, participativos, agricultores que convivam harmoniosamente com o ambiente, que descubram na agricultura não só um meio de sobrevivência, mas um modo de vida, um caminho, percebendo que não estamos sozinhos e que nossa ação sobre o ambiente se reflete em nós mesmos. É isso, afinal, que justifica essa pesquisa.

2. O PALCO E SUAS POSSIBILIDADES: DELIMITANDO A PESQUISA



FIGURA 03

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Vista de uma chácara na Quitéria onde a produção é destinada à feira livre.

Espaço Curvo e Finito

*Oculto consciência de não ser,
Ou de ser num estar que me transcende,
Numa rede de presenças e ausências,
Numa fuga para o ponto de partida;
Um perto que é tão longe, um longe aqui.
Uma ânsia de estar e de temer
A semente que de ser se surpreende,
As pedras que repetem as cadências
Da onda sempre nova e repetida
Que nesse espaço curvo vem de ti.*

2. O PALCO E SUAS POSSIBILIDADES: DELIMITANDO A PESQUISA

"O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialética me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente." (Freire, 2003, p. 76-77)

Em um palco, no teatro ou de forma improvisada na rua, podem ser encenadas diversas peças, realizados diversos espetáculos, ou seja, diversas realidades. O palco traz, em si, um conjunto de possibilidades e vários cenários podem ser montados. Peças que têm vida própria podem ser construídas ou forjadas por meio de interpretações, improvisações, mudanças, erros e acertos.

Em uma pesquisa científica, pensamos que o tema poderia ser uma metáfora ao palco, quanta coisa podemos fazer nele ou com ele. A partir de um tema de pesquisa há uma série de possibilidades, de perguntas que podem ser construídas. Mas, dentre tantas possibilidades oferecidas pelo palco nem todas podemos reconhecer. Criamos primeiro a peça ou montamos já o cenário? Pouco importa, é um movimento itinerante, condicionado pelos recursos que temos, pelos conhecimentos que temos, cenário e peça vão se modificando, vão se tornando mais claros, e, somente no final do espetáculo, quem sabe podemos ter clareza de como ele se estabelece. Em um trabalho de pesquisa:

o objeto da pesquisa não pode ser explicitado com toda clareza no início do processo. É antes um movimento cíclico reiterativo em que a cada ciclo se atinge maior clareza dos conteúdos investigados. Neste sentido a explicitação do objeto de pesquisa acompanha todo o processo da pesquisa. Ciclos dialéticos repetidos possibilitam avançar gradativamente em direção a uma clareza cada vez maior.

(...)

Somente ao concluir-se o processo de pesquisa conclui-se, talvez, mesmo assim de forma inacabada, a construção do objeto da investigação. O que se procura no início só se encontra no final. Somente ao atingir-se o ponto final do trabalho se consegue compreender melhor o ponto de interrogação inicial (Moraes, 2005a, p. 12-13)

A peça será encenada por outros atores, eles modificam o cenário e concomitantemente a peça, cada um que assisti-la terá uma interpretação ou uma sensação diferente, cada um que estiver no palco também.

O tempo pode passar, o palco sofrer algumas transformações, mas estará lá sempre, com suas marcas do passado, mesmo que reformadas, escondidas. Quem sabe suas dimensões sejam aumentadas, diminuídas, criando novas possibilidades, mas seu passado estará lá, apesar das constantes transformações, algo sempre permanecerá.

A metodologia estará presente em todos os momentos: nas escolhas que fazemos em uma pesquisa ou em uma peça de teatro. Seguimos métodos em qualquer um dos casos, esses variam, se constroem, e se diferenciam de um pesquisador para outro, ou de um ator para ator.

Talvez alguém questione essa comparação, talvez; afinal, vivemos em um mundo de significados e significações, no qual onde cada um interpreta o que vê de uma forma diferente. Para nós, isso permite que nos entendemos melhor dentro do cenário que pretendemos pesquisar.

2.1 Tecendo a trama: o problema e os objetivos.

" Na fala, a palavra que digo ou me escapa está dita. Não há como fugir ao fato. Mas na escrita posso apagá-la, suprimi-la ou substituí-la. No ato de escrever sinto-me dono do meu próprio texto. Posso mudá-lo a qualquer momento, destruí-lo. Quando, porém, ele ganha o mundo , quando passa ao domínio público, sinto que me fugiu, emancipou-se, escapou de meu alcance. Uma sensação muito viva e estranha: a de só agora ver a cara de meu filho ao mesmo tempo que dele me despeço; vê-lo cair na vida, ausentar-se entregue à inscrição de quem não conheço, a destinos que fogem de meu controle"
(Marques, 2001, p. 25)

Como já afirmamos, ao optarmos por um tema, um problema de pesquisa esse precisa partir de uma inquietação nossa, de uma pergunta fundacional. Misturam-se, então, o desejo de conhecer o novo, a carência e a falta de entendimento sobre algo, utopias de transformações nossas e quicá do contexto no qual estamos inserido.

Parte, uma pesquisa, de nosso desejo, da curiosidade e da paixão. Lembrando as palavras de Mário Osório Marques:

estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e conseqüente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve-se ele tornar paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador . da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitantes nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções. Não podemos tudo querer ao mesmo tempo. Muito menos podemos de fato querer o que não tem ligação com a nossa própria vida, o que nela não se enraíza. (2001, p. 92)

Trazemos, então, um tema e um problema extremamente enraizado em nossa própria existência, construído e solidificado na vida cotidiana. O tema abordado será a Agricultura Convencional praticada na Quitéria. Um microcosmos, é verdade, mas onde há um modo de vida que se repete, não só nas outras localidades do interior de Rio Grande, mas em todas

aquelas regiões que vivem desse tipo de agricultura e que viveram ou sofreram as influências da Revolução Verde e dos processos de "modernização" agrícola.

Desse modo, o problema desta pesquisa poder-se-ia dizer que é a tentativa de responder a seguinte:

- O que sustenta a agricultura convencional praticada na Quitéria e quais contribuições a educação ambiental pode trazer à implantação de uma agricultura sustentável?

Dentro desse cenário os objetivos são:

- Conhecer a forma como são utilizados os agrotóxicos e como iniciou esse processo;
- Compreender a forma como se percebem os agricultores na relação que estabelecem com a natureza e qual a sua percepção acerca do tipo de agricultura praticada;
- Entender sua visão com relação à agricultura sustentável e por que nunca buscaram esse caminho;
- Refletir acerca do papel da educação ambiental na mudança desse quadro - de agricultura convencional para uma agricultura sustentável - levando-se em consideração a crise socioambiental que vivemos.

2.2 Trilhas Metodológicas

“O conhecimento comporta, no seu princípio mesmo, relações de incerteza e no seu exercício, riscos de erro. Pode, certo, adquirir inúmeras certeza, mas não poderá jamais eliminar o problema da incerteza. Para fazê-lo teria que abolir a separação entre o cognoscente e o conhecido, o que, pela abolição da sua própria organização, aboliria o próprio conhecimento. A incerteza é ao mesmo tempo risco e possibilidade para o conhecimento, mas só se torna possibilidade se esta o reconhece. A complexificação do conhecimento é justamente o que leva a esse conhecimento, permitindo melhor detectar as incertezas e corrigir os erros”
(Morin, 1999, p.273)

As “Trilhas Metodológicas” foram a última parte que escrevemos nesta dissertação, posto que só no encerramento provisório de nossas reflexões elas estão concluídas, ainda que não esgotadas. Vamos, então, contar que escolhas fizemos, no decorrer do trabalho, que nos possibilitaram chegar até às conclusões que apresentamos, mostrando, concomitantemente, o que entendemos por ciência e por pesquisa para que fique mais clara nossa trajetória até então.

O mundo pode ser interpretado de infinitas formas, de acordo com nossos interesses, com nossas impressões, com as relações que estabelecemos com o contexto social no qual estamos inseridos. Os acontecimentos são como são e representam para nós o que representam porque somos humanos, seres de linguagem, seres que estabelecem complexas relações entre si, em um mundo em constante transformação. A ciência não é neutra, mas feita por homens e mulheres com histórias de vida únicas, com sentimentos e emoções que perpassam todo o desenrolar do estudo, ainda que busquemos distanciamento com relação ao que pesquisamos.

Não podemos ter um método pronto e imutável, antes de iniciarmos a realização da pesquisa, pois não será possível articulá-lo com a realidade concreta, em razão de que não podemos esquecer que as teorias científicas e os métodos de pesquisa surgem do espírito humano e das condições socioculturais do conhecimento. E

o conhecimento humano é ao mesmo tempo cultural, espiritual, cerebral e computante.

Como todo conhecimento vivo, o conhecimento humano é um conhecimento de um indivíduo ao mesmo tempo produto e produtor de um processo auto (geno-feno-ego)-eco-re-organizador. Como todo conhecimento individual o conhecimento humano é ao mesmo tempo subjetivo (caracterizado pelo ego- geno-sócio-centrismo) e objetivo(caracterizado pela operacionalidade e pela eficácia no tratamento de seus objetos).

Como qualquer conhecimento cerebral, o conhecimento humano é, na origem e nos desenvolvimentos, inseparável da ação; como todo conhecimento cerebral, elabora e utiliza estratégias para resolver problemas postos pela incerteza e pela falta de completude do saber. (Morin, 1999, p. 248)

Essas estratégias são diferentes, de acordo com quem as cria, visto que cada um de nós tem diferentes formas de perceber a mesma situação, embora haja entre nós *“uma relação de inerência/separação/comunicação que permite não somente o conhecimento mútuo, mas também a partilha, a troca e a verificação dos conhecimentos”* (Morin, 1999, p.250). É justamente isso que faz com que a ciência prossiga em busca de novos resultados e definições.

No que tange a nossa compreensão do que seja a pesquisa, nos aproximamos da definição de Maria do Carmo Galiazzi para quem *“fazer pesquisa consiste em ler criticamente a realidade e, com compromisso político, contribuir para a construção de uma nova realidade mais justa, com oportunidades mais equalizadas”*. (2003, p. 86). Este é para nós o verdadeiro sentido da pesquisa: ela deve estar comprometida com a discussão e com a busca de soluções às mazelas que atingem principalmente os mais pobres e os excluídos, que são os que mais sofrem, por exemplo, com os problemas oriundos da crise socioambiental.

No que concerne às formas de pesquisar e à busca da verdade sabemos que os fenômenos sociais não podem reduzir-se a dimensões externas, que possam ser observadas e medidas:

as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam extrair do abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podemos produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam os seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento, as ciências sociais não são objetivas porque cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista.(Santos, 1996, p. 20)

O resultado da pesquisa será formado não só pelos *dados* que recolhemos e analisamos, mas pelas escolhas subjetivas durante todo o processo de estudo, cada palavra que escolhemos já trás em si um significado, um porquê de estar ali. Quando optamos por uma metodologia ou outra, isso também reflete uma tomada de posição com relação à pesquisa e à trilha que queremos seguir.

Entendemos por metodologia a soma de todos os procedimentos, os caminhos, as decisões, os pensamentos, as escolhas e os diálogos assumidos e elaborados no decorrer da pesquisa, buscando responder o problema inicial. A metodologia inclui:

as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do pesquisador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses para o desafio da prática. (Deslandes, 1994, p. 16)

Nunca estamos sozinhos em uma pesquisa, mesmo que nossos objetos estejam localizados no passado remoto ou sejam documentos escritos. Inevitavelmente, sempre dialogamos conosco, com os sujeitos da pesquisa, com as teorias, com os que fazem parte do contexto ao qual pertencemos, com as diferentes metodologias, com os envolvidos em uma pesquisa. É esse movimento que nos transforma: seguimos trilhas antes não pensadas, damos as mãos ao desconhecido, ousamos, paramos, esperamos, problematizamos, mas nunca sabemos onde vamos chegar, mesmo que no início do estudo pensássemos saber onde tudo isso iria acabar.

2.2.1 A Colheita dos Dados Qualitativos

Cada pesquisador por mais que parta de um referencial metodológico academicamente definido e reconhecido sempre acaba dando um novo formato, novas cores, ao mesmo tempo em que rememora muitas cores já trazidas por outros trabalhos. Em toda pesquisa o velho e o novo sempre dialogam.

Indubitavelmente sempre partimos de algum lugar, de algumas certeza e/ou dúvidas. Neste trabalho partimos da idéia de que a metodologia de pesquisa qualitativa é a que melhor contempla a tentativa de responder nossas dúvidas. Podemos dizer que realizamos um estudo de caso, entendido neste contexto como aquele que toma por base as microrrealidades (nesta

conjuntura a agricultura praticada na Quitéria), entendendo cada realidade como única, ainda que as teorizações e conclusões que alcançamos possam servir para que compreendamos outras realidades e contextos maiores.

Chizzotti afirma que:

o estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (1995, p.102)

Partimos do caso específico da Quitéria, mas a partir dele propomos ações e apontamos problemáticas que nos levam a pensar contextos mais amplos. Podemos representar da seguinte forma a metodologia que desenvolvemos:

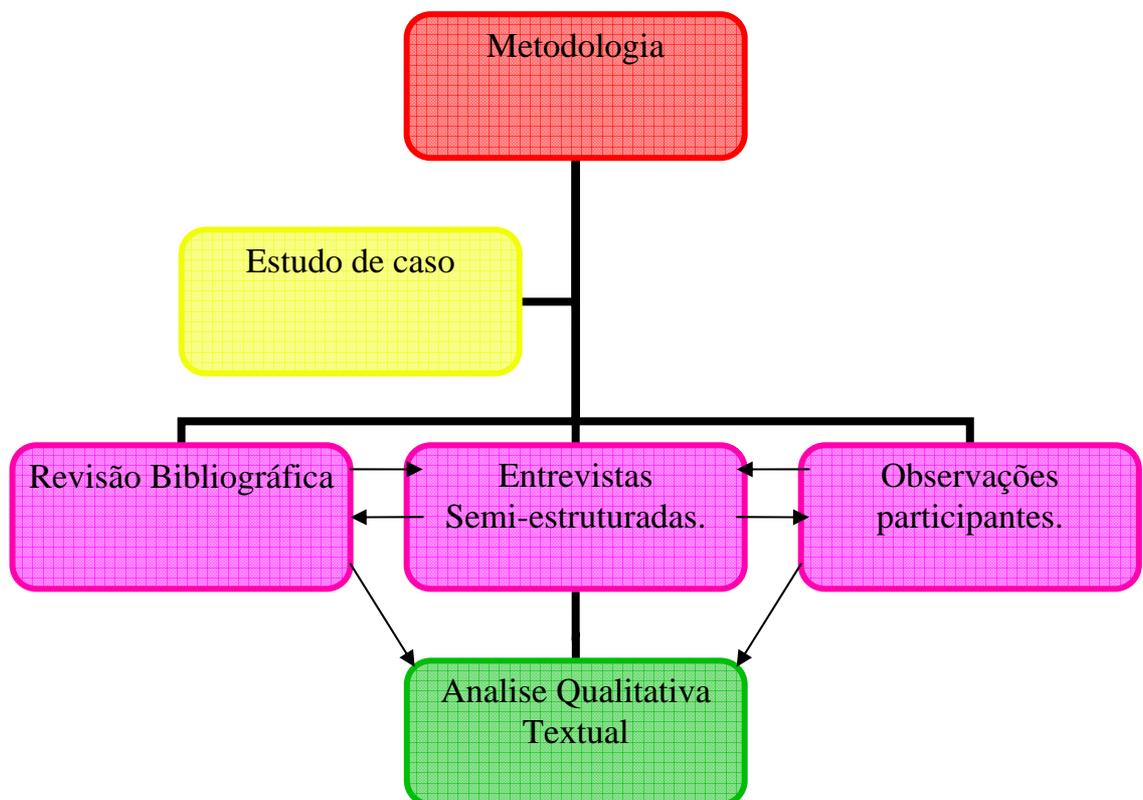


Gráfico 01
Metodologia empregada na pesquisa

Nesta pesquisa o fato que estudamos é a agricultura convencional praticada na Quitéria, visando a propor uma ação transformadora pautada pela implantação da agricultura sustentável.

O primeiro passo foi a revisão bibliográfica: procuramos em todos os meios que estiveram ao nosso alcance travar contato com escritos acerca das principais problemáticas que fazem parte da construção desta dissertação e com as tendências que vêm ganhando espaço na discussão da questão agrária e das ações que visam á transição agroecológica. Segundo Vasconcelos:

em tese, qualquer investigação exige uma pesquisa bibliográfica, no sentido de acompanhar até onde o conhecimento acumulado já avançou no estudo do tema e nas diferentes formas de abordagem teórica, metodológica e técnica ao problema em foco, evitando portanto o tão comum “chover no molhado” e o desperdício de recursos. Além disso, a utilização de fontes bibliográficas permite uma cobertura muito ampla de fenômenos semelhantes, permitindo uma comparação dos dados e resultados que amplia muito as perspectivas de análise. (2002, p.211)

A revisão bibliográfica é permanente; a todo momento podemos descobrir novos estudos, não é algo que se encerra para dar lugar a outras buscas. No que tange ao espaço específico de nossa pesquisa, as fontes primordiais são as entrevistas de agricultoras e agricultores da Quitéria e nossa própria experiência como moradores do lugar. Não há outra maneira de dialogarmos com essas fontes que não seja pautando-se na análise qualitativa e na observação participante caracterizada como aquela que:

se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo pode modificar e ser modificado pelo contexto (Neto,1999, p. 59)

Assim, realizamos um total de doze visitas a propriedades da Quitéria, incluindo a dos entrevistados. Não gravamos essas conversas porque ficaria muito difícil, uma vez que visitamos as chácaras, o que demandava uma grande mobilidade e a impossibilidade de uso de um gravador de voz.

Essas observações serviram, antes mesmo de entrarmos naquilo que tradicionalmente chamamos de resultados para fazer a caracterização da Quitéria, no capítulo cinco e para a consolidação de nossas categorias de análise.

Pudemos fazer muitas perguntas e discutir variados assuntos com os agricultores nesses encontros. Isso nos permitiu ter mais clareza do que devíamos perguntar nas entrevistas, bem como possibilitou um maior contato com a vida cotidiana de outras famílias de produtores rurais da Quitéria com suas crenças, seus costumes e seus sonhos.

Para que fique claro que trilhas tomamos, precisamos resgatar o que objetivamos com a pesquisa: entender o que sustenta a agricultura convencional na Quitéria e quais as possibilidades de transformação pelos caminhos da educação ambiental. Não podíamos, então, como chegamos a cogitar, construir uma metodologia de intervenção mais direta, por meio de oficinas, por exemplo, onde explicássemos quais os limites e ameaças que a agricultura convencional traz e como podemos superá-la.

Tínhamos que conhecer o que pensam os moradores da Quitéria, suas experiências de vida e, em hipótese alguma moldar sua fala àquilo que esperávamos ouvir. Quando pensamos um processo de transição agroecológica que se pretenda efetivamente emancipador, não temos dúvidas de que um dos primeiros passos é conhecer a comunidade e quais as barreiras que se impõem à mudança. É isso o que procuramos mostrar: qual a visão que as agricultoras e agricultores apresentam em relação a sua forma de plantar e como percebem a agricultura sustentável. As entrevistas semi-estruturadas, aliadas às observações participantes formam os melhores meios que encontramos para tal propósito.

As entrevistas foram realizadas com oito agricultoras e agricultores com idades que variaram dos vinte e quatro aos oitenta anos. Optamos por não divulgar as identidades dos envolvidos, pois esses assim se sentiram mais a vontade para falar do poder público, do uso dos agrotóxicos e dos órgãos de assistência técnica, por exemplo, que são assuntos polêmicos e que poderiam constrangê-los. Desse modo, nos capítulos cinco, sete, oito e nove temos muitas falas retiradas das entrevistas, que estão destacadas no texto com o uso do recurso *Itálico*, para que seja facilitada a identificação.

O critério que utilizamos para escolher os entrevistados formam sua disposição em participar do estudo e a busca da maior heterogeneidade possível de vivências e experiências. Como já tínhamos contato com a comunidade isso facilitou muito, ainda que antes de iniciarmos o trabalho acreditássemos que seria uma barreira, ou seja, que o fato de já nos conhecerem os deixasse tímidos ou acanhados.

Entendemos as entrevistas semi – estruturadas como um método que pode:

ao mesmo tempo em que afirma a intencionalidade do ato da busca, da pesquisa, abrir possibilidades para os depoentes/entrevistados seguirem seus próprios cursos narrativos e trazerem o inusitado, a evocação de suas memórias e visões sobre o que lhe seja significativo (Mello,2005, p. 53)

Por isso, as entrevistas são tão ricas e cheias de possibilidades, já que não estão determinadas, mas condicionada pelos objetivos iniciais da pesquisa, embora jamais tolham a voz do outro, bem como suas convicções. Cada entrevista é sempre diferente por mais que partamos do mesmo roteiro, como é o caso desta pesquisa. Cada uma tem uma profundidade e contempla tão importantes contribuições que pensamos ser mais importante a qualidade e não a quantidade de entrevistas realizadas e a seriedade na análise do conjunto de dados que dispomos.

A entrevista é um momento de interação, entre pesquisador e pesquisado, de grande valia, em virtude de constituir-se num *“processo de interação intersubjetiva e social por excelência, acentuando toda riqueza, desafio e complexidade do processo investigativo.”* (Vasconcelos, 2002, p.223). É um espaço genuinamente educativo, de troca de experiências, no qual pudemos aprender muito com aqueles que conosco dialogaram, modificando em grande medida nossa própria maneira de pensar as possibilidades e os limites da transição agroecológica, assim como o papel da educação ambiental.

2.2.2 A leitura do pesquisador: a análise qualitativa textual

“Uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias desenvolvido na análise.

O processo analítico encaminha a construção de uma estrutura para um novo texto, capaz de sistematizar os principais elementos e dimensões que podem ser lidos nos textos submetidos a análise”
(Moraes, 2005, p.87)

A discussão do *corpus* documental coletado foi efetivada por meio da análise qualitativa textual, uma modalidade de análise que permite uma compreensão profunda dos fenômenos investigados e a participação do pesquisador na reconstrução dos discursos de todos os sujeitos da pesquisa.

Roque Moraes (2005) destaca quatro momentos que nos parecem fundamentais no processo de investigação: a unitarização, a categorização, a descrição e a teorização. Nesta pesquisa fomos adaptando a proposta do autor às nossas necessidades e demandas. Assim, tendo em mãos todas as fontes que recolhemos, procedemos à unitarização, que aconteceu praticamente ao mesmo tempo que a categorização. A análise consiste em dividir:

um todo em partes para, a partir, daí, construir uma melhor compreensão do todo. Assim, “unitarização” implica a fragmentação de um texto e nisto esta sempre implícita uma perda de parte das informações existentes (...) entretanto tem também aspectos positivos. As unidades de análise servem para ajudar a focalizar elementos específicos do objeto de estudo, aspectos que o pesquisador entende que merecem destaque. (Moraes, 2005, p. 90).

De nossa parte, tínhamos duas categorias gerais *a priori* que nos interessavam no início do trabalho: a agricultura convencional e a agricultura sustentável, porém, devido ao grande destaque que tomou o tema nas falas das agricultoras e dos agricultores, decidimos incorporar uma categoria emergente em nossa abordagem: a assistência técnica rural.

Essas três compunham nossas categorias iniciais. Deslocamos para elas todas as unidades que lhes diziam respeito, para *a posteriori*, pautando-nos pelos objetivos da pesquisa criar sub-categorias a partir das três grandes categorias primeiras. Fomos, dessa forma

aprofundando nossa discussão e nos encaminhando para a “*produção de um novo texto que combina descrição e interpretação*” (Id. Ibidem, p. 96). Roque Moraes chama o texto resultante do processo de análise qualitativa textual de metatexto.

O mesmo autor caracteriza a descrição como sendo de algum modo:

Uma interpretação, (que) entretanto corresponde a um interpretar que está muito próximo da realidade examinada, podendo ser entendida como uma leitura com base em conhecimentos tácitos e implícitos do pesquisador ou de quem procura expressar esses tipos de conhecimento dos sujeitos pesquisados sem teorizá-los. (Id. Ibidem., p.88)

É preciso, assim, uma leitura teórica mais aprofundada para que a análise qualitativa textual possa alcançar um estágio de interpretação e reconstrução teórica, afinal, uma pesquisa não pode limitar-se a descrição.

É claro que no decorrer da pesquisa a unitarização, a categorização, a descrição e a teorização foram se misturando, mas foi justamente por essa simbiose entre momentos diferentes da pesquisa, por causa de idas e voltas, que emergiram as conclusões mais significativas para a pesquisa e nossa vida.

Muitas vezes, durante o desenrolar de uma entrevista, enquanto ouvíamos o entrevistado falar, já lembrávamos de um autor, uma passagem ou algo que escrevemos, que corroborava ou contestava com aquilo que estava sendo dito. Antes mesmo de qualquer tentativa de unitarização tínhamos uma incipiente teorização que se manifestava.

Procuramos construir os três capítulos finais por meio do processo de análise textual, assim como buscamos consolidar uma sólida teorização, retomamos muitos aspectos já arrolados no decorrer do trabalho. Tentamos construir interlocuções empíricas entre nós, os entrevistados e os teóricos que nos aportaram neste estudo, para que dessa forma chegássemos à junção dos três momentos principais da coleta de dados: a revisão bibliográfica, as observações e as entrevistas semi-estruturadas, que têm seu roteiro em anexo ao final desta dissertação.

3. A CRISE SOCIOAMBIENTAL: MEANDROS E CAMINHOS



FIGURA 04

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Máquina utilizada na aplicação de agrotóxicos

Fala do Velho do Restelo ao Astronauta

*Aquí na terra a fome continua,
A miséria, o luto, e outra vez a fome.
Acendemos cigarros em fogos de napalme
E dizemos amor sem saber o que seja.
Mas fazemos de tí a prova de riqueza,
E também da pobreza, e da fome outra vez.
E pusemos em tí sei lá bem que desejo
De mais alto que nós, e melhor e mais puro.*

*No jornal, de olhos tensos, soletramos
As vertigens do espaço e maravilhas
Oceanos salgados que circundam
Ilhas mortas de sede, onde não chove.*

*Mas o mundo, astronauta, é boa mesa
Onde como, brincando só a fome,
Só a fome, astronauta, só a fome,
E são brinquedos as bombas de napalme*

3. A CRISE SOCIOAMBIENTAL: MEANDROS E CAMINHOS

“A crise ecológica atual leva de maneira inexorável à necessidade do debate sobre a sustentabilidade, que por sua vez desnuda que existe um conflito entre a reprodução da humanidade e da terra com a natureza. A natureza viva sobre a terra suporta cada vez menos a crescente busca pelos ‘recursos naturais’, o crescimento populacional urbano, enfim o antropocentrismo, enquanto a sociedade reclama cada vez mais consumo e a necessidade do progresso material como basilar para o bem-estar.

Estamos enredados em uma bola de neve: para gerar emprego e renda é necessário mais consumo, que, por sua vez, exige mais produção, que gera busca de recursos naturais, que gera mais renda do trabalho e de novo ampliação do consumo. Assim, vai se consolidando o círculo vicioso da economia, da sociedade da abundância e da miséria, o inverso da sustentabilidade”.
(Ruscheinsky, 2004a, p. 30)

Pensamos ser essencial destacar neste capítulo a forma como entendemos o cenário em que nos movemos. Dito de outro modo: que condições e que elementos são esses que nos formam e o mundo em que vivemos? Assumirmos os limites de nossa forma de vida no mundo; assumirmos que é preciso abrir mão de nosso individualismo, egoísmo e competitividade é urgente para reconhecermos, dessa forma, a interligação com todos os seres, com todos os entes que estão nesse mundo e constituem essa imensa teia na qual todos nos movemos. A ciência ao longo do tempo produziu uma visão fragmentada do mundo; as grandes descobertas científicas têm aspectos benéficos, é inegável, lembremos a cura de muitas doenças e os avanços nos meios de comunicação. No entanto, há

aspectos nocivos e mortíferos, provenientes do manuseio distorcido das descobertas – e temos, por exemplo, o extermínio de populações humanas, o comprometimento da biodiversidade do planeta e a consolidação de uma prática social descomprometida com a preservação do patrimônio cultural da humanidade. Ao lado da conquista de novos mundos, novas técnicas, novos conhecimentos e da produção de novos materiais, há também a apologia do novo e a dispensa e desclassificação de saberes milenares da tradição. (Yunes, 2004, p. 289)

Diante disso o que faremos neste capítulo será mostrar que a atual crise socioambiental que vivemos tem raízes históricas, que ela surgiu de um longo processo de transformação das relações com esse imenso outro, o mundo físico, do nosso esquecimento do passado e do uso indiscriminado da tecnologia. Perdemos a noção de pertencimento e de interdependência, por isso, para pensar a superação da crise, é preciso resgatar aquilo que é *tecido junto*, ou seja, a complexidade. É nesse contexto que precisamos pensar o problema da agricultura convencional como mais uma face dessa crise, que se gestou ao mesmo tempo que a separação homem/natureza. Não é possível pensar a problemática da agricultura apartada das condições e dos meandros que a formam e a sustentam.

3.1 O ambiente como totalidade

Para pensar a crise socioambiental urge, inicialmente, caracterizar que ambiente é esse do qual estamos falando: acreditamos que não há ambiente separado do social e de tudo que isso implica. Assim, o ambiente é totalidade: envolve não só os recursos naturais, mas aquilo que fazemos com eles. Abarca, portanto, a política, a cultura, a religião, a ciência, enfim todos os prismas de nossa existência.

Marcos Reigota propõe uma definição de meio ambiente como “*o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.*” (2004, p. 14). O ambiente não se limita, então, ao aspecto natural, à flora e à fauna, mas a todas as

transformações que operamos no meio. As relações que estabelecemos, as mutações que acontecem cotidianamente e que são frutos das interações entre homens e mulheres e o ambiente construído socialmente por meio de um processo dialógico. Os seres humanos não sobrevivem sem a terra, a terra em sua totalidade, pois somos parte do que Morin e Kern chamam de “*árvore da vida*”:

essa árvore não é evidentemente uma coluna regular, portadora de simétricas ramadas. É uma eflorescência de umbelas, cachos, panículas dos mais diversos aspectos e perfumes, um frondoso entrelaçamento em que raízes e ramos se juntam e se afastam.

A árvore da vida é ao mesmo tempo esfera da vida. Esta, interagindo com as condições geoclimáticas, produziu múltiplos nichos, cujo conjunto constitui a biosfera.

O homem, ramo último da árvore da vida, aparece no interior da biosfera, a qual, ligando ecossistemas e ecossistemas, envolve todo o planeta. (...)

A vida portanto, nascida da Terra, é solidária da Terra. A vida é solidária da vida. Toda vida animal tem necessidade de bactérias, plantas, outros animais. (...) Nenhum ser vivo, mesmo humano, pode libertar-se da biosfera.(2005, p. 53)

Os homens esquecem que não podem viver sem o ambiente e o destroem, o usam como qualquer outro produto ou meio de produção, extraindo, inconseqüentemente, os recursos que não se renovam, pois pensam estar à margem do que o forma e dá condições para a existência humana: a natureza. Acreditam poder *libertar-se* da terra e, desse modo, mesmo que não compreendam, de si mesmo.

3.2 O Homem: ser histórico, natural, cultural e individual

“À vespa são poupadas as dores da aprendizagem. Todo conhecimento necessário à sua vida já está presente, inconscientemente no seu corpo. Programada perfeitamente para viver e para morrer(...)

Nós?

Seres de programação atrofiada, encolhida, verdade que ela (a programação biológica) diz bastante sobre as coisas que devem ocorrer dentro de nossa pele, tanto assim, que crianças continuam a nascer, na maioria das vezes , perfeitas, de mães e pais que nada sabem. Mas ela diz muito pouco, se é que diz alguma coisa, sobre o que fazer por esse mundo afora. Tanto assim, que foi necessário que os homens inventassem maneiras de ser humanas por meio da imaginação e das convenções. São os mundos da cultura. (...) Os caminhos pelos quais nos tornamos e permanecemos humanos são tão numerosos quanto as culturas do homem.(...)”

(Alves, 1982, p.49-50)

Enquanto agentes construtores e interferidores no mundo e com o mundo, precisamos entender que nós, seres humanos, somos construídos socialmente nas relações que estabelecemos com os outros, com os que nos cercam, ao longo do tempo, no decorrer da história. Os animais, ditos “irracionais”, vêm ao mundo sabendo como se comportar, mas nós humanos, dotados de *logos* e *fonos*, aprendemos através de nossas experiências, nas relações significativas com os outros mediados pelo mundo como nos lembra Paulo Freire (1987 p. 39). Já na Antigüidade grega Aristóteles afirmava que:

de modo muito claro entende-se a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais alto do que as abelhas e os outros animais todos que vivem reunido. A natureza, afirmamos, nenhuma coisa realiza em vão. Somente o homem, entre todos os animais, possui o dom da palavra; a voz indica a dor e o prazer, e por essa razão é que ela foi outorgada aos outros animais. Eles chegam a sentir sensações de dor e prazer, e fazem-se entender entre si. A palavra, contudo tem a finalidade de fazer entender o que é útil e prejudicial, e, conseqüentemente, o que é justo e injusto. O que, especificamente, diferencia o homem é que ele sabe distinguir o bem do mal, o justo do que não o é, e assim todos os sentimentos dessa ordem cuja comunicação forma exatamente a família do Estado. (Aristóteles, 2001, p. 14)

Quando uma criança nasce, por exemplo, as suas primeiras experiências são frutos daquilo que os adultos lhe mostram, daquilo que lhe apresentam, do que é posto ao seu alcance. Lhe ensinamos a ser criança, a absorver a nossa cultura e valores, o que é certo ou errado, o que se pode ou não fazer, afinal pensamos sabê-lo. Crescemos com muitas certezas e verdades, e, por vezes, passamos a vida sem contestar-las. Ao serem por nós internalizadas, naturalizam-se.

Há particularidades que definem o “*ser humano*”, ou seja, nossa condição humana. Morin, ao defini-la segue o exemplo de Aristóteles e afirma parecer ser o homem o único animal que dispõe de consciência:

somos (aparentemente) os únicos seres vivos, na terra, que dispõe de um aparelho neurocerebral hipercomplexo, e os únicos que dispõe de uma linguagem de dupla articulação para comunicar-se indivíduo a indivíduo. Os únicos que dispõe da consciência...(..)

Nós somos uma ramificação da ramificação dessa evolução dos vertebrados, dos mamíferos, dos primatas, portadores em nós das herdeiras, filhas, irmãs das primeiras células vivas. Pelo nascimento, participamos da aventura biológica; pela morte, participamos da tragédia cósmica. O ser mais corriqueiro, o destino mais banal participa dessa tragédia e dessa aventura. (Morin, 2001, p. 37)

Estamos, então, todos interligados, partícipes de um mesmo espetáculo: “*o espetáculo da vida*”. Há dentro de cada ser humano “*o mundo físico, o mundo químico, o mundo vivo, e, ao mesmo tempo, dele estamos separados por nossa consciência, nossa cultura*”(Id. Ibidem., p. 37) .

É nossa história, assim como a cultura que nos tornam indivíduos únicos: não existem, no mundo, duas pessoas iguais, cada um entende e percebe o mundo a sua maneira. Cada um tem a sua subjetividade, por isso, também é tão difícil a relação com os outros. Dito de outro modo, o movimento em relação ao outro é para o ser humano um imperativo, da mesma forma que um desafio, em função da dificuldade que temos em lidar com o diferente. Marcelo Guimarães afirma que:

o que caracteriza cada pessoas é a sua relação consigo mesma e a sua abertura para a presença do outro. Ao mesmo tempo em que somos marcados pela interioridade, isto é, por uma capacidade de reflexão e consciência, possuímos uma relação de exterioridade (...) movimento em relação a quem não é igual a nós mesmos, que nos arranca de nossas mesquinhas e nos faz percorrer a peregrinação em relação ao santuário sagrado do outro. (2004, p. 65-66)

Mas, ao passo que precisamos do outro, é conflituosa essa relação com ele, assim como em relação ao ambiente - um outro com suas singularidades. Se podemos afirmar que o “*ser humano é relação – com outros homens e mulheres, consigo mesmo e com o ambiente*” (Makiuchi, 2006, p. 29), é preciso lembrar que por isso esse último deve ser pensado como alteridade para entender-se que, a par de toda diversidade, pertencemos a ele. Nos constituímos em nossa relação com o diferente que nos afirma, do mesmo modo que nós a ele.

Como ser histórico, natural, cultural e individual temos “*diferentes experiências de vida, diferentes formações obtidas em algum lugar (...) por onde passamos e seguimos passando*”, ou seja, temos trajetórias diferentes, assim, “*somos, nisto, diferentes uns dos outros, mas não somos desiguais diante dos outros*” (Brandão, 2005, p.92). Se objetivarmos, então “*conviver em cenários de vida e de trabalho regidos pela cooperação e pelo diálogo democrático e livre, será através do que nos torna iguais e diferentes, convergentes e divergentes, que iremos nos reunir e decidir o que deve ser feito e como deve ser feito*” (Id. Ibidem, p.93)

Afinal, é preciso lembrar que somos todos seres inacabados, em constante construção/ desconstrução. Somos, sim, seres condicionados mas não determinados. Isso faz com que possamos ter esperança, pois, há possibilidade de mudança, de superação e de conscientização. Se existe muito que queremos mudar, se queremos buscar um mundo melhor precisamos acreditar em nós, temos que gostar de sermos humanos, temos que gostar de estarmos no mundo entendendo que isso significa estar com o outro, o diferente. Ser humano é poder por seguir vários caminhos, apesar de nem sempre pelos que gostaríamos, Paulo Freire ao explicar porque gosta de ser gente, diz que:

gosto de ser homem, gosto de ser gente, por que não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, por que sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida(...) Gosto de ser gente porque a História que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo.(2003, p.52-53)

Pelo fato de termos opções é que se torna necessária a ética, pois somos capazes de escolher, intervir, acolher, decidir, destruir, regenerar, andar, romper, desistir, sonhar, acreditar, perder, ganhar, tornar, crescer, fazer, interpretar, mandar, obedecer, produzir, parar, sofrer, carregar, ... enfim, *ser*, por isso, é preciso ética, porque nossas ações têm reflexo no

mundo, esse imenso outro. Nossas ações e ética deturpada ao longo da história, nossa forma de entender e estar no mundo acabaram gerando essa crise socioambiental. Crise construída por homens que estabelecem laços de dominação e não de pertencimento em relação ao ambiente.

O século XX é marcado pelo agravamento dessa crise socioambiental e, devido a isso, precisamos parar e repensar seriamente nossas posturas. É no século passado que surge a Educação ambiental, que precisa criar mecanismos de luta contra toda essa construção secular de uma racionalidade que separa homem/natureza, reduzindo o mundo e pregando o antropocentrismo.

3. 3 Pensando a Crise Socioambiental

“ Quando os indivíduos acreditam que o bem estar e a felicidade estão vinculadas apenas aos bens materiais e às riquezas acumuladas, deixam de ter compromisso com o coletivo e assumem atitudes altamente competitivas e individualistas, onde não há lugar para a solidariedade. Quando os indivíduos compreendem sua origem na natureza e percebem o seu papel na construção do seu conhecimento e da individualidade, vinculados ao de sua espécie e demais elementos do planeta, seus parâmetros mudam. Aprender a ler e interpretar a natureza e desenvolver a capacidade de interferir nos ecossistemas de forma sustentável, torna-se componente estratégico fundamental de ação cidadã e planetária. A conscientização é básica para a tomada de decisões responsáveis e sustentáveis para a espécie e o planeta”
(Serrano, 2005, p. 94)

Assistimos ao longo do tempo, ao predomínio do quantitativo sobre o qualitativo, todas as coisas e pessoas parecem ter preço; com o dinheiro nos tornamos imbatíveis, é o ápice de um sentimento de emancipação humana com relação ao ambiente. Enquanto o capitalismo vai se firmando isso vai progredindo, construindo uma idéia de natureza não humana e vice-versa. A ciência tem um papel determinante nesse movimento:

com seu determinismo, torna-se parceira e justificativa do modelo econômico vigente. Através de seus instrumentos e teorias, legitima os

processos de padronização que visam o aumento da produção e do capital. No entanto, esse modelo atinge seu limite. E a crise socioambiental (...) apresenta a necessidade de repensar a natureza não apenas como objeto de apropriação ou mera externalidade produtiva (Castelnou et al., 2003, p.44)

Mas, como algo que nos forma, do mesmo modo que nós a ele, assim, a crise socioambiental está diretamente relacionada à nossa forma de ver o mundo e, conseqüentemente, de nos relacionarmos com ele, já que:

mesmo quando aparentemente longe, o “que acontece” sempre tem a ver com todos nós. Para além das fronteiras que parecem nos dividir, somos todos viajantes do mesmo barco. Estamos embarcados na mesma viagem: a da vida humana na Terra. Vivemos todos o mesmo destino. Um destino que depende da Terra e da vida na Terra. Pois será uma escolha nossa seguirmos sentindo, pensando e agindo como agimos, pensamos e sentimos, ou começarmos a aprender a sentir de outro modo, a pensar de outra maneira, a viver e agir de outra forma (Brandão, 2005, p. 36)

Homens e mulheres se defrontam, assim, com grandes dilemas, que foram construídos historicamente, em conseqüência de nossas relações de exploração e descaso com o meio, do crescimento desenfreado das populações humanas, com destaque àqueles que vivem em situação de miséria e abandono. Quando perdemos de vista que estamos todos no mesmo barco, nos descomprometendo os com sua manutenção, como o seu cuidado, com as condições para que ele possa ainda muito navegar, pomos em risco a sustentação e a continuidade da nossa Vida, da existência do imprescindível barco que é a Terra.

Contudo, não podemos esquecer que esse barco comporta desigualdades socioeconômicas profundas que não podem ser aceitas. Podemos lembrar muitos números e fatos que caracterizam isso; que explicitam que crise é essa que estamos a falar; elencamos-as, partindo de Loureiro (2004):

- As profundas divisões entre países do norte e do sul, no que se refere às questões financeiras e comerciais. (...) As três pessoas mais ricas possuem patrimônio igual ao PIB dos 48 países mais pobres. As aproximadamente trezentas maiores fortunas possuem em ativos o equivalente à renda de dois bilhões e setecentos milhões de pessoas. E isso se dá em uma sociedade que vê tal fenômeno como normal ou natural.
- Os estoques pesqueiros estão sendo reduzidos e algumas espécies se encontram em processo irreversível de extinção. Desse patrimônio pesqueiro, 60% são explorados no limite de sua capacidade de suporte; 27% dos recifes estão destruídos; 25 % dos mamíferos; 12% das aves 25% dos répteis; 21% dos anfíbios e 30% dos peixes conhecidos estão ameaçados de extinção.

- Cinco mil e quinhentas crianças morrem diariamente de doenças causadas por poluição de água, ar ou alimentos.]
- A taxa de degelo mundial duplicou desde 1988, podendo aumentar o nível do mar em 27 cm a 1m até 2100, o que implicará o desaparecimento de alguns países do Pacífico e problemas na região costeira mundial, onde reside grande parte da população mundial.
- Atingimos a marca recorde de 6,55 bilhões de toneladas de carbono liberado na atmosfera por queima de combustível fóssil, de 350 milhões de toneladas de nitrogênio, e 13 milhões de toneladas de fósforo, alternando significativa a dinâmica geoquímica planetária. Enquanto isso, o Protocolo do Kioto continua “emperrado” pela ação de países contrários como Estados Unidos, Canadá (por interesses econômicos baseados no uso do petróleo) e Austrália (maior vendedor mundial de carvão mineral).(p.41-42)

Muito mais poderia ser lembrado, mas como indica Chiavenato “ *não adianta chorar a árvore derrubada. Lágrimas não purificam o rio poluído. Dor ou raiva não ressuscita os animais. Não há indignação que restitua o ar puro*”(1989, p.5).É preciso buscar soluções radicais à situação em que vivemos, reconhecendo a complexidade dessa situação, indo além do *como fazer?*, sem antes pensar os porquês, nas implicações de nossas atitudes.

A crise socioambiental não pode ser vista fora da problemática do conhecimento, criamos categorias, divisões, isto é, perdemos a noção de todo, de conjunto, de dependência, de uns para com os outros, sem perceber que nossas ações têm reflexos em nós mesmos. Agora, essa crise não apenas ameaça nossas chances de viver em um modelo que suporte a presente população humana mas, também põe em risco as possibilidades de continuarmos a existir como espécie. Os sinais de ameaça da crise estão por todos os lados: na desigualdade social, na violência, na corrupção política, etc., apontando que há ausência de uma ética ambiental capaz de guiar nossas ações para um entendimento diferente de nossas vidas, de nosso próprio modelo de felicidade e bem - estar, hoje ligados a um viés economicista.

Os sintomas dessa situação são evidentes no desequilíbrio da produção de alimentos e do crescimento da população humana, mas, principalmente, na sua má distribuição dos mantimentos, já que os alimentos muitas vezes estão disponíveis apenas para quem tem dinheiro. A redução da produtividade de vastas áreas de terra está ligada à questão do uso desenfreado de produtos químicos e agrotóxicos no solo, o que iremos tratar mais tarde, visto que é uma problemática abarcada pelo tema deste projeto, que traz drásticas conseqüências para a continuidade da forma de vida e produção defendida até então. Somado a isso tudo, há o mau uso e a poluição das águas, a mudança gradual dos climas regionais e globais como resultado das atividades urbanas e das técnicas agrícolas, que geram a destruição de importantes espécies da fauna e da flora e a alteração das comunidades naturais, a proliferação

de organismos transmissores de doenças e epidemias, o genocídio cultural e a perda da identidade local.

Esses problemas todos, reiteramos, estão interligados, ou seja, são indícios de uma única crise: a do modelo de civilização, de vida e de conhecimentos ocidentais, o que termina contaminando a todos e impedindo mudanças radicais em nível local. Na origem disso, está a exploração cada vez maior por parte do homem, dos recursos naturais. Sua ignorância com relação às leis que regem os sistemas biológicos e o Cosmos, a exploração desenfreada e a inabalável fé na tecnologia, para resolver tais problemas que evoluem em proporções cada vez maiores, revelam sua certeza em verdades únicas criadas pela ciência. Criamos um conjunto interminável de necessidades artificiais, internalizadas como imprescindíveis, assim:

o homem produtor está subordinado ao homem consumidor, este ao produto vendido no mercado, e este último a forças libidinais cada vez menos controladas no processo circular no qual se cria um consumidor para o produto e não mais um produto para o consumidor.(...) Entre os ricos o consumo se torna histérico, maníaco, pelo prestígio, a autenticidade, a beleza, a tez pura, a saúde. Eles percorrem as vitrines, os grandes magazines, os antiquários, os mercados de pulgas. A bibelomania se conjuga com a bugigangomania.

Os indivíduos só pensam no dia de hoje, consomem o presente, deixam-se fascinar por mil futilidade, tagarelam sem jamais se compreender na torre de Babel das bugigangas (Morin e Kern , 2005, p. 84)

Não valem mais pelo que somos ou pelo que fazemos, mas pela conta bancária, pelos que compramos, pela viagens que realizamos. Para não nos sentirmos sozinhos, muitas vezes, precisamos de objetos ou ir as compras. Podemos estar cercados de pessoas, mas nenhuma delas ter valor significativo para nós, nos completar, nos escutar . Podemos ter muitos amigos virtuais ou passarmos a imagem da felicidade constante, mas nos sentirmos incapazes, abandonados, esquecidos. O próprio amor, “*resistência à anonimização e à atomização*” também é atingido “ *o mal da instabilidade, da pressa, da superficialidade se instala no amor e reintroduz nele o mal de civilização que o amor rechaça*” (Morin e Kern, 2005, p. 86). As relações entre os humanos se tornam, muitas vezes, frágeis, facilmente corrompíveis pelo capital, pelo consumo e pela concorrência.

A tecnologia acarretou maiores problemas, além dos relacionados a super - exploração e o consumo desenfreado. A tecnologia chegou a um determinado ponto que novos desenvolvimentos podem levar à conseqüências prejudiciais de caráter universal. Durante muito tempo acreditou-se que era possível controlar com tecnologia a poluição e a destruição,

como se o homem, investido de todos os poderes, pudesse destruir e consertar o ambiente, criá-lo e recriá-lo. Hoje, estamos percebendo que não somos capazes disso, não podemos parar o avanço da destruição que ameaça e que é obra de nossa própria mão:

o mito do progresso hoje desmorona, o desenvolvimento está enfermo; todas as ameaças para o conjunto da humanidade têm pelo menos uma de suas causas no desenvolvimento das ciências e técnicas (ameaças de armas de aniquilamento, ameaças ecológicas à biosfera, ameaça de exploração demográfica). (Id. Ibidem, p. 91)

Dentro desse quadro destacamos que tanto os dominantes quanto aqueles dominados são alienados em seu modo de vida em um “ *mundo no qual a incerteza, o risco e o descontrole aumentam proporcionalmente o perigo dos efeitos do domínio da ciência sobre a natureza*” (Castelnou, et all, 2003, p.46) .Urge, então, a necessidade de uma reflexão crítica acerca da forma como o conhecimento se constrói e, dessa forma, reconstrói a realidade. Nisso está o cerne da crise socioambiental e o que a sustenta.

Junto com o mecanicismo, na ciência e na vida, há também o predomínio da visão antropocêntrica, que pensa sempre o homem em primeiro lugar. O próprio ambiente é visto a partir dessa idéia, como se o mundo e tudo que nele há estivessem ao do homem. Ele, então modifica o clima, a vegetação, o relevo, enfim, tudo o que está a sua volta para dessa forma conseguir extrair mais riquezas. A vida não é vista como processo, mas como fenômenos separados, compartimentados, sendo possível separar as várias esferas do conhecimento em gavetas de um arquivo, como se elas nunca se relacionassem, como se uma não fosse produto da outra e vice-versa.

A razão instrumental, a industrialização guarda uma espécie de “Segunda Natureza” Morin diz que:

a tecnoesfera entende a vida humana e a vida natural o modelo de organização próprio da natureza das máquinas artificiais. O espírito dessa tecnologia sobredetermina e é sobredeterminado pela lógica do lucro, pelo gigantismo industrial, pelo excesso de especialização. A aceitação dos processos de homogeneização destrói zonas imensas de diversidade ecológica. (1999, p. 17)

Perdemos a noção de complexidade, de pertencimento, que não se encontra apenas nos progressos científicos, na própria vida cotidiana, nas relações que estabelecemos com os que nos cercam, nos vários papéis que cada ser humano precisa desempenhar durante um único

dia como pai, mãe, filho, irmão, funcionário, patrão, pesquisador, desempregado, etc. Mudam-se as vestes, muda-se a personagem, mas continuamos construindo relações, modificando o ambiente, fazendo o bem e o mal, muitas vezes, concomitantemente.

Vivemos em um mundo globalizado onde as fronteiras dos países, mesmo que muradas, os oceanos, as montanhas não são mais nenhum impedimento para que possamos nos comunicar, para que possamos conhecê-los, mesmo que, sem sair do lugar. Todos independente da situação econômica, do lugar onde estamos tomamos contato com as benesses e malefícios dessa “mundialização”:

o africano em sua favela não participa do circuito planetário de conforto, mas está igualmente no círculo planetário. Em sua vida cotidiana sofre os reflexos do mercado mundial que afetam as cotações do cacau, do açúcar, das matérias-primas que seu país produz. Ele foi expulso de sua aldeia por processos mundializados provenientes do Ocidente, em particular da monocultura industrial; de camponês auto-suficiente tornou-se um suburbano em busca de salários; suas necessidades são doravante traduzidas em termos monetários. Ele aspira ao bem-estar. Utiliza o prato de alumínio ou de plástico, bebe cerveja e Coca-Cola. Dorme em folhas recuperadas e de poliestireno, e veste camisetas com inscrições americanas. Dança com músicas sincréticas, nas quais os ritmos de sua tradição entram numa orquestração vinda da América, vinculado a memória do que seus antepassados escravizados levaram para lá. Este africano, transformado em objeto do mercado mundial, tornou-se também sujeito de um Estado formado com base no modelo ocidental. (Morin e Kern, 2005, p. 35-6)

O certo é que percebemos ou não, acreditemos ou não, cada um de nós traz em si o planeta inteiro; pouco importa, se rico ou pobre, se morando no Ocidente ou Oriente, no Sul ou no Norte. Esse processo de mundialização que vivemos é, a um só tempo evidente, subconsciente e onipresente: não há como negar, muitas vezes não conseguimos perceber, mas ele está em todos os lugares, em todos os momentos.

Não há como apagar o passado; contudo podemos e iremos construir o futuro, por isso, é preciso começarmos a mudar pensamentos e as atitudes, adotarmos uma postura mais solidária conosco, com os outros e com o ambiente. Entendendo a conjuntura atual em que vivemos, a globalização, por um lado, e por outro, os conflitos entre as nações, a concentração de renda em pouquíssimas mãos, a miséria em muitas, os que produzem o lixo e os que o consomem.

O planeta é um só, é ele que devemos compartilhar, desse modo, é urgente que destruamos os muros que separam os conhecimentos e os próprios indivíduos entre si e construamos, em contrapartida, pontes e estradas que permitam uma mudança radical na

forma fragmentada de compreensão e interpretação dos mundo e da vida, bem como a construção de uma visão complexa e integrada dois problemas socioambientais.

No que concerne à agricultura convencional, é preciso que possamos iniciar a sedimentarização de mudanças nas práticas destruidoras do ambiente e violentas à Vida. Sabemos que o processo de transição para uma agricultura sustentável exige muita luta e convicção, visto que questões políticas, econômicas e culturais criam barreiras a essa transição e por isso necessitam ser transpostas.

0-

4. AGRICULTURA CONVENCIONAL: BREVE HISTÓRICO E CONDIÇÕES ATUAIS



FIGURA 05

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Vista de uma plantação de cebola de maneira convencional na Quitéria. Ao fundo podemos ver a Laguna dos Patos.

Adivinha

*Quem se dá quem se recusa
 Quem procura quem alcança
 Quem defende quem acusa
 Quem se gosta quem descansa*

*Quem faz nós quem os desata
 Quem morre quem ressuscita
 Quem dá a vida quem mata
 Quem dúvida e acredita*

*Quem afirma quem desdiz
 Quem se arrepende quem não
 Quem é feliz infeliz
 Quem é quem é coração*

4. AGRICULTURA CONVENCIONAL: BREVE HISTÓRICO E CONDIÇÕES ATUAIS

“É a própria noção de eficiência da agricultura que deve ser colocada em questão(...) a continuidade do processo de abertura da fronteira agrícola nos cerrados e o emprego em escala tão impressionante dos agrotóxicos sinalizam custos que não fazem parte do preço dos produtos. É uma forma perversa de competitividade diante da qual os principais atores em torno do tema – a começar pelos engenheiros agrônomos, estejam eles na extensão oficial ou não – tem manifestado preocupante indiferença.”
(Abromovay, 2001, p. A3)

“ É preciso saber até quando nossas universidades, nossos Centros de Ciências Agrárias e os cientistas rurais ensurdecidos pelas avaliações dos provões, dos programas de gratificação de docência (GEDs) e da onda ufanista da Universidade, continuaram a trabalhar a favor da FOME, repetindo um discurso ultrapassado e vazio na perspectiva da produtividade”
(Lima, 1998, p 20)

A agricultura convencional, enquanto atividade primária, intrinsecamente ligada à terra, é um exemplo latente de rompimento dos laços que unem, de forma radical, as mulheres e os homens ao meio ambiente. Essa é uma demonstração do que pode gerar a ação desenfreada, irresponsável, do ser humano, em busca do aumento da lucratividade e do acirramento da competição.

A terra, como nos lembra Fontoura (2001), é uma ferramenta fundamental de produção, não é fruto do trabalho humano, isso é o que a diferencia, em termos qualitativos, dos outros instrumentos. Assim, podemos dizer que *“o fruto da terra é fruto do trabalho, mas a própria terra não é. A terra não é um bem reprodutível. É um bem natural”* (p. 234).

A agricultura, ao ser incorporada ao modo capitalista de produção, sofre um conjunto de mudanças e a própria visão que temos da terra passa a ser empresarial, voltada para a

reprodução de capital, perdendo a sincronia entre o ritmo da natureza e o da produção. A agricultura familiar incorpora essas transformações, adotando tecnologias e produtos, ao longo do tempo, com o objetivo de aumentar a produção para fazer crescer o lucro, usando cada vez mais tecnologia. Contudo:

hoje se constata um progressivo crescimento das forças produtivas no campo, simultaneamente à permanência da miséria e iniquidade rurais. Sistemas de cultivo extensivos se perpetuam, ao lado dos mais intensivos, ambos ainda se valendo de diferentes formas de trabalho compulsório. Processos e artefatos modernos convivem com a violência, o favor e o clientelismo renovados. Arcaico e moderno, progresso e regressão, civilidade e sertão, cidade e campo, são noções que se negam e se conservam no interior de um desenvolvimento contraditório. (Fontoura, 2001, p.11)

No que concerne à agricultura familiar também percebemos muitos desses elementos, não apenas como pólos opostos, mas como o velho e o novo convivendo juntos, aquilo que permanece e o que surge das mudanças introduzidas na agricultura. O mesmo agricultor que escolhe a lua ideal para plantar aplica o agrotóxico indiscriminadamente, assim como a agricultora pode entender da importância das minhocas para a conservação/ regeneração do solo, mas aplicar herbicidas e pesticidas na lavoura.

Em busca do aumento da produtividade e do lucro, característicos do capitalismo, surge o que chamamos “agricultura convencional” ou “agricultura moderna”, com a mecanização do campo e o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas. O termo agricultura convencional será empregado neste trabalho em função de acreditarmos que esse não é um modelo criado naturalmente, espontaneamente, pelos agricultores, mas algo que foi introjetado à agricultura familiar com interesses econômicos explícitos e que acabou ficando convencionalizado como certo ou como única possibilidade de atividade dentro do sistema capitalista de produção.

Nada pode ser mais imprescindível do que a agricultura porque dela provém a alimentação de todos, seja no campo ou seja na cidade, por isso, há um enorme poder nas mãos dessas mulheres e homens que cultivam a terra. Mas aqueles que optarem pelo caminho proposto na “Revolução Verde” perderam isso, sofrendo um esvaziamento de poder, no sentido que sua produção não depende mais apenas de suas mãos, pés e força, mas da aplicação de produtos químicos danosos a sua saúde e a do próprio ambiente. O poder do conhecimento daqueles que, em determinado momento, chegaram até esses produtores e apresentaram “remédios” (venenos) como solução milagrosa para seus tormentos, prevaleceu

sobre a agricultura no qual as respostas aos “problemas” eram procuradas na natureza, no ambiente, enfim, no saber tradicional dessas famílias que vivem em suas chácaras⁴, cultivando a terra, produzindo e vendendo seus produtos, em busca do lucro e condições mínimas necessárias para o plantio.

É a partir de meados do século XX, em nível mundial que ocorre a difusão do chamado “Pacote Tecnológico da Revolução Verde”, trazendo entre suas inovações a destruição ambiental e agravando cada vez mais a crise em que estamos inseridos. A Revolução Verde é mais um momento no processo histórico de “modernização” da agricultura e, por conseguinte, da familiar. Ela introduz novas formas de se plantar, de se cuidar, de se colher, e, assim, de se entender a si próprio, mulheres e homens do campo, que não dependem apenas de seu trabalho.

4.1. A agricultura Convencional e a Revolução Verde

Há uma inversão de papéis, ao longo do processo de evolução da agricultura convencional: se antes a agricultura tinha que se adaptar às possibilidades do ecossistema, atualmente esse é que precisa se adaptar ao modelo de produção convencional, com elementos e processos totalmente estranhos. Em sua origem esse modelo agrícola foi gerado:

por uma articulação entre os projetos de desenvolvimento nacional e as grandes empresas transnacionais, envolvidas na produção de insumo, industrializações e comercializações (...) Trata-se de uma etapa caracterizada como desenvolvimento econômico pelo incremento da produtividade. (Ruscheinsky & Vargas 2002, p.133)

A partir desse momento percebemos uma mudança crucial, se antes falávamos em falta de alimentos, agora esses sobram, pois estão disponíveis apenas a quem tem dinheiro. Mas, certamente, a agricultura convencional também tem limites para sua continuidade. O limite parece ser a resposta à indagação: *até quando a natureza poderá suportar tal modelo?*

A Revolução Verde saudada como solução para a fome no mundo, na verdade contribui para o agravamento da crise, produto da forma mecânica de ver o mundo, o homem

⁴ Chácara é uma pequena propriedade rural, esta é a denominação que os próprios agricultores da Quitéria dão as suas propriedades.

e, conseqüentemente, a agricultura. Dentre as justificativas usadas para a introdução dessas tecnologias está a defesa de que o “*problema não está no uso dos ‘fatores de produção’ disponíveis, mas sim no fato de que os fatores disponíveis não propiciam o retorno necessário para possibilitar-lhes (aos agricultores) superar a condição de pobreza em que viviam*” (Silva, 2002, p.03). Isto explica a necessidade vital

de modernização (...) entendida como a introdução de novos fatores que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos é claro (Id. Ibidem, 2002, p.3)

Enfim, o que se buscava era uma mudança não só das formas de cultivo da terra e da interação no mercado, mas também na própria cultura desses agricultores, na sua forma de se relacionar entre si e com o ambiente. Apesar de todo um discurso de preocupação com relação ao agravamento da fome no mundo, principalmente nos países de “terceiro mundo”, e com a miséria dos agricultores, o que está por trás disso são os interesses do capital;

sob o pretexto da defasagem tecnológica da agricultura dos países periféricos ou subdesenvolvidos em relação aos países centrais, da crise no mercado em relação a produção de grãos alimentícios e a possibilidade de vir a eclodir uma “catástrofe alimentar”, em virtude do crescimento demográfico do planeta (Marchesan, 2003, p. 96)

Afinal, é preciso lembrar que a:

Revolução Verde nasceu em pleno contexto da guerra fria na década de 50, como uma *estratégia de revolução para o campo*. “ Verde exatamente para impedir que viesse a ser vermelha” (Belato, 1985). Esta era uma concepção de desenvolvimento técnico e científico alternativo ao socialismo ou para conter uma eventual revolução socialista no campo. Ou seja, era preciso produzir alimentos não para satisfazer a fome, mas para que não houvesse revolução social, anti-capitalista. Portanto, a produção de alimentos foi utilizada estrategicamente como uma arma de guerra. (Id. Ibidem. p. 97)

O conhecimento científico e tecnológico volta-se para a descoberta de novos produtos e formas de produção. São criados programas de treinamento e de difusão desses métodos para outros países, chegando até o Brasil, que se encanta com as sementes híbridas e todo seu arsenal. A pesquisa também aponta para esse caminho, criando, inclusive, parcerias com organismos internacionais.

Surgem os Centros Nacionais de Experimentação, como na UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais) e ESAL (Escola Superior de Agricultura de Lavras), além de Centros Internacionais, objetivando o intercâmbio intelectual de idéias e “*parcerias com a AGROCERES, criada em 1945, no Brasil, como empresa do Grupo Rockefeller, (que) permitiram a efetiva criação de mercado de sementes*” (Lima, 1998, p.18). Há, então, o surgimento de um novo paradigma agroeconômico com uma mudança drástica na base tecnológica da produção agrícola brasileira.

Se o objetivo era a criação de mercados para as sementes, os defensivos, os agrotóxicos e as máquinas, as conseqüências são desastrosas, além de todas as alterações impostas à natureza. Um grande número de pessoas saem do campo e não são absorvidas pela cidade com condições dignas de sobrevivência, essas vão engrossar as filas em busca de emprego. Segundo dados do IBGE, em 1950, cerca de 64% da população vivia no campo e, em 1980, esse número cai para 33%, quase metade. Muda a forma dos agricultores se relacionarem com a terra, muda a forma de organização econômica, aumentando cada vez mais, inclusive, a dependência com relação aos empréstimos bancários.

O Estatuto da Terra (Lei 4504), de novembro de 1964, em seu artigo 73 prevê doze instrumentos de política agrícola que nos dão uma visão panorâmica do que se espera da agricultura naquele momento, mas que perdura até hoje (Fontoura, 2001, p. 235-6)

- I - Assistência técnica;
- II - Crédito agrícola;
- III - Produção e distribuição de sementes e mudas;
- IV - Criação, venda e distribuição de reprodutores e uso de inseminação artificial;
- V - Mecanização agrícola;
- VI - Cooperativismo;
- VII - Assistência técnica à comercialização;
- VIII - Industrialização e beneficiamento dos produtos;
- IX - Eletrificação rural e obras de infra- estrutura;
- X - Seguro agrícola;
- XI - Educação, por meio de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
- XII – Garantia de preços mínimos à produção agrícola.

Cada vez mais os produtores rurais se endividam: compram equipamentos e implementos agrícolas caríssimos que devem ser pagos em prestações intermináveis aos bancos, movidas à juros. Dessa forma, compram mais produtos, adubam artificialmente a terra, esgotando-a gradativamente, prejudicando a própria saúde já que esse aumento da base técnica na atividade agrícola é feita no sentido “*da mecanização e da industrialização e beneficiamento dos produtos, (...)a integração indústria – agricultura – indústria*”(Fontoura, 2001, p. 258). Em consequência disso, a esmagadora maioria dos produtores rurais não consegue produzir dentro dessa lógica e cada vez empobrece mais, pois comercializa seus produtos a preços baixos que não cobrem nem mesmo os gastos da produção.

Isso decorre, principalmente, em função da situação do pequeno agricultor ter sido deixada de lado durante o processo de modernização da agricultura, que “*não se dá por uma necessidade interna dela própria, como por exemplo, uma pressão do consumo de alimentos generalizada. Está, isto sim, vinculada à expansão da produção industrial, bem caracterizada no Estatuto da Terra*” (id. Ibidem, p.239)

Dentre os mecanismos de difusão dessas novas tecnologias está a Assistência Técnica, no caso do Rio Grande do Sul esta foi e, ainda é realizada pela EMATER / RS (Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural), que teve, na segunda metade do século XX, papel de destaque na introdução dessas novas tecnologias no campo. É um exemplo emblemático de como o conhecimento científico, produzido e apreendido em centros tecnológicos, universidades e laboratórios pode intervir para transformações do modo de vida de pessoas que, muitas vezes, nunca entraram em um desses ambientes. Isso faz pensar que esses espaços, fundamentalmente, quando aliados aos interesses capitalistas, têm uma interferência grande para a solidificação dos problemas ambientais que verificamos cotidianamente.

Do ponto de vista do ecossistema, é preciso destacar que a contaminação com a agricultura convencional é cíclica, visto que na água são despejados com muita intensidade grande quantidade de resíduos orgânicos que se espalham, alastrando a poluição; o solo também é atingido com esses produtos que podem permanecer durante muito tempo em sua composição. Em relação, os alimentos advindos desse tipo de produção, não podemos esperar outra coisa a não ser que também estejam contaminados. Ademais, nesse tipo de cultura:

entre outras características e resultados, verifica-se um custo elevado da produção e, geralmente, diminuição da participação da mão de obra. No atual contexto de crise de recursos naturais – se ainda não patente ela está por se avistar – parece pouco viável ou condizente uma agricultura que

precise de tantos insumos ou modifique tão agressivamente o meio ambiente(Ruscheinsky &Vargas, 2002, p.133)

A pergunta, que cabe, mais uma vez é: *até que ponto poderá se suportar uma agricultura como essa?* A maior parte das pessoas, quando vão à feira ou supermercado, geralmente, procuram os produtos mais bonitos, brilhosos, sem “furinhos”, mas não sabem que, muitas vezes, tal brilho é adquirido por meio de produtos químicos, de adubos folhares e mais uma série de produtos visam fazer com que os agricultores encontrem mais mercados, alcancem mais lucro, mesmo que seja apenas uma ilusão temporária.

Em nome de um agricultor competitivo, do desenvolvimento capitalista, da melhoria das condições de vida na terra, pessoas que, em muitos casos nunca sobreviveram da agricultura, ensinaram o *melhor caminho*. O objetivo aqui não é procurar culpados, mas compartilhar perguntas:

Se o agricultor é competitivo, com quem está competindo ? Quem ele vai eliminar? A quem interessa e beneficia essa competição? Quando ele é eficiente e produtivo, em que estará contribuindo para a construção da sociedade? Se ele é competitivo moderno, que relação ele tem com o vizinho, com o consumidor e com a grande população que esta a margem do processo? (Zamberlam & Froncheti, 2001, 23).

Acrescentaria: que relação o agricultor estabelece consigo mesmo? Quem sabe assim, questionando, pensando, problematizando, não encontremos uma saída. Isso passa pela utopia, pelo sonho, esperança, aquilo que não podemos perder nunca. Afinal, é preciso pensar que cada uma dessas agricultoras e cada um desses agricultores são mais um fio nessa imensa teia que é a Vida. Dependemos uns dos outros, como já afirmamos anteriormente, estamos todos no mesmo barco: interdependentes e interligados, retomando o que nos fala Carlos Brandão.

4.2 O Contexto atual da agricultura familiar : políticas públicas e seus limites

Entendemos que a realidade agrária atualmente é polissêmica, multifacetada, complexificada. A agricultura da Quitéria não foge a isso, o que nos impede categorizações fechadas que tornar-se-iam mutiladoras, fragmentadoras e homogeneizadoras.

Acreditamos que há na Quitéria uma agricultura híbrida que carrega elementos e heranças das vivências camponesas, capitalistas, históricas, culturais que compõe sua existência, sua forma de produzir e viver. O que queremos, ao falar em agricultura familiar, é nos remeter a sua heterogeneidade, às particularidades que os agricultores desta pesquisa trazem. Frente às relações de dominação econômica presentes na Quitéria, sua dependência com relação aos empréstimos bancários, sua busca por lucro, suas formas de integração ao mercado consumidor, acreditamos – reconhecendo os limites disso - que esse termo, agricultura familiar, é o que melhor nos auxilia na condução desta pesquisa.

Na Quitéria estão presentes o arcaico e o novo, a tradição e o avanço, elementos que permanecem e desaparecem para dar origem a novas formas de adaptação e captação de mercado consumidor para seus produtos. Transformações aconteceram e acontecem, ao longo do tempo, na agricultura, fruto de sua subordinação ao capitalismo. A definição de agricultura familiar proposta por Maria de Nazaré Wanderley se mostra coerente com o que queremos neste estudo no sentido que:

o ponto de partida é o conceito de *agricultura familiar*, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família – produção – trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (2000, p.49)

Hoje 70% dos estabelecimentos agrícolas são caracterizados como agricultura familiar, embora “*tendo que se adaptar as exigências da agricultura moderna guarda ainda muito dos seus traços camponeses*” (Id. Ididem., p. 52) que não podem ser negados, afinal as mulheres e homens do campo enfrentam velhos problemas que nunca foram solucionados.

A crise socioambiental em que vivemos nos mostra a cada dia o esgotamento do sistema econômico capitalista, bem como do modelo de agricultura que nele é praticado.

Sabemos que a exploração indevida do solo não se iniciou recentemente, mas vem de longa data, basta pensarmos a própria forma de ocupação do território brasileiro baseada na grande propriedade privada e na exploração dos recursos naturais. Atualmente vivemos o ápice desse processo:

as conseqüências do mau uso do solo não apenas se refletem na perda da fertilidade, mas também têm outros efeitos sobre o meio ambiente. (...) A erosão do solo e a perda de sua fertilidade natural, se por um lado estão relacionadas com as formas de uso inadequado, por outro, devem-se à implementação de sistemas técnicos também inapropriados às condições climáticas dos solos brasileiros. Pesquisadores já demonstram que a matriz tecnológica da agricultura desenvolvida em condições externas, estranhas à realidade brasileira, foi em grande parte responsável pela degradação dos solos. Foi o que ocorreu com as máquinas pesadas, introduzidas inapropriadamente na agricultura de regiões com solos de clima tropical e subtropical e concebidas para descompactar solos argilosos, atingidos pelos invernos da Europa. (Brandenburg e Ferreira, 2004, p. 66)

O que queremos mostrar é que, além de tudo, o processo de modernização da agricultura brasileira não levou em conta as particularidades da forma de produção do país, da mesma forma que as políticas públicas para esse setor no país não partem, geralmente, da situação de determinada região, mas são padronizadas para um todo homogeneizado que não existe.

É claro que há avanços, o próprio sistema de crédito, ainda que pesem todas suas limitações, é hoje uma garantia para que muitos agricultores continuem plantando, já que não há políticas no sentido de dar autonomia ao agricultor com relação a isso, buscando uma melhor qualidade de vida. Maria de Nazaré Wanderley afirma que:

dois fatos de grande importância marcaram as transformações recentes do mundo rural brasileiro. Por um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma nova concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária dominante. (2000, p. 36)

Mas para que isso possa ocorrer é preciso que a agricultura familiar possa começar a trilhar seu próprio caminho, que tenha suas particularidades respeitadas, que possa garantir uma melhor condição de vida ao trabalhador, e principalmente, que não comprometa a sobrevivência da Vida em sua totalidade, ou seja, que se pautem em práticas aliadas à preservação/regeneração da Terra, livre do uso de agrotóxicos e produtos químicos.

Ao longo do tempo em que assistimos ao processo de modernização da agricultura, todas as políticas públicas em favor dessa atividade privilegiaram os setores mais capitalizados, os médios e grandes produtores. Em detrimento, a agricultura familiar, praticamente esquecida, sofreu com os resultados dessas práticas visto ter ficado à margem dos benefícios, sobretudo, no que tange ao crédito rural, seguro de produção e garantia de preços mínimos.

Essa situação recentemente começou a mudar com a criação, pelo governo federal, de instituições de políticas agrícolas diferentes para produtores rurais, atendendo suas particularidades. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um exemplo claro disso, ainda que pese o fato de gerar um atrelamento entre os agricultores e o sistema bancário, o que voltaremos a tratar a seguir.

Até o início da década de 1990 não havia no país nenhuma política que atendesse especificamente o segmento da agricultura familiar. Cronologicamente foi a partir de 1994 que o governo Itamar Franco criou o Programa Nacional de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares.

no ano seguinte (1995), já no governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em termos de sua abrangência. Essas modificações deram origem, em 1996, ao PRONAF global. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública de apoio aos agricultores familiares. Deve-se registrar, ainda, dois fatos importantes: o primeiro, em 1995 apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas. Segundo, a ampliação do programa para as áreas de infra-estrutura e de capacitação só ocorreu a partir de 1996, quando o PRONAF ganha maior dimensão e passa a operar nacionalmente. (Mattei, 2001, p.02)

Sistematicamente o PRONAF vem sofrendo alterações, baseado no próprio desempenho do programa que tem apresentado, ao longo de sua história, uma concentração maior de beneficiados na Região Sul do país. Podemos representar a distribuição de benefícios do ano de 1999, trazidos por Lauro Mattei, da seguinte forma:

Região	Porcentagem de Contratos na região	Porcentagem de Recursos disponíveis a região
Sul	60%	49%
Sudeste	18%	13%
Nordeste	25%	22%
Centro-oeste	3%	5%
Norte	2%	3%

TABELA 01

Fonte: Dados de Mattei (2001) sistematizados pela pesquisadora.

Não há como negar que o PRONAF trouxe alterações, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul onde estavam, em 1999, 56% dos contratos da região e 51% dos recursos, contudo, é preciso que lembremos que o Programa tem gerado cada vez mais dependência dos agricultores familiares com relação aos bancos e sistemas monetários. Medidas que garantam autonomia e independência dos produtores com relação aos empréstimos não são pensadas a médio e a longo prazo.

Há muitos limites ainda aos programas governamentais de auxílio à agricultura, contudo, já é um começo. Os valores oferecidos ao PRONAF, por exemplo, ainda estão muito longe do necessário, tendo em vista o processo de exclusão a que foi submetido esse setor durante a modernização da agricultura brasileira. Ainda, no que tange a operacionalidade do programa esse sofre dos tradicionais vícios da burocracia dos órgãos públicos, que, muitas vezes, atrasa e impede a concessão de novos benefícios.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o PRONAF promoveu entre os anos de 2002 e 2003 a inclusão social de mais de seiscentos mil agricultores familiares e, no ano de 2004, mais de 1,57 milhões de pessoas firmaram contratos com o programa. Houve ainda um aumento de 134,2% de recursos para o setor considerando-se os anos de 2002 e 2004, já que se passou, respectivamente de R\$2,4 bilhões para R\$5,6 bilhões.

Uma outra questão importante é que no dia 24 de julho de 2006 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, que estabelece os parâmetros que identificarão a clientela das políticas públicas para o setor. De acordo com a lei, fazem parte dessa atividade os pequenos agricultores que usam prioritariamente mão-de-obra familiar, bem como os silvicultores, aquícultores, extrativistas e

pescadores que atuam em pequena escala. Os movimentos sociais, destacando-se a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar manifestaram apoio à Lei, que, segundo eles, irá garantir recursos e estabelecer padrões de enquadramento nas categorias, facilitando o acesso à financiamentos e à aposentadoria. (Correio Riograndense, 02/08/2006, p.5).

É importante, contudo, que a partir da aprovação dessa lei, as políticas públicas possam avançar no sentido de buscar a autonomia dos agricultores e não sua dependência, por meio de empréstimos à juros que parecem tentadores, mas, na verdade, aprisionam o trabalhador ao sistema financeiro, fazendo com que tenha como preocupação constante o pagamento de suas dívidas.

Centralizamos a atenção ao PRONAF, pois, no que diz respeito à Quitéria, especificamente, o Programa garante que muitos agricultores possam continuar trabalhando, ainda que todo ou quase todo lucro da produção seja entregue aos bancos para o recebimento de um novo empréstimo e, assim, sucessivamente, sem que nunca consiga a autonomia. No próximo capítulo destacaremos aspectos tanto qualitativos como quantitativos da Quitéria, assim como, tentaremos mostrar o que compõe e como se organiza a produção, bem como as relações sociais que se estabelecem na localidade.

5. QUITÉRIA: AGRICULTURA FAMILIAR E CONVENCIONAL NAS MARGENS DA LAGUNA DOS PATOS.



FIGURA 06

Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

Vista de propriedades na Quitéria onde planta-se predominantemente cebola. Aos fundos a Laguna dos Patos.

Intimidade

*No coração da mina mais secreta,
No interior do fruto mais distante,
Na vibração da nota mais discreta,
No búzio mais convolto e ressoante,*

*Na camada mais densa da pintura,
Na veia que no corpo mais nos sonde,
Na palavra que diga mais brandura,
Na raiz que mais desce, mais se esconde,*

*No silêncio mais profundo dessa pausa,
Em que a vida se fez perenidade,
Procuro a tua mão, decifro a tua causa.
De querer, e não querer, final, intimidade.*

5. QUITÉRIA: AGRICULTURA FAMILIAR E CONVENCIONAL NAS MARGENS DA LAGUNA DOS PATOS.

O ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencemos a terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que o homem vem de humos. Vivemos da terra e a ela voltaremos. A terra não está a nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de auto-realização e autoconsciência.
(Boff, 1999, p.72)

Falar da Quitéria é também, em grande medida, falar da nossa vida, da nossa história até aqui, muito dela vivida nesse lugar, no qual nascemos; apreendemos a ser o que somos e continuamos a aprender o que seremos. É a nossa terra, o nosso chão, refúgio e proteção.

Este trabalho nos permitiu lançar um outro olhar sobre o que achávamos que mais conhecíamos: o lugar onde vivemos. No decorrer da pesquisa, não obstante, muitas de nossas certezas caíram por terra, pois o que parecia um mundo homogêneo se mostrou uma complexa teia de heterogeneidades. Quando tentamos lançar ao local um olhar de pesquisadora, não mais apenas de moradora - ainda que esse último esteja presente em todas linhas dessa dissertação- descobrimos o quanto éramos ignorantes, e ainda somos, o quanto achávamos que sabíamos tudo sobre o que acontecia a nossa volta e, na verdade, muito desconhecíamos.

Para fazer esta caracterização da Quitéria que ora iniciamos, partimos de três fontes principais que, na verdade, se atravessam e entrecruzam: a nossa experiência enquanto moradora do local, as observações participantes que fizemos, no decorrer do trabalho, em

diversas propriedades, que consistiram em visitas e conversas informais com os agricultores e agricultoras e, finalmente os dados sistematizados do último censo do interior da cidade do Rio Grande.

5.1 Quitéria: vidas e caminhos

A Quitéria é uma localidade do interior da cidade do Rio Grande constituída, predominantemente, de agricultores familiares. Situada às margens da Laguna dos Patos, como se pode ver na imagem abaixo, e tem aproximadamente trezentos habitantes:



Figura 07

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Laguna dos Patos aos fundos da chácara

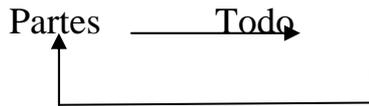
Dividimos a análise em alguns pontos para tentar dar conta do perfil socioeconômico da região⁵ que foi forjada predominantemente pelas imigrações açorianas para o Sul, sendo constituída de agricultores e agricultoras que mantêm muitos traços culturais, principalmente, na culinária, nas técnicas de plantio e na fabricação de vinho, vindos de Portugal.

Por mais que a dividamos, quando olhamos para a Quitéria devemos pensar em sua constituição como um todo e em partes: um todo que tem partes; partes que têm suas

⁵ Quando optamos por dividir nossa análise em alguns pontos o fazemos para que o leitor consiga melhor vislumbrá-los, sabemos que qualquer um dos itens tomado isoladamente muito pouco diz, bem como no conjunto também deixam muitas lacunas. Afinal, é o nosso olhar sobre a Quitéria que ora apresentamos, pois cada um que visitá-la terá impressões diferentes, fruto de suas próprias visões.

peculiaridades, características que não se mostram quando olhamos para o conjunto, exclusivamente. Há uma complexa teia de relações que se estabelecem entre os agricultores; diferentes formas de venda dos produtos e uma diversidade de esperanças e sonhos.

Aproximamo-nos do que fala Edgar Morin (2005a) para buscar um olhar menos fragmentado e totalizador da Quitéria, quando pensamos a relação



É imprescindível lembrar que:

as partes devem ser concebidas em função do todo, elas devem ser concebidas também em isolamento: uma parte tem sua irredutibilidade com relação ao sistema

(...) O todo é muito mais do que uma forma global. Ele é também (...) qualidades emergentes. Ele é ainda mais: o todo retroage enquanto todo (totalidade organizada) sobre as partes. (...) O todo sozinho não passa de um buraco. O todo funciona enquanto todo quando as partes funcionam enquanto partes. O todo deve ser relacionado à organização. O todo, enfim e sobretudo, traz em si conflitos, sombras, cisões (Morin, 2005a, p.158-160)

É com este olhar que temos tentado pensar a Quitéria, reconhecendo seus meandros, seus conflitos, a beleza de sua gente, os caminhos que determinadas práticas podem levar, quando destroem os ecossistemas e põem em risco a produtividade do solo e a própria saúde dos trabalhadores.

5.1.1 Das atividades econômicas

A presença da unidade familiar e sua contemporaneidade relacional no âmbito da sociedade mercantil e da racionalidade capitalista que se impõem em seu interior e a insere, objetivando maximizar rentabilidade sem romper com o formato familiar; é algo que desafia a todos, e muito! Esse é um dos grandes dilemas que fazem parte do vivido de pesquisadores do campo sociológico ligado aos processos sociais agrários na atualidade.

(Tedesco, 1999, p.311)

A agricultura é a atividade principal na região, desenvolvida pelas famílias que trabalham e vivem na unidade produtiva. No período de plantio e colheita contam com o trabalho de *diaristas*⁶ que ajudam nas diversas tarefas. São muitos os produtos cultivados na Quitéria, sem dúvida, a cebola é o hortigranjeiro mais produzido; entretantes, podemos destacar outros produtos como a couve-flor, o brócolis, a couve, a alface, o repolho, o tomate, enfim, uma infinidade de verduras e legumes para comercialização.

Ao longo do tempo, a atividade agrícola sofreu transformações que são fruto de um conjunto de fatores, dos quais destacamos: o desgaste do solo em consequência do tipo de agricultura implantada, a desistência da atividade agrícola por parte de muitas famílias, as dificuldades de comercialização enfrentadas e a aquisição de dívidas gigantescas com os bancos financiadores.

A Quitéria já produziu muito mais do que atualmente. Os moradores mais antigos lembram que os produtos da localidade alimentavam não só a cidade do Rio Grande, como também eram levados para Porto Alegre e São Paulo. Para este último era destinada parte da produção de cebola e de cenoura, um dos entrevistados confirmou isso, ao dizer que *antes a Quitéria produzia tanto que abastecia toda cidade e mais o mercado de Porto Alegre, mas cada vez foi ficando mais difícil, a gente cada vez produz menos, menos, até que agora mal dá para o daqui, as coisas vem de fora.*

Podemos dizer que durante muito tempo foi desenvolvida, na Quitéria, uma agricultura de “jardinagem”, expressão originada no sul e sudeste da Ásia, onde há uma

⁶ Diaristas são as pessoas que trabalham em chácaras, recebendo por dia de trabalho ou hora de serviço de forma esporádica.

enorme produção de arroz em planícies inundáveis, com o emprego de mão-de-obra intensiva. Trata-se de um sistema praticado, em pequenas e médias propriedades, agrícolas por famílias, que obtém grande produtividade, sendo este o grande diferencial deste tipo de cultivo. Essa alta produtividade na Quitéria era alcançada através da seleção de sementes, de técnicas de preservação e regeneração do solo – como o esterco animal – do uso predominante da mão-de-obra humana e da força animal, no preparo da terra com o uso de arados e xavecos⁷ puxados por cavalos e bois.

A partir da introdução das alterações na produção com o uso sistemático de adubos químicos e agrotóxicos, da aquisição de sistemas modernos de irrigação e o crescente endividamento, a forma de produção começa a mudar. Hoje temos uma heterogeneidade de formas de agricultura que não nos permite afirmar a predominância de um determinado tipo de agricultura, sem cair em reducionismos fragmentadores e mutiladores.

Vivendo praticamente da agricultura, muitos quiterienses procuraram outros caminhos para complementar sua renda, como é o caso da atividade pesqueira que, atualmente, ocupa um lugar de destaque crescente na economia da região. É comum encontrarmos muitos agricultores que, durante a época de safra do camarão (de fevereiro até maio), se dedicam a essa atividade e deixam de plantar, tendo em visto a impossibilidade de conciliar as duas funções no mesmo período.



FIGURA 08

Fonte:Arquivo da Pesquisadora
Camarão pescado no interior na Quitéria

⁷ Xaveco é um instrumento feito geralmente de metal ou madeira puxado por cavalos, bois ou tratores que serve, basicamente, para abrir as margens, ou seja, dar forma aos canteiros. Ele abre, então, um sulco (fenda) entre dois viveiros.

As atividades da agricultura e da pesca tornam-se, então, antagônicas, concorrentes e complementares a um só tempo. Ambas são dependentes das condições climáticas, trazendo sempre o risco, a dúvida, a incerteza; ambas fruto de escolhas dos agricultores por alternativas que lhes garantam uma melhor qualidade de vida.

O agricultor que deposita as sementes na terra esperando colher uma boa safra é o mesmo que se lança na Laguna em busca do pescado. Representam ainda uma minoria esses trabalhadores. No entanto, já começam, até mesmo, a serem atendidos pelo programa de seguro-desemprego para pescadores artesanais que garante quatro salários mínimos às famílias durante o período de defeso (quando o pescado está se reproduzindo). Durante as observações participantes que realizamos, pudemos constatar a forte introdução e investimento na pesca que muitos vêm fazendo:



FIGURA 09

Fonte: Acervo da Pesquisadora

Redes de pesca de peixe e carro de mão utilizado no transporte do pescado.

Para ilustrar trazemos algumas imagens de diversas chácaras na Quitéria que dão conta da diversidade de produtos nelas cultivados. Quando olhamos para elas – as imagens – devemos pensar em todo trabalho e esforço que as originaram. São dias e dias de trabalho, sob chuva ou sol, para que os produtos cheguem até a cidade, onde irão alimentar consumidores que, muitas vezes, não se dão conta de todo trabalho que está embutido em um molho de couve ou em um pé de alface:



FIGURA 10

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Plantação de Favas com flores que irão gerar as vagens.



FIGURA 11

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Plantação de Favas pronta para a colheita.



FIGURA 12

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Alfaces crespas prontas para comercialização.



FIGURA 13

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Plantação de cebola em processo de desenvolvimento.

Esses produtos cultivados na Quitéria são comercializados de diferentes formas: por intermédio de atravessadores (comerciantes que compram os produtos no interior e revendem nas cidades), pela central de hortifrutigranjeiros de Rio Grande, pelas feiras livres ou diretamente a comerciantes da cidade.

Podemos observar que os agricultores que vendem seus produtos para atravessadores, o fazem em sua maioria por não disporem de meios de transporte para levá-los até a cidade, por isso ficam dependentes desses comerciantes que intermedeiam o processo. Os preços pagos são muito mais baixos, afinal, o comprador visa ao lucro. Por outro lado, o intermediário é indispensável já que sem ele, os agricultores que não dispõem de transporte ficariam impedidos de vender seus produtos.

Os agricultores que se dedicam à monocultura de cebola, no período de junho até dezembro, em muitos casos, vendem o produto diretamente a comerciantes que vão na Quitéria em busca da mercadoria. Muitas ocorrências são registradas de pessoas que compram o produto e não pagam, quando não passam cheques sem fundo, relata um dos participantes da pesquisa *no meu tempo a gente tinha quem comprasse, vinham buscar a cebola aqui em casa, as plantações que a gente tinha vendia e não tinha medo, sabia que eles compravam e pagavam. Hoje em dia chega gente de fora, vem aí comprar, se não vier com o dinheiro na mão, as vezes até o dinheiro pode ser falso, não pagam.*

No que se refere aos agricultores que fazem feira livre, esses se dedicam à pluricultura, dispõem de condução própria e podem vender seus produtos diretamente aos consumidores. Em que pese o trabalho despendido na atividade, essa traz maior segurança com relação a comercialização. Trazemos imagens de bancas de agricultores da Quitéria que trabalham nas feiras livres:



FIGURA 14

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Bancas da Feira Livre da Rua Olavo Bilac, no Bairro Junção, em Rio Grande, realizada todos os domingos. Podemos ver duas bancas de produtores da Quitéria.



FIGURA 15

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Outra banca de produtores da Quitéria na feira livre da Rua Olavo Bilac, no Bairro Junção.

A feira livre permite aos agricultores estabelecerem muitas relações de amizade, afirma gostar *muito de fazer feira por que a gente tem contato com outras pessoas, tem muitas amizades na feira, a gente conhece pessoas que de outro jeito nunca conheceria*. Os feirantes trocam experiências e vivências com os moradores das vilas e do centro da cidade, onde atuam. É antes de tudo, a feira, um espaço pedagógico, de troca de saberes, de experiências; é um espaço de diálogo que extrapola uma relação de compra e venda. Todos os assuntos passam por uma banca de feira em uma manhã, desde a política às técnicas de cultivo, os problemas domésticos, assim como, as notícias do dia. Os saberes e vidas dos moradores do que chamamos rural e urbano se misturam, se interconectam e constroem novas vivências.

É importante destacar que, com relação à situação socioeconômica da Quitéria, as famílias conseguem ter um padrão de vida regular. É preciso lembrar que trabalham muito, sem feriados ou finais de semana, expostos aos perigos de contaminação pelos agrotóxicos que usam, sujeitos à perda da plantação em função de secas ou enchentes, sem saber a que preços venderão seus produtos e se conseguirão ou não pagar os empréstimos que contrataram para cobrir os custos de produção, encontram-se endividados com os bancos e as revendedoras de produtos químicos.

Temos observado um comportamento que pode ser enquadrado como individualista por parte dos agricultores. A média de terras que cada família possui varia de três a dez hectares; não obstante, a maioria tem um trator de propriedade sua, na maioria das vezes, comprado por meio de empréstimos bancários. Pensamos que a compra poderia ter sido realizada coletivamente, uma vez que um único trator supriria às necessidades de várias famílias, assim como poderia haver uma organização maior dos produtores para que comprassem os adubos e agrotóxicos que, atualmente, usam em grupos, a um preço mais baixo, diminuindo o custo da produção. O que percebemos, portanto, é uma concorrência entre os próprios moradores do lugar, já que muitos disputam o mercado consumidor entre si, seja nas feiras livres, seja na venda para os intermediários ou para as empresas que vendem esses produtos aos consumidores.



FIGURA 16

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Trator de propriedade de um agricultor participante da pesquisa.

O último censo apresentou dados também relacionados à renda mensal de cada família. Cabe lembrar que representam a realidade da Quitéria e arredores, visto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não pôde nos fornecer os dados da localidade de forma isolada já que foram tabulados junto com parte do interior da cidade de Rio Grande. Admitindo serem locais com economia muito semelhante, achamos que isso não compromete a análise:

Número de Salários Mínimos⁸ que cada família recebe

Salários	Número de famílias
Até ½ Salário	4
De ½ a 1 Salário	56
1 a 2 Salários	77
2 a 3 Salários	32
3 a 5 Salários	26
5 a 10 Salários	24
10 a 15 Salários	3
15 a 20 Salários	1
Sem Rendimento.	47

TABELA 02

Fonte: Censo do IBGE 2000
Dados tabulados pela pesquisadora.

⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística usa como referência o valor do salário mínimo da época em que os questionários foram aplicados.

Podemos, ainda representar isso no gráfico da seguinte maneira:

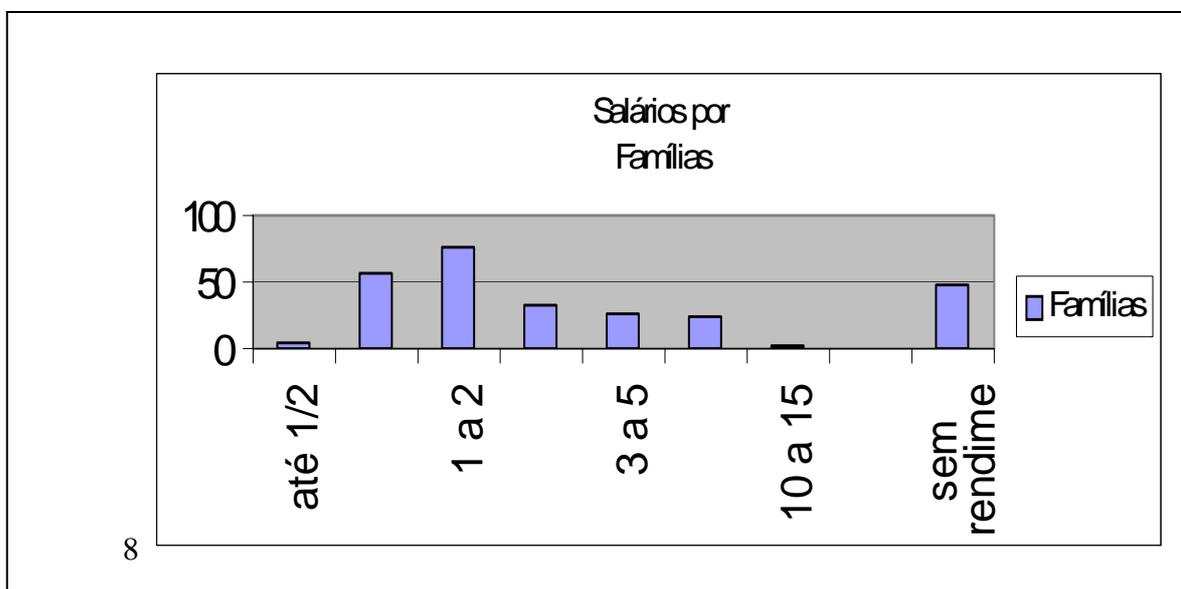


GRAFICO 02

Fonte: dados do Censo do IBGE 2000

Gráfico construído pela pesquisadora

No eixo x temos o número de salários, no y o número de famílias que estão nessa faixa

Desse modo, fica mais fácil visualizar e concluir que a renda em geral é baixa no interior da cidade de Rio Grande, levando em consideração que a média de integrantes por família é de pouco mais de três integrantes por domicílio. Há um total de 45% de núcleos familiares que têm como renda valores que variam de $\frac{1}{2}$ a 5 salários. Em que pese o alto custo de vida, os inúmeros gastos mensais, o conjunto total de despesas seja com transporte, seja com irrigação, seja com crianças em idade escolar, concluimos que é uma renda baixa.

Por outro lado, é importante destacar que esses dados são obtidos por meio de questionários em que são os entrevistados que dizem qual o seu salário. Como esse na agricultura é muito variável, não há como se ter um padrão, muitas vezes, os trabalhadores afirmam ter determinada renda, mas se contabilizarmos suas receitas e despesas, o resultado seria outro. São números que nos permitem ter uma idéia geral, mas devem sempre ser discutidos, dialogando com outros indicadores, como os relatos das entrevistas e as observações.

Não há como pensar o espaço rural sem pensar a cidade. Não podemos pensar o campo como uma caixa fechada que não se relaciona com o seu entorno. A dualidade que

muitos parecem enxergar entre esses dois espaços não existe, pois ambos se inter-relacionam, ambos estabelecem laços de dominação e pertencimento. O campo, atualmente, tende muito mais a ser dominado pelo espaço urbano. Podemos ver que, na Quitéria, a produção é voltada para atender às necessidades que o centro comercial pede, por exemplo: os produtos que são mais procurados nas feiras livres são cultivados em maior número e aqueles que não encontram mercado perdem espaço nas chácaras. Não se planta o que se quer, o que se gosta, mas o que vai encontrar ou satisfazer o mercado consumidor.

5.1.2 Da educação formal

O espaço rural tem, inegavelmente, uma série de peculiaridades, de diferenciações, se comparado ao urbano. Devido a e estas particularidades, percebemos com preocupação o fechamento da Escola Fundamental Ponche Verde na Quitéria, obrigando as crianças, desde o jardim de infância, a estudarem na Vila da Quinta, distante aproximadamente sete quilômetros da localidade. Há um ônibus escolar que faz o transporte dos estudantes; contudo, entendemos que se perde a escola rural, a educação básica do campo, que é fundamental para a valorização da cultura campestre.

Quando as crianças da Quitéria, acostumadas a acompanhar seus pais na lida diária, vão estudar na Vila e travam contato com os estudantes que moram em um meio mais urbanizado, acabam perdendo muito de suas particularidades de filhos e filhas de agricultores. Muitas vezes querem ser *iguais* às outras e acabam *escondendo* suas raízes rurais, pois aprendem a falar em jogos eletrônicos, vídeo games, computadores, internet, aparatos tecnológicos que não estão presentes em seu cotidiano. Querem fugir da agricultura, estudar, “ser alguém na vida”. Mas, quem lhes ensina que os agricultores são ninguém?!

Na ausência da escola rural mudam os valores, as práticas, porque a escola da Vila não possui políticas pedagógicas que mostram o valor da mulher e do homem do campo, não conhece o cotidiano de quem tira da terra o sustento. Ela tem uma série de *conteúdos* a desenvolver durante o ano e não trabalha a cultura rural; ao contrário, prepara os estudantes para o mercado de trabalho da cidade.

É preciso que se pense na importância estratégica que teria, na Quitéria, uma escola rural que discutisse o papel da agricultura, que colocasse em debate a agricultura

convencional praticada na localidade e que desse suporte para que as famílias pudessem vislumbrar outras possibilidades, como a agricultura sustentável. Uma escola que integrasse a comunidade, que debatesse os problemas da região, que buscasse soluções, um espaço para a cidadania, para a vida, para a troca de saberes e de vivências.

Há muito que precisa ser discutido na Quitéria e seus moradores não podem mais permanecer acomodados, como fizeram com relação ao fechamento da escola. É preciso que a comunidade se una e procure caminhos para uma maior integração entre os seus produtores agrícolas para a melhoria coletiva da situação socioambiental do local.

Como já dissemos, trazemos para o diálogo alguns dados do censo de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que mostram a situação do interior da cidade do Rio Grande. Ainda em relação à educação cabe destacar os números relacionados à alfabetização dos moradores da Quitéria e região:

Idades	Número de Pessoas
5 a 9 anos	29
10 a 14 anos	60
15 a 19 anos	73
20 a 24 anos	54
25 a 29 anos	57
30 a 34 anos	47
35 a 39 anos	53
40 a 44 anos	50
45 a 49 anos	43
50 a 54 anos	49
55 a 59 anos	38
60 a 64 anos	40
65 a 69 anos	35
70 a 74 anos	17
75 a 79 anos	6
80 anos de idade	11

TABELA 03

Fonte: Tabela construída pela pesquisadora, com os dados do IBGE de 2000.

Podemos representar esses números graficamente o que permite uma melhor visualização, da seguinte maneira:

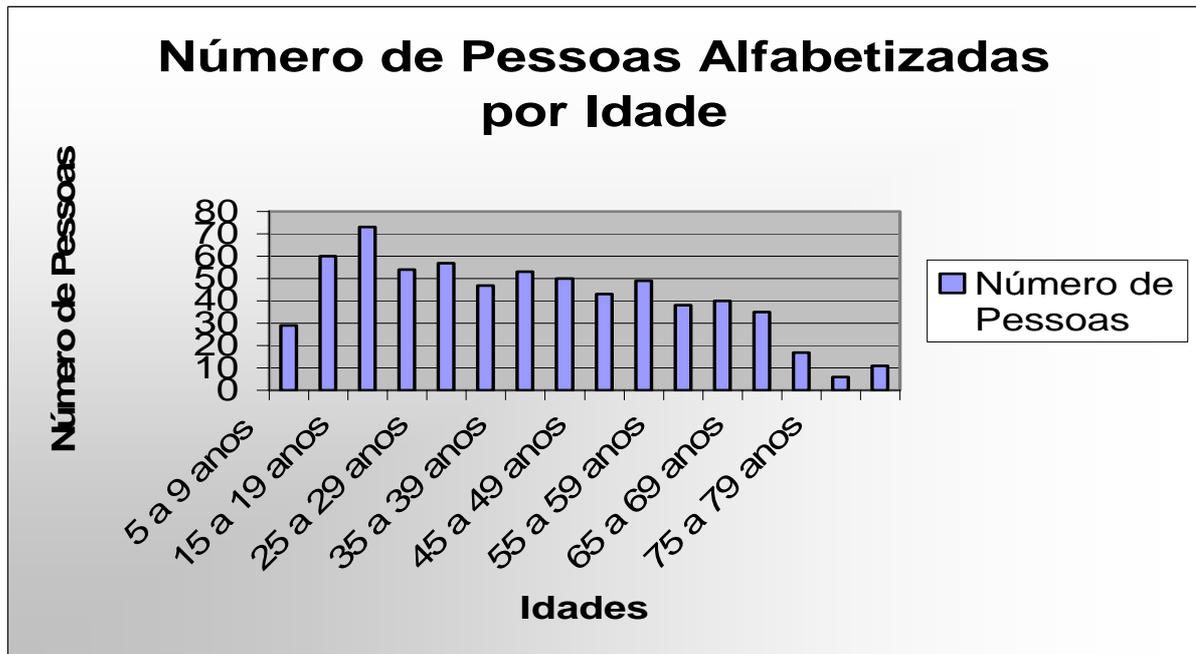


GRAFICO 03

Gráfico construído pela pesquisadora, a partir dos dados do Censo do IBGE de 2000.

Podemos dizer dos dados acima que, quanto mais avançada a idade, maior é o número de pessoas que não foram alfabetizadas. Notemos que, das que têm entre 65 e 69 anos menos de 10% sabem ler e escrever. Isso é resultado da dificuldade muito maior que se tinha na época em que essas pessoas estavam em idade escolar, por exemplo, de chegar até as instituições de ensino porque muito cedo já começavam a assumir responsabilidades na atividade agrícola. As crianças trabalhavam nas mesmas atividades que os adultos, plantando e colhendo sem que sobrasse tempo para o ensino formal: *Ah, eu não estudei, eu tive dois meses no colégio, porque não podia, tinha que trabalhar na chácara, não podia, tinha que ajudar meu pai... e mesmo nem tinha colégio aqui, os colégios ficavam tudo longe..*

5.1.3 Da idade dos moradores da Quitéria e arredores

Com relação à idade dos moradores da Quitéria, os dados arrolados nos permitem afirmar que há uma grande concentração de crianças e jovens. Até os 25 anos de idade há um total de 325 pessoas na região. Chamamos atenção, ainda, para o pequeno número de pessoas com mais de 75 anos, elas somam um número de 25, o que equivale a 2,9 %, apenas, do total.

Esses dados podem ter uma explicação não só pelas duras condições de trabalho no campo, mas, principalmente pelo fato de muitas pessoas ao ficarem mais idosas, irem para a cidade em busca de uma maior proximidade com os recursos médicos e hospitalares, uma vez que no interior, ainda, é preciso levar em conta as péssimas condições das estradas e os escassos horários de ônibus, que dificultam o acesso ao atendimento médico de forma rápida, em emergências:

Número de Pessoas em Cada Faixa Etária na Quitéria e arredores:

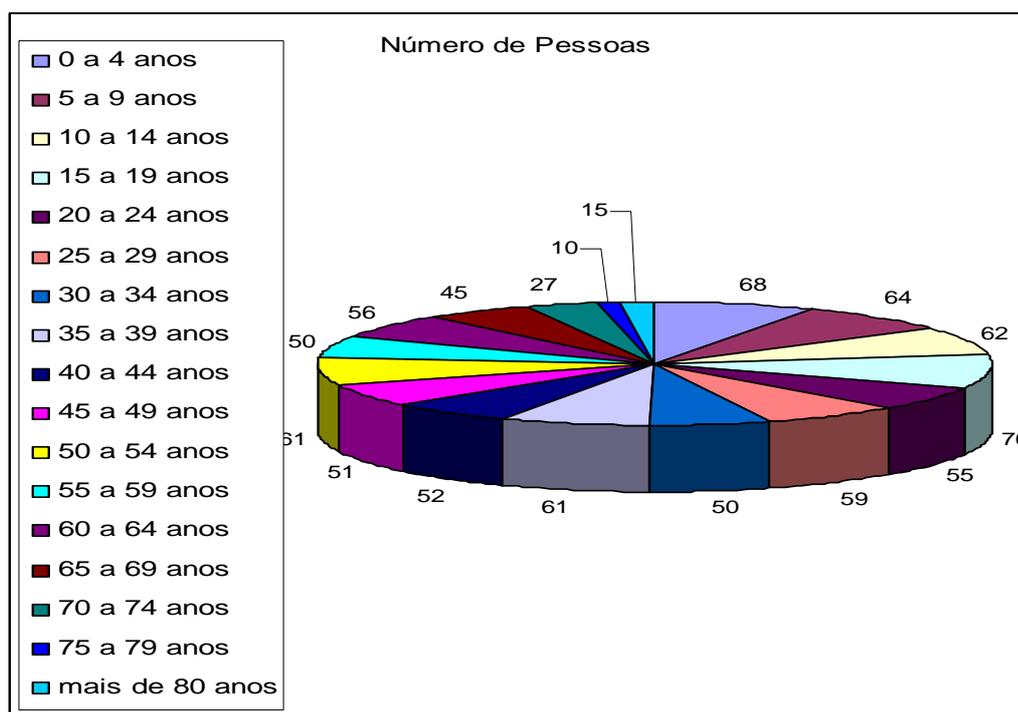


Gráfico 04

Gráfico estruturado a partir dos dados do Censo do IBGE de 2000.

5.1.4 Das habitações na Localidade

Com relação às condições de domicílio são duzentos e setenta e cinco residências particulares na região investigada pelo IBGE. No que diz respeito às condições de ocupação tem-se o seguinte quadro:

Condições de Ocupação	Número de residências nessa situação
Quitado	195
Alugado	6
Cedido por empregador	31
Cedido de outra forma	34
Em quitação	3
Outra condição	6

TABELA 04

Fonte: Dados do Censo do IBGE de 2000, tabulados pela pesquisadora.

Destacamos que a grande maioria das residências é própria, muitas terras foram passadas de pai para filho, o que colabora para esse resultado. Há um número destacável de caseiros, ou seja, pessoas que cuidam da propriedade alheia e, em troca, recebem, além de um salário, uma casa para habitar.

Na Quitéria, especificamente, o que temos visto é que a grande maioria das residências pertence às famílias e que a maior parte é fruto de heranças: geralmente, um dos filhos, que à época queria continuar plantando, comprou a parte dos irmãos que foram para a cidade. Como são chácaras, uma divisão para que cada um plantasse a sua parte não possibilitaria a sobrevivência.

Em se tratando de abastecimento de água, na maioria das vezes, esse é feito por meio de poços artesianos ou nascentes. São 265 famílias no total das quais apenas dez apresentam

outras fontes de aquisição de água. De forma geral, destacam-se os poços artesianos que retiram a água dos lençóis freáticos para o consumo humano e até para a irrigação.

5.1.5 Dos espaços de convivência coletiva: a Venda, o Salão e a Igreja.

Esse é um ponto de grande relevância para entendermos as relações sociais que se estabelecem na Quitéria. Queremos abordar os pontos de encontro, os espaços onde se encontram, com mais frequência, os habitantes do local. Destacaremos três espaços que cumprem funções diferentes e funcionam, ao seu modo, como mecanismos de aglutinação social, são eles: a venda, a igreja e o salão do Sport Club Quiteriense.

A venda, chamada de Armazém Quiteriense, é o único estabelecimento comercial da Quitéria, onde muitas pessoas compram “fiado”, para pagar no final do mês ou na época da colheita, os mantimentos que usam na alimentação da família. À noite, a venda se torna um espaço predominantemente masculino, onde os homens se reúnem para falar da rotina, discutir a situação das plantações, trocar informações sobre os preços dos produtos, enfim, discutir os assuntos do seu cotidiano.

A Igreja de Santa Luzia, fundada em 1970, é o segundo espaço que destacamos. Todo primeiro sábado de cada mês é celebrada uma missa às 15h30min. Ademais, todas às quartas-feiras, há um encontro (liturgia) entre os moradores. Mas são poucos os que participam. A própria organização da Festa de Santa Luzia, o maior evento da localidade, conta com um número reduzido de pessoas para a realização do trabalho. Embora a maioria dos moradores se declare Católica, são poucas aquelas que freqüentam a missa, o que é explicado, em parte, pelo horário em que a mesma é realizada, exatamente, no meio da tarde, quando os agricultores estão trabalhando, principalmente os feiristas, pois precisam preparar as mercadorias para a feira de domingo.



FIGURA 17
Fonte:Arquivo da Pesquisadora
Igreja de Santa Luzia na Quitéria

A organização da Festa de Santa Luzia é um momento em que grande parte da comunidade se reúne e trabalha em conjunto. Em maior ou menor grau, as pessoas se envolvem nas diversas atividades que a festa demanda: preparar a parte religiosa, que envolve a missa, a procissão e a encenação final, o almoço; a confecção das bandeirinhas de papel de seda; a decoração da igreja; a mateada e a limpeza da igreja e do salão, após o término da festa.

Tanto trabalho precisa ser compartilhado, por isso, a festa tem sido ordenada pela coordenação da capela e diretoria do Quiteriense, que realizam uma série de reuniões preliminares para dividir as tarefas e discutir as mudanças, os problemas e as alternativas que aparecem no decorrer do percurso.

Finalmente, há o Sport Club Quiteriense onde são realizados jantares dançantes, almoços e festas comemorativas como as juninas, o dia das mães, o dia dos pais e o dia das crianças. Atualmente, muitas atividades têm sido desenvolvidas. Elas são desenvolvidas pela própria comunidade e recebem pessoas de outras localidades do interior e da zona urbana da cidade. Abaixo, temos uma imagem da sede do Sport Club, onde também são realizados muitos dos aniversários dos moradores da Quitéria, além de jogos de futebol amador entre a equipe da Quitéria e times convidados de outros lugares:



FIGURA 18

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Sede do Sport Club Quitériense

5.1.6 Da relação dos moradores da Quitéria com o ambiente

“Assim, a questão ambiental deve assumir um papel estratégico na configuração das novas metodologias de extensão rural, adequadas ao novo modelo de desenvolvimento rural auto-sustentável. Nesse sentido, a criação de um novo modelo de desenvolvimento rural (...) deve levar em consideração a importância da preservação dos recursos naturais, por meio de uma política de gerenciamento ambiental que priorize a criação de novas formas de produção e que assegure à agricultura familiar um nível de renda mais justo, ao mesmo tempo em que consolide a preservação e a renovação dos recursos naturais”

(Campos, 2001, p.322)

Chegamos a um ponto nevrálgico neste trabalho que é pensar a relação das agricultoras e dos agricultores com a natureza, a forma como é praticada a agricultura convencional na Quitéria e de que maneira isso contribui para a identidade do produtor e para a consolidação da crise socioambiental.

Trazemos dados das conversas com os trabalhadores durante as observações e das próprias entrevistas semi-estruturadas que realizamos. O que percebemos é que a introdução da agricultura convencional que entendemos por aquela que usa maquinários, adubos e agrotóxicos oriundos do “Pacote Tecnológico da Revolução Verde” ocorre, de forma sistemática, na Quitéria por volta da década de 1980, quando os órgãos de assistência técnica, nomeadamente a EMATER-RS (Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural) começam a visitar as propriedades, apresentando novos produtos que iriam facilitar o trabalho dos agricultores, acabar com as “pragas”, eliminar a necessidade de trabalho humano na capina, substituindo-o por herbicidas, e diminuir o tempo da produção, por meio de adubos folhares e demais produtos.

Certamente que, antes disso, alguns herbicidas, fungicidas e adubos químicos já eram usados, com o trabalho da assistência técnica isso se torna sistemático. O sonho de aumentar a produção, de não precisar trabalhar tanto e de conseguir melhores preços tem se mostrado, contudo, um grande engodo.

Hoje, na Quitéria são muitos os produtores que estão endividados com os bancos, sem esperanças de conseguir pagar suas dívidas, e com suas terras penhoradas. Possuem dívidas também com as revendedoras de implementos agrícolas, insumos e agrotóxicos. Não pagam porque não podem, não conseguem lucrar com sua produção, ou seja, os rendimentos não lhes permitem honrar suas dívidas. Essa é uma situação muito difícil: o produtor cada vez mais se desgosta de sua atividade, pensa que a agricultura “*não tem mais solução*”, não tem como ir para a cidade, embora muitos almejem isso. Deposita, então, suas esperanças nos filhos, investe na educação formal do mesmo, que, como já afirmamos, acontece fora do espaço rural. Projeta em seus filhos os sonhos que não conseguiu realizar. Não vislumbra que seus filhos possam continuar o seu trabalho e serem felizes como agricultores e, assim, empurram-os para a cidade todos os dias em um ônibus escolar, que anda por todo o interior recolhendo as crianças e jovens e seus sonhos urbanos, de fuga da terra onde nasceram...

O processo de desvalorização da figura do trabalhador rural é fruto de uma série de fatores que muito tem a ver com o agravamento da crise do setor rural com a introdução da agricultura convencional. Muitos agricultores têm percebido que suas terras estão se esgotando, cada vez fica mais difícil competir com aqueles produtores que, dispondo de muita terra, mecanizam o máximo a produção e conseguem um preço de custo muito mais baixo. Aliado e interpenetrado ao problema ambiental da agricultura convencional, há a questão econômica. Isso deve ser levado em conta para que não tornemos nossa análise idealizada e apartada do real.

A curto e médio prazos, ao pensarmos em alternativas e mudanças da atual situação, devemos partir da concretude do real, do contexto em que vivemos, de um capitalismo que exclui, que explora, que tolhe o direito de ser mais, de ter acesso as mesmas oportunidades, de poder escolher os caminhos. Não podemos pensar em mudanças mágicas, essas devem ser construídas reconhecendo os limites que as aprisionam e que não serão rompidos de outra forma, senão com uma luta responsável, solidária, calcada na materialidade da vida e das relações que essa engendra.

Quando pensamos, então, a relação dos agricultores e agricultoras da Quitéria com o ambiente, o fazemos com o objetivo de, no decorrer do trabalho, poder delinear alternativas, identificar possibilidades de construção de uma forma de plantar e viver que seja mais sustentável. Fazemos isso de forma muito modesta, entendendo os limites de nossa prática, assumindo como nossa luta enquanto cidadã, não apenas como pesquisadora, buscando retirar dessa pesquisa meios para viabilizar ações concretas.

Os adubos químicos e agrotóxicos são de uso sistemático na produção, com destaque aos herbicidas e aos fungicidas. Os primeiros, usados para matar capins; os segundos para matar fungos e bactérias que afetam a produção. Em plantações como as de cebola e tomate esses produtos são aplicados semanalmente. Os agricultores seguem recomendações do representante comercial de uma empresa que revende esses produtos e visita os produtores quase todas as semanas.

Muitos agricultores compram esses produtos “fiado”, ou seja, vão acumulando os valores para pagar quando venderem os frutos de sua produção, o que gera riscos e uma preocupação constante, porque a dívida se torna crescente e não sabem como será a colheita e a comercialização dos produtos.

Devemos destacar que a maior parte dos produtos que são usados nas plantações são aplicados de forma preventiva. O agricultor não espera a planta apresentar algum “problema”, isto é, aplica o produto antes para impedir que a planta fique doente. Isso aumenta muito o preço de custo do produto.

O uso do esterco – dejetos de animais, geralmente bovinos – como adubo natural é uma prática milenar que continua sendo utilizada na Quitéria. Segundo os agricultores, esse adubo natural faz com que as plantas cresçam com mais força, fiquem mais viçosas e resistentes às “pragas” e às condições climáticas. Paralelo, então, a uma série de práticas da agricultura convencional, há práticas tradicionais, conhecimentos passados de geração para geração, como o relacionado às fases da lua. Muitos agricultores escolhem a melhor lua para plantar, explicam que plantas de folha como nabos, couve, alface, mostarda, devem ser

plantadas na lua minguante. Para plantas que apresentam flores como tomate, feijão, favas, ervilhas, precisam ter seu plantio realizado na lua cheia.

Voltamos a uma questão já arrolada nessa dissertação de mestrado: o velho e o novo, o senso comum e o conhecimento científico estão em interlocução na Quitéria. Muito mais falaremos sobre ela ainda, mas o que queremos adiantar é que há, na localidade, muitas pessoas, que carregam consigo medos, angústias, sonhos, fantasias, certezas e incertezas. É com essas pessoas que estamos nos propondo a dialogar, é junto delas que queremos caminhar, entendendo que:

não há receita pronta para a nova sociedade e sim a conquista incessante desta, pois “o surgimento do novo não pode ser previsto, senão não seria novo. O surgimento de uma criação não pode ser conhecido por antecipação, senão não haveria criação” (Morin, 2002, p:81). E, em nosso entender, é essa procura da afirmação da certeza na incerteza, de podermos ser sujeitos do processo de transformação social, que torna a vida algo maravilhoso. (Loureiro, 2004, p.141)

No próximo capítulo, abordaremos a educação ambiental e qual o seu compromisso nessa sociedade que vive a crise socioambiental, na qual a agricultura valorizada e incentivada é a que prejudica o ambiente e os recursos naturais. A educação ambiental precisa se afirmar como emancipatória na busca da transformação plena, que englobe as múltiplas esferas da vida, reconhecendo a necessidade de um conhecimento que rompa com a fragmentação, a separação, que seja dinâmico, questionador e que pense a articulação entre indivíduo e sociedade, entre esses e o ambiente.

A agricultura sustentável que precisa ser debatida é aquela feita por mãos que não serão mais exploradas, mas mãos livres, conscientes de seu papel, de sua importância. Mãos e mentes que respeitem a natureza e que atuem para sua preservação e regeneração. Mãos, mentes e pés que caminhem rumo à construção de mudanças efetivas nas relações desiguais que se estabelecem na sociedade, que lutem pela superação da exclusão e expropriação que mantém e é mantida pelo Capitalismo.

É preciso, finalmente, pensar o papel da educação ambiental para a consolidação dessa agricultura, que vá além das técnicas de cultivo, que atue na conscientização de homens e mulheres, de forma prática e concreta, aliando teoria e prática, sem romantismo ou receitas prontas, reconhecendo os limites e as potencialidades.

**6. EDUCAR PARA UMA OUTRA AGRICULTURA POSSÍVEL,
UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL: PENSANDO A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.**



FIGURA 19

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Agricultoras e agricultores participantes da pesquisa conversando.

Balança

*Com pesos duvidosos me sujeito
A balança até hoje recusada
É tempo de saber o que mais vale:
se julgar, assistir ou ser julgado.*

*Ponho no prato raso quanto sou,
Matérias, outras não, que me fizeram
O sonho fugi disso, o desespero
De prender violento ou descuidar*

*A sombra que me vai medindo os dias;
folho a vida tão pouca, o ruim corpo,
traição natural e relutâncias
pondo o que há de amor, a sua urgência*

*O gosto de passar entre as estrelas
A certeza de ser que só teria
Se viesses pesar-me, poesia.*

6. EDUCAR PARA UMA OUTRA AGRICULTURA POSSÍVEL, UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL: PENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo
dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminhos dez passos e o horizonte corre dez
passos. Por mais que eu caminhe, jamais
alcançarei. Para que serve a utopia? Serve
para que eu não deixe de caminhar.*
(Eduardo Galeano apud Andriole, 2006, p.01.)

Neste capítulo trataremos de maneira mais clara da educação ambiental, sua abrangência e fundamentos, buscando ligá-la ao projeto utópico de consolidação da agricultura sustentável, levando em conta os desafios e as possibilidades que permeiam o processo de transição do modelo de agricultura convencional para um que, garantindo a sustentação sócio-econômica das famílias, esteja em sintonia com a preservação/regeneração da natureza e da Vida.

Acreditamos que falar em agricultura sustentável é ir além de pensar novas formas de manejo do solo ou técnicas de cultivo. É substancialmente imprescindível pensar em mudanças na forma de relação do agricultor com a terra, mas, antes, consigo mesmo e com os que o cercam. É resgatar a solidariedade, a cooperação, a partilha, a união; é apostar que a melhor forma de ser feliz é coletivamente. É reconhecer que estamos todos interligados, que precisamos uns dos outros, que precisamos somar para multiplicar, ao invés de dividir, como tem ensinado o modelo convencional no qual o agricultor compete com todos, contra todos e contra si mesmo.

Não podemos, é necessário que se afirme ter uma visão idealizada do desafio que está posto. O câmbio de valores e de atitudes, imperativo frente à crise socioambiental que

vivemos, precisa ser construído, não é algo que nasce de uma hora para outra, visto ser um processo de conscientização, de construção participativa *de todos com todos*. Envolve nossa ação educativa para superação da degradação ambiental, da exclusão, da miséria, do genocídio cultural e da desvalorização dos saberes tradicionais que acometem milhares de mulheres e homens por esse mundo afora.

A agricultura não pode ser pensada de forma isolada, pois está ligada à dinâmica de produção capitalista, que precisa ser superada. A educação ambiental enfrenta o desafio de educar para emancipar que é:

reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especialidades. A práxis educativa transformadora é aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais, que trabalha a partir do cotidiano visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista industrializada (Loureiro, 2004, p.131)

Podemos afirmar que somente é possível pensarmos em transformações significativas se partimos do pressuposto de que, aliada à agricultura sustentável deve estar uma visão diferente de mundo, de vida, de economia, de participação. Essa deve ser construída por meio de um processo dialógico, crítico, emancipador, complexo, utópico, que deixe de lado a visão fragmentada e mutiladora que durante muito tempo norteou e tem norteado muitas das idéias e ações, em prol de um pensamento religador, que reconheça o pertencimento, a dependência que temos com relação ao ambiente e com os homens e as mulheres que nos cercam. Essa construção necessita partir da materialidade da vida, da complexidade do mundo em que vivemos, formado de organizações, transformações, casualidades, certezas e incertezas, cisões, rupturas, propriedades emergentes e escondidas, possibilidades e caminhos que só serão conhecidos se trilhados.

6.1 Dos desafios e as possibilidades da Educação Ambiental

“ A degradação socioambiental se traduz na perda de saberes práticos que sustentam as relações de mútuo pertencimento entre o humano e o seu meio. O pescador perde o conhecimento rico e profundo do mar e sua perícia; o caçador perde a arte estratégica e sutil de ler os indícios e vestígios, o agricultor perde a ligação com o planeta, o cosmos, o ecossistema”
(Sá, 2005, p.245-6)

“ Há necessidade de um pensamento que ligue o que está separado e compartimentado, que respeite o diverso ao mesmo tempo que reconhece o uno, que tente discernir as interdependências”(Morin e Kern ,2005, p.159)

A educação ambiental é um campo de pesquisa e ação ainda novo, nascido de um conjunto de problemas que são, simultaneamente, locais, regionais, nacionais e globais, que ameaçam a conservação da vida na Terra, como já falamos anteriormente. Segundo Jóviles Trevisol, foram nos últimos cem anos que a relação homem - natureza tornou-se realmente tensa e ameaçadora para ambos:

a passagem da dependência para a dominação do homem sobre a natureza começou a ocorrer a partir da Revolução Industrial e do progresso cada vez mais acelerado da ciência e da tecnologia. O conhecimento científico e sua conversão em tecnologias permitiu ao homem intervir com mais freqüência e profundidade na dinâmica da natureza e transformá-la segundo seus interesses. A obsessão moderna (ocidental) de controlar (dominar) o máximo possível a natureza e inseri-la na chave do progresso e do desenvolvimento tornou-se mais evidente e agressiva ao longo do século XX. (2003, p.66)

Em meados do século XX também temos a Revolução Verde e o início das discussões no campo da educação ambiental. O termo foi usado pela primeira vez em um evento na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965. Em 1972 houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, que destacou a importância de se vincular o ambiente e a educação, dando início a um debate que tornou o tema oficial. Carlos Loureiro (2004) afirma que foi depois da Conferência que *“ficou a cargo da dupla institucional*

Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) a elaboração do Programa Internacional de Educação Ambiental (Pinea)” (p.69), marcando a consolidação da educação ambiental como campo de discussão, debate a ação internacional.

Vários eventos sucederam-se, e cada vez mais a educação ambiental vem ganhando espaço, constituindo-se como um campo heterogêneo, de disputas por espaço e idéias, assim como de construção, de discussão e de busca de alternativas à crise socioambiental. Há uma série de autores que já se detiveram com muita propriedade na reconstituição do histórico da educação ambiental⁹, para não sermos repetitivos não nos alongaremos nesse ponto e, sim, no que entendemos ser suas potencialidades e desafios.

Resgatando o que já falamos no início desta dissertação, o ambiente precisa ser entendido como totalidade, englobando seus aspectos naturais e os forjados pelo homem, visto que não podemos reduzir a educação ambiental apenas a um viés: seja ele biológico, químico, físico ou social. Ela só pode ser pensada na complexidade das relações estabelecidas pelos seres humanos e a natureza.

Mas há diferentes formas de se pensar essas relações, por exemplo, quando falamos em participação, conscientização, democracia ou transformação, é vital mostrar de onde falamos, o que defendemos, sob pena de cairmos em um discurso vazio e mistificador. Carlos Loureiro nos alerta para isso ao afirmar que:

não podemos ser inocentes e achar que o sentido de participação preconizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial é similar ao promovido pelo MST ou pelo Fórum Social Mundial, ou ainda considerar que a participação é sempre vista nos documentos resultantes das conferências da ONU como base para a transformação societária (2004, p.75)

Então, quando falamos em educação ambiental, entendemo-la como educação política, crítica, emancipatória, participativa e inserida no projeto utópico de consolidação de uma sociedade justa e solidária, assim como, no processo de tomada de consciência de si, do outro e do mundo.

⁹ Podemos citar:

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo:Gaia, 1992;

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 1996

LOUREIRO, Carlos Frederico. *Fundamentos e Trajetórias da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

A educação ambiental precisa estar impregnada da utopia, dos sonhos possíveis, afinal, quando falamos em mudança essa passa, irremediavelmente, por nossa capacidade ontológica de sonhar e

sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se (...).

Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (...)

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e anúncio mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência do sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não *morre*, pelo contrário, continua.

A compreensão da história como *possibilidade* e não *determinismo* (...) seria ininteligível sem o *sonho*, assim como a concepção *determinista* se sente incompatível com ele e, por isso, o nega. (Freire, 1992, p.47)

Quando falamos que entendemos estarmos vivendo sobre a égide de uma crise socioambiental não o fazemos como alarmismo, mas como *denúncia*, denúncia responsável embasada na crença de que é possível superar as contradições e injustiças que balizam o mundo que vivemos, portanto, anúncio: anúncio de que é possível construir um futuro diferente.

Assim, é preciso repensar a relação homem/natureza, criando instrumentos por meio de um processo educativo para a consolidação de formas de intervenção no ambiente que atuem para sua preservação e regeneração e, não, destruição. É vital insistir em uma perspectiva comprometida com a solidariedade, a utopia, a crítica, a criatividade, a participação e o interligamento como extremas da educação ambiental, uma vez que esta “*como formação e como exercício da cidadania tem a ver com uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens*”(Jacobi, 2005, p.234).

A educação ambiental intervém para a transformação da realidade, para a construção da justiça social. Como afirma Reigota (1996) ela deve “*estar impregnada da utopia de mudar radicalmente as relações que conhecemos hoje, sejam entre a humanidade, sejam entre esta e a natureza*”(p. 11). A mudança não é processo fácil ou harmonioso, envolve desafios, visto que

o surgimento do novo não pode ser previsto, senão não seria novo. O surgimento de uma nova criação não pode ser conhecido por antecipação, senão não haveria criação. A história avança, não de modo frontal como um rio, mas por desvios que decorrem de inovações ou de criações internas, de acontecimentos ou acidentes externos.(Morin, 2002, p.81).

O grande desafio que se coloca é romper com as “certezas” que o capitalismo nos vende, o individualismo e as necessidades construídas, neste rumo:

novos e sofisticados produtos são lançados diariamente no mercado visando ao conforto, ao prazer e à vaidade individual. A televisão exerce uma atração de quase sacralidade, induzindo crianças, jovens e adultos a imitarem atitudes, valores e sentimentos sem um referente real. A televisão vende produtos sem que o consumidor saia de sua casa ou apartamento. De um modo geral, cria necessidades, desejos, fantasias acintosamente. Vídeos, CDs e outros aparelhos acomodam os indivíduos em seus lares. A ética pós-moderna inverte a noção de *indivíduo orgânico* do homem grego antigo. Fragmentado, sem importância coletiva, o indivíduo pós-moderno acredita que o consumo de bens e mercadorias o preenche, conferindo-lhe substância interna, densidade existencial. A informação confiável passa a ser a mercadoria de luxo num mundo intoxicado de textos avulsos, de verdades provisórias, de interesses efêmeros, fugazes. (Calloni, 2005, p.73)

Reconhecer os laços de dominação, de opressão que acorrentam o ser humano é condição para a mudança, assim como reconhecer que a felicidade e o bem-estar não se encontram em objetos de valor comercializável, mas em nossas vidas, nos laços de amizade, de amor, de companheirismo que estabelecemos com os que nos cercam, incluindo homens e tudo que forma o ambiente. Não podemos ser plenamente felizes, enquanto milhões não têm o que comer, vestir nem onde dormir. É egoísmo, individualismo e reducionismo pensar somente em nós em nossa vida, em nossa casa e família, afinal não estamos sozinhos no mundo. A educação ambiental precisa fazer-nos rever isso, reconhecer o valor e a importância da coletividade, da união e da partilha solidária, pois busca:

um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ela deve começar em casa, ganhar as praças e as ruas, atingir os bairros e as periferias, evidenciar as peculiaridades regionais, apontando para o nacional e o global. Deve gerar conhecimento local sem perder de vista o global(...). Deve, sim ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob sua perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica, enfim como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, em que qualquer nível, dão lugar às ações que afetam o meio ambiente. (Oliveira,2002, p. 88-9)

Para fazer frente à crise socioambiental que vivemos, a educação ambiental precisa apostar em uma mudança paradigmática, ou seja, uma nova forma de ver as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Pensamos que a complexidade, inerente à vida em todas as suas formas, mas negligenciada pelas ciências que reduzem e fragmentam o conhecimento e a própria existência, precisa ser deslindada.

Temos vivido “*sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração cujo conjunto constitui o (...) paradigma da simplificação*” (Morin, 2005b, p.11). Notadamente esse paradigma trouxe muitos avanços para a ciência, entretanto, tem trazido conseqüências nocivas: isolando a física, a biologia e a ciência humana, sendo incapaz de ver a conjunção do uno e do múltiplo, do todo e das partes, anulando a diversidade ou a justapondo sem considerar o conhecimento da unidade.

Resgatar a complexidade é imperativo não só para que a ciência avance, mas a sociedade como um todo, afinal, as duas estão interligadas, entrelaçadas, constantemente se produzem e se reproduzem. Ao falarmos em complexidade, nos remetemos a Edgar Morin que a tem definido como um desafio, não como resposta, como aquele pensamento que leva em conta as incertezas e as contradições, o reconhecimento do irreduzível. A complexidade é:

a união da simplicidade e com a da complexidade; é a união dos processos de simplificação que são seleção, hierarquização, separação, redução, com os outros processos que são comunicação, que são articulação do que foi dissociado e distinguido, e é a maneira de escapar à alternância entre o pensamento que só vê os elementos e o pensamento globalizador que só vê o todo (Id. Ibidem, p 102-3).

O que estamos propondo e defendendo é que só podemos pensar em mudanças significativas na vida de mulheres, homens e do ambiente quando superarmos o mito da simplificação, da compartimentalização. Morin (2005b) afirma que a complexidade não é uma receita para conhecer o inesperado, mas ela nos torna prudentes e atentos para não sermos levados por determinismos. Paulo Freire (2003) ensina que a história não é feita de determinismos, mas de possibilidades, que somos seres inacabados, em constante processo de aprendizagem. Da união do Paradigma da Complexidade com a pedagogia crítica nasce uma outra educação, uma educação que leva em conta cada sujeito de forma individual e seu papel no coletivo, uma educação ambiental comprometida radicalmente com as transformações sociais que dêem condições de vida digna a todos. Uma educação que não sirva para a manutenção do *status quo*, da exclusão que alimenta o capitalismo, mas que se forje na luta

cotidiana de todos por um outro mundo possível, no qual todos possam viver sua liberdade, sua diferença, sua esperança, sem serem oprimidos nem opressores. Uma outra agricultura que não ameace a diversidade, que não ponha em risco a saúde de produtores e consumidores, que dê segurança econômica e social a todos envolvidos.

Não negamos, pensando na educação ambiental, o valor de atitudes isoladas que atuem para a preservação/regeneração da natureza e a conscientização dos sujeitos envolvidos. Não obstante, se não houver o diálogo, a comunicação entre essas ações, o chamamento para que outras e outros venham somar esforços de forma coletiva e participativa, transformações significativas não serão impetradas.

As utopias que nos motivam a caminhar, a seguir acreditando na superação da crise socioambiental que vivemos precisam partir do entendimento de que a economia, a política e as relações interpessoais fazem parte de um todo: um todo onde as partes não podem ser negligenciadas e as particularidades precisam ser deslindadas.

A educação ambiental não é apenas transmissão de conhecimento acerca dos cuidados que a natureza necessita. Ela precisa ser entendida como um processo dialógico de câmbio de saberes, um processo em que todos envolvidos se transformam, reconheçam os laços de dominação que os acorrentam e lutam coletivamente para a superação das mazelas que os acometem, lutam para que o ambiente possa resistir e sobreviver. O diálogo não pode ser visto de forma fantasiosa, visto ser constituído entre diferentes, envolve, portanto, conflito que não podem ser negaceados, é ato político, que exige assumir posições e posturas, mostrar de onde estamos falando.

A educação ambiental precisa ser uma prática para a liberdade, para o reconhecimento da complexidade e da necessidade de interligamento de saberes, de coesão entre teoria e prática. A educação, corroboramos com Paulo Freire,

Não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos, não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização em suas relações com o mundo. (1987, p.38)

O homem não pode ser visto como abstração, solto, desligado do mundo, assim como, a natureza não pode ser pensada sem os homens. Disso resultam os desafios da educação ambiental, que carece criar instrumentos para a consolidação da cidadania plena, do direito de todos à participação nas decisões que afetam a sua vida e a dos que o cercam.

A mudança pressupõe conviver com a incerteza, abandonar os determinismos e entender o conflito e a diversidade como possibilidades de avanço e crescimento. É vital questionar as visões unidimensionais e unilaterais, buscando sua superação e a constituição de uma abordagem integradora de saberes porque para que o conhecimento seja pertinente não pode estar desunido e compartimentado. É preciso falar com as pessoas sobre seus problemas, suas angústias, não apenas para elas. Não podemos mostrar apenas o caminho, é preciso que, enquanto educadores ambientais que nos propomos a ser, possamos caminhar junto com elas, perseguir juntos a utopia que nos impulsiona a seguir.

6.2 Agricultura Sustentável: Uma construção a muitas mãos

Temos consciência de que os desafios para fazermos avançar o enfoque agroecológico, numa perspectiva de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis, ainda são muito grandes e complexos, mas não são, em absoluto, intransponíveis. Sua superação depende primeiramente de nossa capacidade de diálogo e aprendizagem coletiva, assim como do reconhecimento de que a sustentabilidade encerra não só abstrações teóricas, mas também elementos práticos que podem ser adotados no cotidiano. (...)

Como enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a Agroecologia apresenta o potencial para fazer florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, enfatizando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica”
(Caporal e Costabeber, 2004, p.59-60)

O ambiente em que se dá a produção agrícola precisa ser entendido como um produto histórico, fruto da relação do homem com a natureza. Ele é, então, constantemente reconstruído de acordo com as nossas formas de exploração e apropriação. O modelo capitalista mostra seus sinais de insustentabilidade e ameaça a vida na Terra, exigindo sua suplantação. Da mesma forma, sob a égide do capital a agricultura convencional – destruidora da diversidade biológica e social - precisa ser superada.

Mas, a construção da agricultura sustentável não é um processo fácil, pois envolve a ação de todos os atores sociais que precisam ser partícipes, protagonistas da ação

transformadora que queremos empreitar. É preciso uma mudança na orientação e no sistema econômico dominante em prol de novas estratégias que se calquem na descentralização dos processos produtivos, que estejam em sintonia com os limites ecológicos e que levem em conta a identidade cultural e os valores de todos os envolvidos.

É preciso, já de início, esclarecer que:

se mostrar cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos”. (Caporal & Costabeber, 2004, p.46)

A Agroecologia é o enfoque científico que irá apoiar a transição agroecológica de forma transdisciplinar, entendendo a complexidade das relações que compõe o espaço agrário brasileiro. A Agroecologia precisa, assim, se nutrir de todos os campos do conhecimento, bem como das experiências, práticas e saberes das agricultoras e dos agricultores para que possa contribuir na trajetória de consolidação da agricultura sustentável.

A agricultura sustentável não pode ser entendida, apenas, como aquela que não faz uso de adubos, fertilizantes, herbicidas ou fungicidas, é preciso ir além de uma visão estritamente agrônômica e biológica. É vital entender as multidimensões que devem estar imbricadas na construção da sustentabilidade agrícola, da mesma forma que não podemos entendê-la como *“um pacote pronto, comprado e à disposição em centros de pesquisa, estimulado pelas universidades, pelos órgãos de assistência técnica oficiais e as empresas privadas”*(Zamberlan & Fronchetti, 2002, p.94).

No que se refere a multidimensionalidade da agricultura sustentável, nos remetemos a Francisco Caporal e José Costabeber que apontam suas seis dimensões:

Dimensão Ecológica:

Remete-nos a uma visão sistêmica e complexa que aponte para o tratamento integral do ecossistema. É preciso atuar para a preservação/regeneração da natureza e para a manutenção das propriedades do solo e sua fertilidade. Para que a agricultura seja ecologicamente consistente deve:

ter poucos efeitos negativos no meio ambiente, depender, principalmente, dos recursos de dentro do ecossistema; conservar a diversidade biológica; ser viável do ponto de vista energético. Por isso, adverte-se que o uso abusivo da mecanização e dos insumos químicos derivados de combustíveis fósseis têm provocado uma série de alterações negativas nos agroecossistemas: perda de matéria orgânica, degradação do solo, poluição e esgotamento dos suprimentos da água, surgimento de pragas e doenças resistentes aos agrotóxicos, contaminação dos ecossistemas por agrotóxicos. (Ruscheinsky, 2004b, p. 110)

É essencial buscar estratégias que contemplem o reaproveitamento de matérias orgânicas de dentro dos agroecossistemas, como a utilização de técnicas de compostagem, a produção de fertilizantes naturais e o controle biológico de insetos e *insos* (capins).

Dimensão Econômica:

Ainda que entendamos ser necessário a superação do Capitalismo e a construção de uma sociedade justa e igualitária como horizonte utópico, é preciso pensar a curto e médio prazo. É preciso buscar mudanças graduais que evidenciem a estreita relação entre a dimensão ecológica e a econômica, uma vez que “*a insustentabilidade dos agroecossistemas pode se expressar pela obtenção de resultados econômicos favoráveis às custas da depredação da base de recursos naturais que são fundamentais*”(Caporal e Costabeber, 2004, p. 54)

É imperioso equacionar todos os ganhos e perdas de nossas ações, pensarmos nas conseqüências das práticas e não se pautar nunca apenas pelo lucro e pela exploração que tolhem a própria Vida, exaurindo os recursos naturais não renováveis que são indispensáveis a nossa existência.

Dimensão Social:

Podemos afirmar que:

A dimensão social apresenta precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade (Id. Ibidem, p. 53)

Da mesma forma, é preciso procurar uma melhor qualidade de vida para a mulher e o homem do campo, maior acesso aos recursos médicos e escolares, fim dos riscos de contaminação por produtos químicos e maior segurança econômica dentro de um modelo de agricultura sustentável.

Dimensão Cultural:

Os esforços realizados no sentido de superação da agricultura convencional precisam ser respeitadores dos valores culturais que os produtores rurais trazem consigo, precisam levar em conta suas experiências e suas vivências.

O ponto de partida é o saber local da comunidade, sua identidade, disso ser imperativo a não homogeneização dos sistemas de produção, mas o entendimento da heterogeneidade das práticas possíveis e sustentáveis, de acordo com as escolhas de cada sujeito histórico envolvido no processo de transição agroecológica.

Dimensão Política:

A dimensão política faz referência aos processos participativos e democráticos, ou seja, a agricultura

para ser sustentável deve permitir e considerar a diversidade cultural, natural e biológica, deve respeitar a autonomia dos povos e se preocupar com o acesso aos fatores indispensáveis a sustentabilidade (...)

A construção do novo paradigma deve estar sedimentado sobre a participação das pessoas no processo de desenvolvimento. A democracia social e o exercício da cidadania devem sustentar o modelo de desenvolvimento. A participação deve se dar na discussão dos problemas, na pesquisa e diagnóstico, na proposição de políticas públicas e programas diferenciados e setoriais, na gestão social do mesmo e avaliação (Menegetti, 2004, p.19)

Os agricultores precisam ser os edificadores de seu desenvolvimento, precisam construir seus caminhos. Precisamos resgatar sua auto-estima, sua vontade de ser mais, estimular a vivência de sua plena cidadania, para que todos possam igualmente ouvir e ser ouvidos.

Dimensão Ética:

Vivemos sob a égide da crise socioambiental, por isso, a sustentabilidade está intrinsecamente relacionada à solidariedade intra e intergeracional e à preservação do meio ambiente como responsabilidade coletiva. A dimensão ética “*exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores que não necessariamente serão homogêneos*” (Caporal e Costabeber, 2004, p. 57). É uma ética da solidariedade e da fraternidade para que todos nós consigamos viver dignamente, tendo acesso aos recursos naturais e a participação na tomada de decisões referentes à existência individual e coletiva.

Essas seis dimensões que apresentamos não fazem sentido se arrazoadas uma a uma, de forma isolada. É no diálogo e na tomada em consideração de todas elas que poderá forjar-se um processo de transição agroecológica:

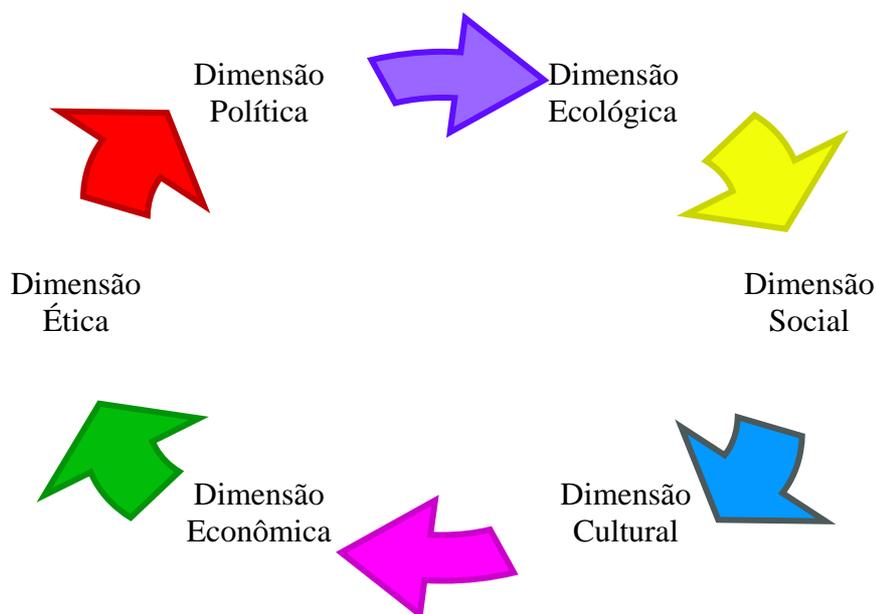


Diagrama 01
Multidimensionalidade da Agricultura Sustentável, confeccionado pela pesquisadora.

Só será possível a agricultura sustentável, na Quitéria, se levarmos em conta a interconexão, o interligamento de práticas e saberes científicos e o das mulher e dos homem

do campo. Não basta ter desenvolvimento econômico se acabamos com a diversidade ambiental e cultural do planeta. Da mesma forma que não podemos falar em agricultura sustentável “de cima para baixo”, essa precisa ser construída ouvindo e dialogando com os saberes dos agricultores:

por se tratar de um processo social, isto é, depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também numa mudança nas atitudes e valores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (Caporal e Costabeber, 2004, p. 12).

Então, a agricultura sustentável é muito mais do que novas técnicas de produção, envolve transformações sociais, a educação ambiental, um reconhecimento dos laços que nos ligam a Terra, um reconhecimento de nossa dependência e do pertencimento com relação a ela.

A educação ambiental tem um papel fundamental a cumprir: colaborar para uma maior integração e solidariedade entre os agricultores e o ambiente, contribuir para a sua consolidação como sujeitos históricos e para a construção de uma sociedade justa, igualitária, fraterna e sustentável.

Quem sabe pareça utópico, mas indubitavelmente, é possível caminharmos rumo a uma produção livre de agrotóxicos ou de outros produtos que destroem o solo e comprometam a Vida e a continuidade de existência. Reconhecemos que há uma série de desafios que são de ordem técnico-científica, econômica, metodológica, cultural, política, econômica e social, mas, por outro lado, é preciso crer na possibilidade de criar condições para que possamos ter uma agricultura mais sustentável, conseguindo reduzir os impactos no ambiente, ao passo que, suplante a exclusão social e garanta uma melhor qualidade de vida aos agricultores e à população como um todo, já que todos dependemos da produção do campo.

Não podemos culpar os agricultores que usam adubos químicos e agrotóxicos, afinal, suas escolhas não são livres, são condicionadas. A transição para um modelo de agricultura sustentável é um imperativo, mas sua concretização dependerá de uma longa luta. Será um processo composto por avanços e retrocessos, Jalcione Almeida (2004) diz que, estrategicamente, esse é um momento de “*se trabalhar a transição para uma agricultura ‘diferente’ mais sustentável do ponto de vista ambiental e social*”(p. 99). Para tanto, é

fundamental que se resgate a qualidade do ser solidário para que se pense na agricultura sustentável na qual a

a solidariedade entre a sociedade e o meio ambiente é condição básica à reconstrução de vínculos recíprocos entre indivíduos, grupos sociais, nações e meio ambiente. A crise da civilização remete ao significado moral que vincula os indivíduos à vida, aos interesses e às responsabilidades sociais de uma nação, ou da própria humanidade e do próprio meio ambiente.

A solidariedade orgânica significa adesão e apoio a uma causa, com princípios éticos e projeto político, com relação de responsabilidade por interesses comuns. A emergência de interesses comuns – destruídos na sociedade concorrencial – pode despontar na perspectiva da compreensão da dependência recíproca entre sociedade e meio ambiente. (Ruscheinsky & Vargas, 2002, p. 138)

É preciso repensarmos nossas práticas, pautá-las na solidariedade, na fraternidade, no respeito à natureza e ao homem. A esperança deve estar em cada rosto cansado, maltratado pelo sol, em cada agricultor que ainda acredita no valor e na força de seu trabalho, de seu papel social.

Não será, simplesmente, pensando em novas formas de plantio, falando em aumento da produtividade ou canais de comercialização que isso será possível. É preciso uma mudança na identidade desse trabalhador rural para despertar seu lado solidário, fraterno, possibilitando-lhe escolhas, autonomia, liberdade, entendida como reconhecimento de suas necessidades e limitações, sua dependência com relação ao outro e não mais com relação ao capital. Nesse ponto ingressa, radicalmente, o papel da Educação ambiental, embora esteja presente em todos os momentos desse processo de transição, pois, do contrário, não passaria de um discurso vazio.

7. RESGATANDO CAMINHOS TRILHADOS: DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CONVENCIONAIS PRATICADAS NA QUITÉRIA



Figura 20

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Detalhes de uma figueira, uma das árvores mais comuns na Quitéria.

No silêncio dos teus olhos

*Em que língua se diz, em que nação,
Em que outra humanidade se aprendeu
A palavra que ordene a confusão
Que nesse redemoínho se teceu?
Que murmúrio de vento, que dourados
Cantos de ave pousada em altos ramos
Dirão, em som, as coisas que, calados,
No silêncio dos olhos confessamos?*

7. RESGATANDO CAMINHOS TRILHADOS: DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CONVENCIONAIS PRATICADAS NA QUITÉRIA

A crise socioambiental com que nos defrontamos neste final de século colocou em xeque as bases teóricas e metodológicas que sustentaram o estabelecimento do atual modelo de crescimento econômico e sua reiterada inobservância dos limites impostos pela natureza. Entre nós, as irracionalidades do modelo hegemônico – que alguns teimam em confundir com desenvolvimento – se expressam em forma de miséria, fome, desemprego e outros mecanismos de exclusão social.
(Caporal e Costabeber,2004, p. 15-16)

A fim de dar conta de refletir sobre o problema inicial da pesquisa, percorremos um longo trajeto, de buscas, de encontros, de desencontros, de rupturas e escolhas, que nos fizeram compreender que fazer pesquisa é antes de qualquer coisa um grande aprendizado. Hoje somos muito diferentes do que éramos ao ingressar no Programa de Pós-Graduação. Aprendemos muito não só *sobre*, mas *com* os partícipes desta pesquisa: os agricultores e agricultoras da Quitéria e suas vidas transpassadas por dúvidas, trabalhos, incertezas, condicionamentos e possibilidades.

Este texto, em seu conjunto busca responder aquelas questões que arrolamos no início do trabalho. É um texto escrito por muitas mãos: pelas dos agricultores que conosco dialogaram, não só durante as entrevistas, mas em todos os momentos em que estivemos e estamos juntos. É um texto permeado por ensinamentos de todos aqueles que nos acompanharam nesta jornada, estejam no meio acadêmico ou fora dele.

Ainda que tenhamos que lembrar que este é o nosso olhar, que só podemos escrever sobre aquilo que enxergamos, não podemos deixar de referenciar aqueles que conosco dialogaram, que nos apontaram caminhos, que nos ouviram. Não temos um retrato da

comunidade da Quitéria. Ela é muito mais do que pudemos captar, é muito mais complexa e bonita do que isso. O que podemos apresentar aqui é o nosso olhar, fruto de um processo metodológico feito com rigor, com criticidade e com respeito aos saberes e às práticas de todos envolvidos que nos permitem apontar alternativas, entender o que justifica nossas ações e que contribuições pode trazer a educação ambiental em um processo de transição agroecológica.

Construímos esta dissertação deixando as agricultoras e os agricultores da Quitéria falarem junto conosco, queremos que nossas vozes se misturem, se interconectem, se permutem. Defendemos que um projeto de educação ambiental que vise à emancipação não pode partir de procedimentos metodológicos comprometidos com a educação bancária, onde há os que sabem e os que não sabem, os que *falam para* e os que não falando apenas ouvem. Por isso, nosso esforço em tentar falar junto com os agricultores e não para eles, sobre como é a vida deles, por que a vida deles é a nossa também e todos nós temos muito a ensinar e a aprender.

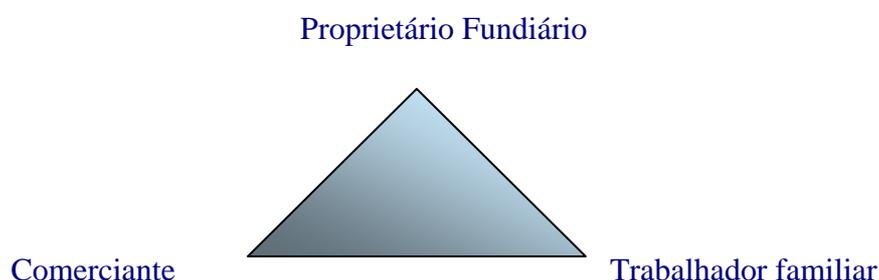
7.1. Caminhos Trilhados: a agricultura convencional praticada na Quitéria

Abordaremos a partir desse momento a agricultura convencional praticada na Quitéria, sua consolidação e o que a sustenta. Identificaremos as características dos agricultores dessa localidade centrando a análise, inicialmente, no viés econômico, ou seja, nas práticas produtivas. Nosso objetivo é analisar esse modo de produção, identificando elementos que compõe o ciclo produtivo, as formas de trabalho e a formação histórica da agricultura convencional como forma de produção amplamente difundida e consolidada no espaço agrário em questão.

Mostraremos que a união entre a agricultura familiar e a agricultura convencional foi forçada, ela é fruto de um processo de modernização imposto de *cima para baixo*, sem considerar a vontade ou mesmo a necessidade dos produtores familiares.

7.1.2 Personagem Híbrido: caracterizando a agricultora e o agricultor da Quitéria

O lugar do agricultor na sociedade contemporânea não pode ser pensado de forma simplificada, é necessário considerar que, a par de toda modernização da agricultura, há elementos que permanecem, embora reconhecemos que há muitas alterações ao longo do tempo. Quando falamos em agricultura familiar, afirmam os agricultores: *eu vejo que hoje se usa muito mais agrotóxicos, se usa muito mais remédio, se usa sem controle, sem uma assistência técnica*. Não podemos caracterizar o agricultor familiar da Quitéria, atualmente, senão como um personagem híbrido, forjado pela triunidade:



Muitas outras características são importantes, mas, de um modo ou de outro, elas estão imbricadas a essas que destacamos. Em sua maioria, os agricultores da Quitéria possuem terras próprias, geralmente, herdadas, como já falamos e possuem entre três e sete hectares de onde tiram o sustento de sua família, plantando em regime de monocultura, notadamente de cebola e policultura¹⁰, desenvolvida, principalmente, pelos feirantes. Os agricultores são responsáveis pela venda de seus produtos: chegamos a outro vértice do triângulo, pois, os agricultores são também comerciantes no sentido de que são eles que vendem os produtos, negociam os preços e escolhem o destino do fruto do seu trabalho, individualmente. Essa é uma característica determinante dos agricultores da Quitéria - a de comerciante – ela vai nos ajudar a entender o próprio individualismo e a competitividade tão presentes no meio rural, que é resultado da disputa por mercado consumidor entre os agricultores que vendem na Central de Hortigranjeiros, para atravessadores e, principalmente, nas feiras livres.

A gente, a família é que produz e comercializa, asseguram os agricultores, os que fazem feira afirmam que mais gostam *é da independência, da independência econômica que dá, não ficar dependendo do atravessador, tu entras dentro do próprio sistema de comercialização, aí tu vai depender do teu esforço, do teu trabalho*. Os agricultores que

¹⁰ Policultura é o cultivo de mais de um produto agrícola na mesma propriedade.

plantam cebola ou mais alguma cultura como o melão ou a cenoura correm mais riscos porque *se dá uma frustração da safra naquele ano, não dá preço naquele ano não tem o que fazer, o produtor quebra*. São muito mais vulneráveis porque passam meses empregando dinheiro na produção sem garantia de retorno econômico.

Finalmente, dentro dessa triunidade, o agricultor é um trabalhador antes de qualquer outra coisa, um trabalhador *“capaz de agüentar uma extraordinária superexploração de si que nenhum trabalhador assalariado consentiria, mesmo que estivesse convencido de ter nascido para ser um ‘João Ninguém’, influenciado por uma religião fatalista, garantidora de uma determinada ordem social”* (Jean, 1994, p. 57).

O agricultor trabalha durante todo dia, realizando as mais diversas tarefas que demandam de sua lavoura, muitas vezes, sem parar nem nos finais de semana ou nos feriados, até a noite, faça chuva ou faça sol. Cada vez precisa plantar mais para poder garantir a subsistência de sua família que também atua na produção. As muitas tarefas que demandam a agricultura fazem com que muitas crianças, desde cedo, comecem a trabalhar e parem de estudar: *estudei até a quarta série, não dava para estudar, a gente era muito pobre, tinha que trabalhar, (...) se eu tivesse estudado minha vida teria sido diferente*.

Essa tríplice caracterização que nos faz compreender a forma de produzir dos agricultores da Quitéria que não poder ser pensada de forma isolada, assim como não podemos tomar um dos vértices do triângulo e achar que podemos a partir dele conhecer sua altura ou a medida de seus lados. Há interpolações, retroações, relações de interdependência que precisam ser deslindadas, resgatadas, que não podem ser suplantadas por visões unilaterais ou unidimensionais, ainda que essas estejam presentes e não possam ser negaceadas.

É a partir desse personagem híbrido – proprietário fundiário, trabalhador familiar e comerciante – que devemos pensar as relações econômicas e sociais que se estabelecem na Quitéria e, na seqüência, as formas de produção e mais, especificamente, procurar as raízes da agricultura convencional e o que a sustenta.

Nunca é demasiado repetir que não podemos pensar a Quitéria e sua dinâmica social de forma isolada, os próprios agricultores nos apontam isso: *as pessoas querem fugir da agricultura, mas fora dela não está fácil, não*. Esta é uma questão central: não só os agricultores enfrentam dificuldades, mas se olharmos as periferias das cidades, teremos situações de extrema miséria, de fome, de subnutrição, de desemprego e de falta de oportunidades. É essa a complexidade da crise socioambiental que discutíamos no início da dissertação: a pobreza e a miséria a que milhões de pessoas são acometidas, em todo mundo, é

um problema ambiental, da mesma forma que o desmatamento, a grande produção de resíduos, a problemática das fontes de energia não-renováveis, a problemática da água e a situação da agricultura. São os efeitos de um modo de produzir e viver que exclui, polui e impede homens e mulheres de viverem e serem livres, respeitando a liberdade do outro e colocando em risco a nossa sobrevivência: o modo capitalista de produção.

7.2 Agricultura Convencional e Agricultura Familiar: Forçada Combinação

É imprescindível resgatar algumas idéias que já discutimos anteriormente, por exemplo, quando falamos em agricultura familiar nos referimos à atividade agrícola realizada pela família na qual esta é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho, em alguns casos, com a ajuda de mão-de-obra temporária, principalmente na época de plantio, de colheita ou quando a demanda é maior. A família é a definidora das necessidades de consumo, das tarefas a serem desenvolvidas e organizadora da produção.

Na Quitéria temos o desenvolvimento da agricultura familiar com o emprego, em muitos casos de trabalhadores temporários que não têm carteira de trabalho assinada ou qualquer outro direito trabalhista, os agricultores (patrões) dizem que *não tem como assinar carteira, essas coisas, já é difícil pagar para o empregado, a gente paga por dia entre quinze e vinte (reais) e já é difícil*. Então, o trabalhador, que não possui terra própria, fica dependente dessas contratações temporárias informais sem nenhum tipo de direito, inclusive, a aposentadoria rural. Destacam-se nesse tipo de função as mulheres, filhas de agricultores que plantam por conta própria em menor quantidade ou que não possuem terras e as esposas de pescadores artesanais, elas atuam, principalmente, na época de plantio e de colheita da cebola e, geralmente recebem por produção¹¹. Os homens também atuam como diaristas, geralmente, em serviços mais *pesados* como cavar terra - prática que vem sendo substituída pelo uso do trator-, levantar beiradas e fazendo capinas realizadas com enxada.

Mas, substancialmente, a mão-de-obra empregada é a familiar em chácaras que possuem entre três e sete hectares, aproximadamente, e que não se enquadram em um perfil de agricultura convencional com a exploração tão intensa da terra como a que atualmente é praticada na Quitéria. Não há como fazer rotação de culturas ou períodos de repouso da terra,

¹¹ Quando o serviço a ser realizado é o corte de cebola, elas recebem um determinado valor por saco de cebola de vinte quilos que conseguem cortar. Quando se trata de plantar cebolinhas (mudas de cebola) elas recebem um salário relativo as réstias que plantaram, cada réstia equivale a vinte e cinco cebolinhas.

além do que, são usados intensivamente e em larga escala produtos químicos e agrotóxicos, criando uma dependência sistêmica, encadeada, como se não fosse possível produzir sem usar esses produtos, os agricultores da Quitéria usam *os adubos químicos e fertilizantes, ferti-irrigação e defensivos tipo fungicidas, inseticidas, todos esses tipos de acordo com cada plantação*; alguns afirmam, contudo que usam produtos *bem fracos para não ter perigo para nós nem para as outras pessoas*, conforme lhes ensinam os revendedores desses produtos que visitam as propriedades quase todas as semanas. Devemos destacar o que nos lembra Francisco Caporal (2006)e que se mostra com muita clareza no cenário que estamos investigando:

Os serviços prestados pelas empresas vendedoras de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, estão dirigidos aos seus clientes preferenciais e são conduzidos de modo a fomentar o uso daquilo que vendem, garantindo fatias de mercado e, por fim, o lucro pela venda de seus produtos. Tais serviços de orientação técnica se restringem, quase sempre, a recomendações quanto ao uso adequado daquilo que vendem. Trata-se daquela assistência do tipo “vide bula”, pois seria perfeitamente substituível por uma boa especificação do produto e do uso. (p.09)

Os revendedores de produtos químicos não tem nenhuma preocupação em mostrar os cuidados que devem ter, os agricultores, ao aplicarem esses produtos ou como usar os equipamentos de proteção necessários, eles tentam *vender* uma idéia de que esses produtos não fazem mal, que não causam nenhum dano se usados corretamente, como se houvessem níveis seguros para seu uso. Não levam em conta os desequilíbrios no ecossistema que mesmo os produtos de baixa toxidade podem trazer ao acabar com alguma espécie de inseto ou planta, o que gera a proliferação de outras, que, por sua vez, exigem o uso de produtos mais fortes e assim, sucessivamente, até formar um círculo vicioso, uma teia onde o agricultor fica aprisionado e na dependência desses produtos para poder produzir.

Identificamos a partir das entrevistas que o uso sistemático desses adubos químicos e agrotóxicos se iniciou por volta de 1980, com a entrada em cena dos órgãos de assistência técnica e as empresas que passaram a revendem esses produtos. Os agricultores afirmam que aprenderam a usar esses produtos com a EMATER-RS (Empresa Brasileira de Assistência Técnica):*eles vinham aí explicava para a gente, quando uma planta tava afetada, com alguma doença que remédio botar*. Mas foi mais forte a influencia dos revendedores, atualmente, a EMATER não tem dado assistência aoa agricultores ficando esta a cargo das revendedoras: *a assistência técnica que a gente tem é dos órgãos privados, os próprios revendedores de defensivos que vem e dão assistência técnica, o que eles acham que a gente*

deve usar, a gente não tem muito apoio nem da EMATER. nem da Embrapa essas coisas assim a gente não tem mesmo, então a gente vai contar mais é com os técnicos agrícolas e com a experiência.

Percebemos que a prática da agricultura convencional na Quitéria foi se firmando, ao longo desses anos, contando com o apoio de técnicos e engenheiros agrícolas, por meio da iniciativa pública ou privada, que possibilitaram o desenvolvimento de uma agricultura predatória que começa a mostrar seus sinais de esgotamento. Esses sinais são visíveis não só pela diminuição da produção, mas pelas dificuldades de comercialização e os baixos preços dos produtos, se comparados aos gastos da produção mecanizada e artificializada empregada.

Essa forma de produzir não combina, em nosso entendimento com a agricultura familiar que, tradicionalmente, se prende mais ao uso intensivo da mão-de-obra humana, de práticas que busquem a garantia de sustentabilidade para as futuras gerações e do conhecimento adquirido ao longo do tempo pelos trabalhadores no trato com a terra. A agricultura familiar e a convencional é uma combinação forçada no sentido que a segunda não foi resultado da evolução da primeira nem das necessidades da sociedade civil que clamasse maior produção de alimentos; mas sim de uma ideologia dominante de modernização e homogeneização da agricultura que não levou em conta as particularidades, as peculiaridades de cada região e a cultura local dos agricultores, substituída por máquinas agrícolas e frascos de veneno.

Criando um ideário de que era preciso produzir mais alimentos para matar a fome dos pobres se investiu muito pesado nesse processo de modernização. Sabemos que isso foi uma justificativa usada como estratégia de dependência de longo alcance, lançada pelas multinacionais que vendem venenos e sementes, visto que o problema não está na produção de alimentos apenas, mas, principalmente, na sua forma de distribuição desigual. Julio José Chiavenato (1989) nos mostra isso de forma muito clara, ao falar do período de introdução da agricultura convencional no Brasil destaca que:

nossas escolas “saneadas” pela ditadura militar, formam agrônomos com uma nova mentalidade, para construir o “Brasil grande”. Multiplicam-se as fábricas de adubos; a engenharia genética passa a ser coisa corriqueira – porém milagrosa – divulgada amplamente pelos jornais. E as múltiplas “cooperam” com o progresso brasileiro: financiam cursos, dão verbas para faculdades, oferecem estágios para estudantes e agrônomos recém-formados, que ouvem de experientes cientistas com sotaque – o que, no Brasil, confere grande poder de persuasão – as maravilhas conseguidas com o envenenamento da terra.

O Ministério da Agricultura e as secretarias estaduais enchem-se de técnicos que saem pelo país analisando terra e receitando veneno. Convocam os

grandes fazendeiros, que, alias, nem precisam ser convocados, pois a eles, antes, são oferecidas todas as benesses financeiras possíveis, desde que apliquem a nova política.

Até os pequenos sítiantes são chamados aos centros técnicos do governo para aprender vários segredos. Embasbacados, eles ficam sabendo que aquela sua terrinha que sempre deu mandioca, milho, arroz e feijão – vejam só – tem um tal de pH que é preciso corrigir com uns pozinhos que custam o olho da cara.

Eles aprendem que as sementes que plantam não prestam: é preciso comprar as tais da Agrocere e suas parentas, que quase custam o preço da raça, mas sob a promessa de produzirem um absurdo a mais. Eles se assustam depois, quando são informados de que para produzir mais até podem, mas, além do pozinho branco para corrigir tal pH, também precisam de potássio, nitrato...e por aí vai. (p.57)

Esse fragmento explica bem o que aconteceu na Quitéria: um processo externo que não parte da vontade dos agricultores e que acaba transformando sua forma de produzir, pondo em risco a sobrevivência da própria agricultura familiar que cada vez enfrenta mais dificuldades para competir com os latifúndios e manter-se viva.

É importante destacar ainda sobre os efeitos que a agricultura convencional causou e causa, a introdução das sementes híbridas que são uma constante, atualmente na Quitéria. O agricultor ao longo do tempo tem perdido seu domínio sobre a produção de sementes e tem mais um gasto com sua aquisição, já que as sementes híbridas não permitem que o produtor possa produzi-las e dessa forma não precise adquiri-las. Os agricultores enxergam isso com muita clareza, inclusive, muitos tem lutado para manter suas sementes naturais: *eu acho que daqui uns anos nós não vamos ter nossos produtos naturais, nós não vamos ter por causa que o produto híbrido veio produzindo um produto bonito, sem sabor, geralmente, mas bonito e é isso que o povo quer hoje em dia.* Assim:

as sementes tradicionais, que eram selecionadas e utilizadas pelos camponeses ano após ano, estão se perdendo. Hoje, existe apenas uma pequena variedade de plantas em que se consegue obter a mesma produção a cada safra. Em geral, o produtor não consegue mais utilizar a mesma semente, tem que adquirir outras variedades e usar novos insumos. É o que acontece com a semente híbrida, que exemplifica a típica ideologia da agricultura convencional moderna: o consumo permanente.(Wooff, 2005, p.02)

Essa é a lógica da agricultura convencional: gastar o mais possível (para dar lucro as empresas que fabricam máquinas e insumos) acarretando uma grande produção de dejetos e

resíduos que causam grande impacto ambiental sem que haja uma preocupação com a reciclagem, a regeneração e a sustentabilidade do ecossistema a longo prazo:



Figura 21

Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Sementes industrializadas comumente usadas pelos agricultores da Quitéria

No Rio Grande do Sul, o processo de modernização, fruto do trabalho difundido pela assistência técnica pública e privada, a partir de orientações advindas do “Pacote Tecnológico da Revolução Verde”, trouxe resultados alarmantes: o Estado oscila entre o segundo e o terceiro do Brasil que mais consome agrotóxico. Em 2002, a média de consumo de agrotóxicos era de 2,62 kg por hectare/ano, já os gastos com pesticidas, no Brasil, ultrapassaram a marca de US\$ 2,7 bilhões por ano. A taxa de crescimento anual do uso de pesticidas entre os anos de 1988 e 1989 foi de 4% na América do Norte, 4,6% na Europa ocidental e 5,4 na América latina. No Brasil, entre os anos de 1993 e 1998, esse índice foi de 6,7% ao ano, segundo Francisco Caporal. (2005, p 6-7)

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros Estados onde a “Revolução Verde” ganhou destaque e incentivo, porém, foi um dos pioneiros na luta ambientalista e nas denúncias dos perigos que rondam o uso desses produtos na agricultura. Temos atualmente, no Rio Grande do Sul várias experiências de construção de outros estilos de agricultura, que contam com o apoio da EMATER que vem atuando decisivamente para a transição agroecológica em várias

É esse conceito trinitário de homem, no qual não podemos reduzir um termo ao outro sem levar em conta as particularidades das falas de cada um dos envolvidos, ao mesmo tempo que sua ligação às vozes de outros envolvidos, visto que todos presenciamos os mesmos fenômenos de formas diferentes. Sabemos que há muitas barreiras que precisam ser suplantadas para que possamos construir uma agricultura sustentável. Na Quitéria, temos observado que uma das mais difíceis de ser transposta é a certeza que muitos agricultores têm de que não é possível plantar sem usar venenos e adubos químicos: *se eu quero criar quantia de coisas sem agrotóxico não dá, tem que defender as plantas, é tanta lagarta, piolho, tudo comendo as plantas que tem que combater.*

Muitos agricultores acreditam que esses produtos químicos aplicados na produção não tragam algum tipo de prejuízo para a natureza ou para sua própria saúde, *não se usados corretamente, se usados corretamente eles não trazem. Tudo tem seu devido ponto de utilização, se não usar nada em excesso não tem perigo.* Alguns agricultores nem usam os equipamentos de segurança necessários, inclusive, porque acreditam que os *remédios* que usam não são muito venenosos e por causa do calor: *é alguns equipamentos (de segurança) eu uso e às vezes dependendo se está muito calor o dia, mas as vezes não tem condições por que esta muito quente mesmo.* Como não há nenhum tipo de fiscalização ou orientação nesse sentido, os agricultores correm o risco constante de intoxicações ou problemas de saúde futuros pelo uso sem controle desses produtos:

vários estudos feitos com trabalhadores demonstram que há relação entre a exposição crônica a agrotóxicos e doenças, principalmente do sistema nervoso (central e periférico). Além disso, também ocorrem episódios de intoxicação aguda, colocando em risco a vida dos trabalhadores rurais.

A fiscalização do campo só se preocupa com a comercialização dos agrotóxicos. Não existe vigilância nem orientação para sua correta aplicação. Acontece até do trabalhador utilizar um coquetel de produtos semanalmente, de forma “preventiva”. Ou usar o mesmo princípio ativo de marcas distintas na mesma aplicação. (...)

Os riscos não se limitam ao homem do campo. Os resíduos das aplicações atingem os mananciais de água e o solo. Além disso, os alimentos comercializados nas cidades podem apresentar resíduos tóxicos. (Wolff, 2005, p.08)

Muitos pesticidas já foram banidos em outros países, mas continuam sendo vendidos no Brasil, que é um dos maiores consumidores deles. Na Quitéria são muitos os produtos utilizados nas lavouras. No que tange aos agrotóxicos destacam-se os herbicidas, os fungicidas e os inseticidas. Abaixo apresentamos uma tabela com os produtos frequentemente aplicados, segundo os agricultores:

Produto	Tipo	Classe toxicológica
Cartap BR500	Inseticida	II
Decis	Inseticida	III
Folidol	Inseticida	II
Ridomil	Fungicida	III
Folicur	Fungicida	III
Manzat	Fungicida	III
Dithame	Fungicida	III
Basagram	Herbicida	II
Totril	Herbicida	I
Roundup	Herbicida	IV
Fusilat	Herbicida	III
Afalon	Herbicida	I
Herbadox	Herbicida	III

Tabela 04
Apresentamos seu nome comercial, a função e a classe toxicológica.

Essas informações foram retiradas das embalagens dos produtos, que contém no rótulo e na bula as informações referidas a sua classe toxicológica e aos perigos de contaminação. No Brasil os produtos são obrigados a apresentar na embalagem a sua toxicidade:

Classe	Faixa	Classificação do Produto
I	Vermelha	Extremamente tóxico
II	Amarela	Altamente tóxica
III	Azul	Medianamente tóxica
IV	Verde	Pouco (mas ainda assim) tóxico

Tabela 05

Fonte: Lei 9.974 de 06 de junho de 2000

Na maioria das vezes os agricultores não atentam para as recomendações que estão contidas nas embalagens, seguem as dos revendedores dos produtos e não buscam maiores

informações sobre os riscos que correm, muito menos sobre os cuidados que devem ter, não compreendem os perigos que a agricultura convencional traz.

São muitos os problemas que esses produtos trazem para a saúde dos agricultores e dos consumidores, ainda que já tenhamos abordado esse tema é importante voltarmos para mostrar mais alguns dados alarmantes que comprovam a importância de insistirmos na necessidade imperativa da transição agroecológica. O descarte das embalagens dos agrotóxicos é um deles. Segundo a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, entre 1987 e 1997, mais de 300 milhões de embalagens foram utilizadas. Não sabemos o seu destino. Em nossas observações, em várias residências da Quitéria, o que constatamos é que a maioria das embalagens é depositada junto com o lixo comum ou fica exposta perto dos galpões, fato muito preocupante. Ainda que haja o recolhimento das embalagens, a maior parte das pessoas alega não ficar sabendo ou, o que é pior, não acha necessária *tanta mão de obra para botar fora as embalagens*.

Do ponto de vista estritamente ambiental, esse é um grave problema, mas a produção de alimentos contaminados traz outras conseqüências. Citaremos para ilustrar os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, conforme são citadas por Francisco Caporal (2003), para mostrar a importância do incentivo à agricultura sustentável no Rio Grande do Sul:

Estudo realizado por Paul Mills e Sandy Kwong com uma amostra de trabalhadores rurais da Califórnia (USA), mostrou que estes assalariados rurais tem em média 60% mais probabilidade de contrair câncer. Segundo estudo comparativo realizado pelo Registro de Câncer da Califórnia, os agricultores e agricultoras tem 59% mais probabilidade de sofrer de leucemia, 70% mais de sofrer de câncer estomacal, 63% mais de sofrer de câncer cervical e 68% mais de sofrer de câncer endocrinal, perto do útero. (p.11)

Sem dúvida, são dados que nos assustam, dados que precisam ser denunciados, ao mesmo tempo que, anunciamos que é possível seguir um outro caminho, no qual os agrotóxicos e os produtos químicos aplicados na agricultura, que tiram a vida de muitos agricultores, possam ser banidos da nossa comida, do nosso corpo e do ambiente.

Outro ponto que destacamos é a maneira como os quiterienses percebem a situação da agricultura. Eles entendem que está muito difícil, muitas são as falas que podemos resgatar para mostrar isso: *a agricultura é a profissão mais difícil que tem, porque não temos amparo, não temos auxílio, somos desprezados pelos políticos, assim, vai chegar a um ponto que não vai ter mais quase pessoas plantando, mas do jeito que está não dá mesmo. Não tem como*

ficar aqui. É impossível uma pessoa pegar do zero e conseguir, por exemplo, comprar um chácara, comprar equipamentos, só pegando emprestado.

Nos chama muito a atenção as queixas de agricultoras e agricultores em relação ao abandono que sofrem por parte de políticos¹³. Afirmam que a atividade agrícola *está bastante deixada de lado por parte de todos os políticos que é quem deveriam ajudar e incentivar. Os políticos em época de eleição chegam prometendo que vão fazer mundos e fundos, mas na realidade não fazem nada.* É evidente que os governantes e legisladores precisam criar políticas públicas visando fortalecer, efetivamente, a agricultura familiar, dando condições para que as famílias possam permanecer no campo. Mas não podemos apenas esperar, sinônimo de almejar, desejar, enquanto ficamos imóveis; é preciso ir além, ousar acreditar que é possível se construir uma condição de vida mais digna no meio rural e caminhar rumo a isso.

A grande questão, que parece estar por de trás das falas dos agricultores, é uma desesperança e descrença no seu próprio papel, enquanto sujeito histórico, responsável em grande medida pelo seu destino, protagonista de sua história. A legitimação da agricultura convencional na Quitéria ter muito a ver com isso, ou seja, os agricultores aceitaram que os técnicos, os agrônomos e os revendedores de venenos detinham um conhecimento e eles não, que eles, ainda, faziam uso de técnicas rudimentares e precisavam ser instruídos. Calar e ouvir a voz daqueles que tudo sabiam, que tudo podiam e iriam aumentar em muito a produção, diminuir o trabalho, fazer a Quitéria prosperar, foi prática comum e natural na localidade, a partir do final da década de 1970 e 1980.

Hoje sentimos na nossa vida cotidiana os reflexos disso: temos um grande número de agricultores que, em pouca quantidade de terra, desenvolve uma produção extremamente mecanizada, com alto uso de tecnologias, muitos custos, mas que não consegue concorrer com os grandes latifundiários: *eu acho que cada dia está diminuindo mais o pequeno e aumentando o grande. Os pequenos vão trabalhar para os grande.* A cebola é um exemplo claro disso, vendida a preços que não cobrem, nem de longe, os investimentos dos agricultores, continua a ser a atividade central em muitos minifúndios¹⁴, não só na Quitéria, mas em todo interior da cidade do Rio Grande.

¹³ Políticos devem ser entendidos aqui como aquelas pessoas que ocupam cargos eletivos públicos.

¹⁴ Enquanto escrevemos essa dissertação, no final do ano de 2006, início de 2007 os agricultores estavam vendendo a cebola que desde junho lhes roubava os dias a um preço que variava de R\$ 0,10 a R\$ 0,15 o quilo. O preço pago a um diarista é R\$ 20, 00 o dia. Para cortar cebola se paga R\$ 0, 50 o saco com vinte quilos. O comprador desconta do valor total da carga 3% que é a “quebra”. Como pode sobreviver o agricultor?

Frente a esse cenário, é difícil para o trabalhador rural, muitas vezes, ter esperança ainda que afirme amar sua profissão. A questão que trazemos para o debate é a da importância de se investir na valorização da cultura e na importância do papel da mulher e do homem que vive e trabalha no campo, visto que *o agricultor, ele já não acredita nele mesmo, nem na atividade, nem no futuro da atividade, acha que os filhos deles não podem ficar na atividade porque ela é sacrificante, acham que tem que sair, tem que sair.*

Há uma forma fatalista de ver a realidade, como se a agricultura estivesse fadada ao fracasso e a realidade fosse imutável:

na investigação sobre os produtores familiares percebemos indivíduos extremamente aderidos à sua realidade, sem a possibilidade de separarem-se, distinguirem-se dela. Ou seja, verifica-se um sério obstáculo e uma relutância em estabelecer o estranhamento como condição de interrogar o real, os condicionamentos. (...) os agricultores tratam a realidade com o fatalismo que lhes é possível considerar. O problema que essa aderência pode causar é justamente a dificuldade ou a impossibilidade de considerarem a realidade como mutável e, mais importante ainda, de que essas mudanças possam partir deles próprios. (Freire, 1977, p. 83)

Interligado a isso, está a desvalorização em que o agricultor se coloca, acreditando, por exemplo, *que a gente não sabe nada, ninguém vem aqui nos mostrar.* O agricultor não percebe que somos a um só tempo educandos e educadores nesse mundo em constante aprendizagem. Importantes lembranças são citadas por Paulo Freire, em *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*(1997), que conviveu com camponeses, como os sujeitos desta pesquisa, e experimentou vivências semelhantes as nossas no decorrer da pesquisa, quando muitos nos perguntavam por que estávamos perdendo nosso tempo se eles não tinham nada a nos ensinar, se tínhamos estudo e eles não, se sabíamos falar e eles não. Nesse momento o papel educativo, de câmbio de conhecimentos que tem uma pesquisa fica claro: mostrar ao outro o quanto ele é importante, o quanto ele tem valor, o quanto sua fala é rica porque reflete uma experiência que é só sua é a nossa tarefa, também, enquanto pesquisadores, enquanto sujeitos deste mundo que compartilham saberes e vivências. Relata-nos Paulo Freire (1997):

Me lembro agora de uma visita que fiz, com um companheiro chileno, a um assentamento da reforma agrária, algumas horas distante de Santiago. (...) Naquela tarde, resolvi (...) pedindo licença ao educador que coordenava a discussão do grupo, perguntei se ele aceitava uma conversa comigo.

Depois da aceitação começamos um dialogo vivo, com perguntas e repostas de mim e deles a que, porém, se seguiu rápido, um silêncio desconcertante. Eu também fiquei silencioso. Dentro do silêncio, recordava experiências anteriores no Nordeste brasileiro e adivinhava o que aconteceria. Eu sabia e esperava que de repente, um deles, rompendo o silêncio, falaria em seu nome e em nome de seus companheiros. Eu sabia até o teor de seu discurso. Por isso a minha espera no meu silêncio deve ter sido menos sofrida do que para eles estava sendo ouvir o silêncio mesmo.

“Desculpe senhor”, disse um deles, “que estivéssemos falando. O senhor é que podia falar porque o senhor é o que sabe nós não”.

Quantas vezes escutara esse discurso em Pernambuco e não só nas zonas rurais, mas no Recife também.(p. 46)

É preciso ouvir e respeitar as vozes de todos, reconhecer que todos somos igualmente capazes de conhecer, fazer com que as agricultoras e agricultores compreendam o quanto têm a ensinar. Podemos ver, de forma mais clara, o papel da educação ambiental que precisa, como já afirmamos, estar comprometida com a transformação social, com a emancipação de mulheres e homens para, assim, construirmos uma sociedade justa, fraterna e solidária. Nesse sentido a *“educação ambiental deve lidar com todos os aspectos da vida do cidadão, como um sujeito em construção, no vir-a-ser consciente de seu tempo e das exigências de seu espaço”* (Ruscheinsky e Costa, 2002, p.82).

O processo de transição agroecológica somente será possível se engendrado a uma proposta clara de educação ambiental, de conscientização e de consolidação de seres autônomos e participativos, mas a construção desta proposta é um processo de aprendizagem permanente, fundamentado no respeito e na cooperação entre todos.

Voltaremos mais tarde a esse ponto – a discussão do papel da educação ambiental para a transição agroecológica. Por ora queremos afirmar o compromisso que essa deve ter frente um cenário composto por agricultores que estão desacreditados de sua força e de seu potencial transformador, que não vêem maiores conseqüências nas suas práticas, que passam por uma série de dificuldades, que colocam em risco sua saúde, sua vida enquanto esperam de outrem sua redenção.

Nesta primeira parte da análise que versava sobre a agricultura convencional, resultado do “Pacote Tecnológico da Revolução Verde”, objetivamos mostrar de que forma ela se formou e o que a legitima frente aos agricultores, em seguida, caracterizamos esse agricultor por meio de uma tríplice natureza: trabalhador familiar, proprietário fundiário e comerciante. Apontamos para combinação forçada que se operou entre a agricultura convencional e a familiar com o emprego de mecanização e de produtos extremamente caros com os quais os pequenos produtores não conseguem arcar com seus custos. Finalmente

propomos a discussão de algumas idéias iniciais sobre a descrença do agricultor com relação a sua atividade e a postura que a educação ambiental deve assumir nesse cenário.

No próximo capítulo abordaremos a forma como os agricultores da Quitéria percebem a agricultura sustentável, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais que condicionam as posições das mulheres e dos homens acerca do modo como entendem as possibilidades de mudança, de transição agroecológica.

8. POSIÇÕES FRENTE À MUDANÇA: AS AGRICULTORAS E AGRICULTORES DA QUITÉRIA E SUA VISÃO SOBRE A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Figura 22

*Fonte: Arquivo da Pesquisadora
Vacas criadas na Quitéria para a produção de leite*

Há-de haver

*Há - de haver uma cor para descobrir,
Um juntar de palavras escondido,
Há - de haver uma chave para abrir
A porta desse muro desmedido.*

*Há - de haver uma ilha mais ao sul,
Uma corda mais tensa e ressoante,
Um mar que nade em outro azul,
Outra altura de voz que melhor cante.*

*Poesia tardia que não chegas
A dizer nem metade do que sabes:
Não calas, nem quando podes, nem renegas
Este corpo de acaso em que não cabes.*

8. POSIÇÕES FRENTE À MUDANÇA: AS AGRICULTORAS E AGRICULTORES DA QUITÉRIA E SUA VISÃO SOBRE A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

“Para que uma unidade de produção possa ser considerada como sustentável ela deve ser ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Deve valorizar o conhecimento local e empírico dos agricultores e sua aplicação ao objetivo da sustentabilidade. A sustentabilidade pode ser alcançada por meio de práticas agrícolas alternativas e conhecimento profundo dos processos ecológicos presentes nas áreas produtivas. Os danos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas não são computados nos custos de produção agrícola, sendo desconsiderados especialmente no que diz respeito aos riscos. Muitas vezes as consequências ambientais a longo prazo das atividades produtivas tornam-se tão ou mais importantes que o ganho econômico imediato” (Ruscheinsky, 2004b, p.109)

Neste capítulo abordaremos a forma como os envolvidos nesta pesquisa entendem as possibilidades e os limites que tem a agricultura sustentável, a partir de suas vivências e suas experiências. Desenvolvemos a proposta metodológica visando poder captar a posição *a priori* dos agricultores, ou seja, decidimos por não realizar nenhum tipo de intervenção explicativa previamente, por exemplo, oficinas ou atividades de grupo que pudessem manipular ou modificar aquilo que as agricultoras e os agricultores pensam e acreditam.

Assim, queríamos deslindar suas visões sem dizer antes o que esperávamos ouvir, o que achávamos que era certo ser dito, pois que nosso objetivo foi ouvir os agricultores sem julgar suas posições, mas dialogar com elas, por isso, tentamos resgatar muito daquilo que constitui o nosso referencial teórico, os autores com quem dialogamos para construir esta dissertação.

Podemos dizer que, de modo geral, tanto pelo que foi dito nas entrevistas, como nas observações e nos momentos em que estivemos com a comunidade da Quitéria, que as pessoas que conosco dialogaram nesta pesquisa enxergam muito mais obstáculos do que possibilidades na agricultura sustentável. As dificuldades que vêm são econômicas, sociais, políticas e ligadas às técnicas de produção.

Ainda que possamos fazer essa separação não há como ver esses elementos apenas de forma desconectada, vejamos: se não houvessem políticas públicas de incentivo e de câmbio de saberes e experiências com os agricultores, pouco provável que dificuldades relacionadas a superação dos problemas pertinentes às técnicas de cultivo e formas alternativas de controle de insus e insetos sejam solucionados. Da mesma forma se não pensamos em alternativas para a comercialização dos produtos, os agricultores sentir-se-ão inseguros com relação às possibilidades de mudança de suas práticas:

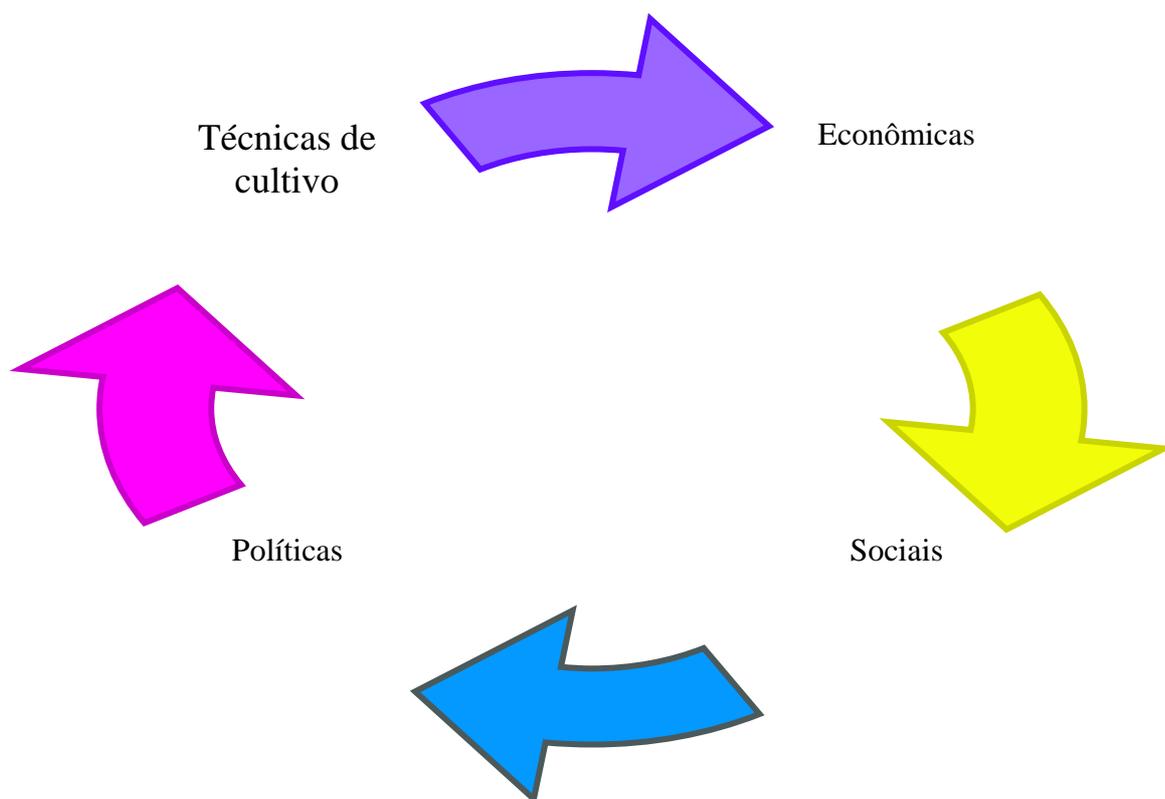


Diagrama 02

Interligamento entre as barreiras percebidas pelos agricultores para a consolidação da transição agroecológica

Temos falado em transição agroecológica porque acreditamos que o processo de consolidação da agricultura sustentável é algo que precisa ser construído e envolve uma série de dificuldades que não podem ser negaceadas, sob pena de cairmos em um discurso camuflador dos conflitos e dos entraves envolvidos. Estamos falando de seres humanos, seres em constante processo de vir a ser, seres inacabados, de pessoas com interesses muitas vezes, individualistas e egoístas, que precisam repensar muitas de suas atitudes para que possamos caminhar rumo a uma agricultura que não agrida o homem e o ambiente.

As experiências históricas são fundamentais, quando pensamos o ser humano. O entendimento da necessidade de uma definição que abarque, a um só tempo, a esfera biológica, subjetiva e social do ser humano é uma questão chave para pensarmos nosso problema de pesquisa. Precisamos ver a vida, como mostra Freire (2003) como condicionada e não determinada, assim como o próprio homem, como nos mostra Morin e Kern (2005) é

uma efervescência de personalidades virtuais, cada psiquismo secreta uma proliferação de fantasmas, sonhos, idéias. Cada um vive, do nascimento a morte, uma trajetória insondável, marcada por gritos de sofrimento, de prazer, por risos, lágrimas, desânimos, grandeza e miséria. Cada um traz em si tesouros, carências, falhas, abismos. Cada um traz em si a possibilidade do amor e da devoção, do ódio, do ressentimento, da vingança e do perdão. Reconhecer isso é reconhecer também a identidade humana. O princípio da identidade humana é *unitas multiplex*, a unidade múltipla, tanto do ponto de vista biológico, quanto cultural e individual. (p. 59)

A educação ambiental tem que partir deste entendimento de ser humano multifacetado e polissêmico. Em sua versão conservacionista, a educação ambiental, vai apontar para a necessidade de se preservar o ambiente do homem, que a destrói, reduzindo o debate entorno da questão ambiental a um dualismo que pouco nos ajuda a avançar na superação da crise socioambiental, mas encontra eco em vários setores do movimento ambientalista. O que lembra Paulo Freire, mostrando que a educação ambiental tecnocrática, cientificista, comportamentalista e conservadora estabelece a dicotomia humanidade - mundo, se quisermos o mau e o bom:

Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como corpos conscientes. A consciência como se fosse alguma seção dentro dos homens,

mecanicistamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá enchendo de realidade. (apud Loureiro, 2004, p.29)

Por que acreditamos que os homens são seres em constante modificação em sua relação entre si e com o mundo, podemos acreditar na transição agroecológica como uma construção de muitas mãos, afinal, acreditamos em nosso papel como sujeitos históricos, seres carregados de utopias e de crenças na possibilidade de construção de uma sociedade na qual todos possam viver e não, apenas, sobreviver. Como processo, a transição agroecológica:

implica não somente numa maior racionalização econômico-produtiva com base em especificidades biofísicas de cada agrossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, o que não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico. (Caporal, 2003, p.15)

Certamente corremos alguns riscos, quando fragmentamos as barreiras que os agricultores percebem para a implantação, na Quitéria, da agricultura sustentável, mas para o leitor, talvez, fique mais claro, conduza a uma melhor compreensão, por isso pensamos que vale a pena tal formatação, desde que nunca esqueçamos o quanto os itens que apresentaremos abaixo estão conectados: o quanto um perde seu valor quando pensado de forma isolada, mas ao mesmo tempo, o perde quando pensado no conjunto. Remetemos-nos mais uma vez a Morin, quando pensamos os sistemas e sua relação entre o todo e as partes:

nenhum dos dois termos é redutível ao outro. Assim, se as partes devem ser concebidas em função do todo, elas devem ser concebidas também em seu isolamento: uma parte tem sua própria irredutibilidade em relação ao sistema. É preciso, além disso, conhecer as qualidades ou propriedades das partes que são inibidas, virtualizadas, estão invisíveis no interior do sistema, não apenas para conhecer corretamente as partes, mas também para melhor conhecer as imposições, inibições e transformações a organização que o todo opera(2005b, p.158).

Portanto *“os elementos devem, então, ser definidos ao mesmo tempo nas e pelas características originais, nas e com as inter-relações às quais eles participam, na e com a perspectiva de organização em que eles se dispõem, na e com a perspectiva de todo em que eles se integram”*(Morin, 2005a, p.159)

8.1 Das barreiras à agricultura sustentável

Não adianta nos preocuparmos, apenas, em ensinar a plantar sem venenos. A agricultura sustentável é muito mais do que isso: é preciso também discutirmos outras técnicas de cultivo que suplantem as convencionais. O fato de se plantar sem usar agrotóxicos não ocorre de uma hora para outra, mas é fruto de todo um processo educativo de mudança de valores e atitudes frente à própria vida e a forma como entendemos nossa relação com a natureza.

Muitos agricultores não têm conseguido pensar para além das técnicas e acham que *seria bom a agricultura ecológica, a gente plantar sem veneno (...) é tanto bicho, tanto bicho que não tem como controlar essa bicharada toda*. Podemos caracterizar a dificuldade em controlar os insetos, insos e fungos como uma preocupação constante por parte dos agricultores, um dos pontos mais enfatizados em suas falas e que faz com que os agricultores tenham mais dificuldade em entender as outras dimensões que estão imbricadas à sustentabilidade.

Os quiterienses entendem que não podem pensar sua chácara de forma isolada, compreendendo que *não resolveria o problema apenas se um agricultor decidisse plantar sem venenos, tem que ter uma consciência da comunidade inteira, por que se um só usar, tentar fazer isso aí não vai conseguir porque os insetos vão fugir daquela lavoura para a que não tem agrotóxico. Teria que ser uma coisa em nível de comunidade, ou em nível de Rio Grande, até de país*.

O agricultor, ao longo do tempo, desenvolveu muitos conhecimentos pela observação e pela prática, mas com o desenvolvimento da agricultura convencional seu saber tradicional, o *“senso comum foi se transformando e sendo paulatinamente desqualificado pelo saber técnico/científico”* (Duarte, 1997, p.132).

Cada vez os agricultores conhecem menos a terra, suas carências e o potencial vegetal. O agroecossistema se degrada e se aprofunda a dicotomia homem/natureza, visto que o primeiro usa o ambiente de uma forma predatória e sem se preocupar com sua preservação e sua regeneração.

Uma proposta de agricultura sustentável que seja progressista e comprometida com a autonomia e a emancipação humana precisa dialogar com todos os agricultores e não apenas escolher alguns. Essa nos parece ser uma idéia que deve permear todas nossas ações: a Quitéria precisa avançar em conjunto e isso só será possível com a união de todos os agricultores e as ações conjuntas de todos os setores sociais comprometidos com a vida e o futuro da agricultura.

Existem diversas experiências dos agricultores que precisam ser levadas em conta. Sua história, seus valores, seus erros e acertos os acompanharam sempre por isso a necessidade da agricultura sustentável ser consolidada por meio de um processo educativo, no qual a educação ambiental tem lugar de destaque, desde que seja:

emancipatória e transformadora (e) parta da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que desloquem o comportamental do histórico- cultural e do modo como a sociedade esta estruturada. O cenário no qual nos movemos de banalização da vida, de individualismo exarcebado e de dicotomização do humano como ser deslocado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade-natureza. (Loureiro, 2004, p. 94)

Partindo desse ponto de vista, é preciso ir além da alteração de técnicas de manejo e de conservação de solo e de novas formas sustentáveis de produzir. Como processo, a transição agroecológica precisa englobar não só os agricultores, mas os consumidores dos produtos, então entramos em um segundo ponto de grande destaque que é analisar as barreiras econômicas que estão postas para a construção de uma agricultura sustentável.

Um segundo viés que merece ser destacado são as dificuldades econômicas vislumbradas pelos agricultores em uma proposta de agricultura sustentável, do resultado econômico da agricultura sustentável depende a continuidade e a motivação dos produtores: *para mudar a gente precisa de garantias, tem que ter quem garanta que vamos conseguir sobreviver, que isso vai dar certo.*

Não basta pensar, apenas, o problema do âmbito do rural, mas é preciso que se pense a transição levando em conta o meio urbano e a mentalidade dos consumidores que compram os produtos do interior da cidade, já que *as pessoas gostam é dos produtos bonitos e brilhosos, bem maquiados* que são conseguidos através do uso de muitos agrotóxicos e adubos folheares, formando verdadeiros pacotes preservativos de “pragas e doenças” nas plantas.

É preciso se realizar um trabalho de conscientização junto aos consumidores para que compreendam os riscos que correm ao optar por produtos pela sua aparência: *no lugar onde a gente vende os nossos produtos o povo não quer, não escolhe isso aí, ele quer produtos bonitos, de qualidade, ele não quer... ele não olha se um produto tem agrotóxico ou não, ele até quer que não tenha agrotóxico, mas quer que seja bom, bonito e não tenha nada e seja barato.*

Muitas propostas de agricultura sustentável enveredam-se por caminhos que consideramos elitistas. Os agricultores acabam criando nichos de mercados: vendem para consumidores das cidades que tem um maior conhecimento acerca dos males que os agrotóxicos trazem e, por isso, pagam um preço mais elevado para poder desfrutar deles. Pensamos que não é assim que construiremos a agricultura sustentável, não podemos correr o risco de termos, por exemplo, um produto para ricos e um para pobres.

Certamente, em muitos casos, é um primeiro passo importante, mas não podemos estagnar nele, acreditando que os agricultores envolvidos conseguirão melhorias significativas em sua situação econômica, então, o problema está resolvido: algumas pessoas na cidade se sentem mais seguras e protegidas dos venenos aplicados na agricultura convencional e um número reduzido de agricultores planta produtos “limpos”.



Figura 23

Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

Produtores e consumidores na feira livre na Rua Olavo Bilac, no bairro junção, em Rio Grande, onde a maior parte dos frequentadores da feira vivem com muitas carências econômicas.

A questão econômica não pode ser fragmentada, não resolverá o problema da agricultura a produção de produtos limpos sem agrotóxicos a preços muito mais altos. É preciso se investir em políticas públicas e processos educativos tanto no campo, quanto na cidade que mostrem a necessidade de superação da crise socioambiental que vivemos, que levem à compreensão de que:

o consumidor, de maneira permanente, encontra-se sob a influência de riscos controlados ou legalmente admissíveis ou ainda toleráveis, como as contra-indicações dos remédios, a presença de corpos estranhos nos alimentos consumidos diariamente ou a invisibilidade de hormônios e agrotóxicos nos produtos de origem agropecuária. Viver num ambiente de risco é praticamente inevitável na sociedade contemporânea, uma vez que o sistema no qual ela se fundamenta apresenta-se orientado para o domínio da natureza e a construção da história diante da influência da tradição. (Ruscheinsky, 2004b, p.108-9)

Os danos causados a saúde das pessoas, bem como ao ambiente em sua totalidade por nosso modelo de vida precisa ser do conhecimento de todos. A agricultura convencional não tem outros objetivos que não seja a elevação ao máximo da produção e o lucro, ameaçando, pois, a qualidade de vida de produtores e consumidores.

Em função da necessidade de se articular uma proposta de transição agroecológica que extrapole o campo, e envolva as cidades, acreditamos que é preciso considerar que dilemas socioculturais serão enfrentados. A mudança é sempre difícil, os agricultores aprenderam a plantar em um modelo convencional, perderam muito de seu conhecimento tradicional, domesticaram-se a uma forma de produzir que lhes tolhe a autonomia, que dá a terceiros o poder de decidir sobre os destinos de suas lavouras. No caso da Quitéria, os revendedores de produtos agroquímicos, segundo os agricultores são quem os ensinam: *são os próprios revendedores de defensivos que vem dar assistência técnica, o que eles acham que a gente deve usar.*

Finalmente, um último aspecto que temos de considerar são os entraves políticos, não nos deteremos muito agora neste aspecto em função de no decorrer do trabalho termos sentido necessidade de nos alongarmos, criando um capítulo específico para tratar da assistência técnica, que atualmente não tem sido efetivada na Quitéria segundo os agricultores.

Destacamos, entretanto, que é preciso se investir em medidas que tragam segurança ao agricultor. Um dos itens que os agricultores sentem falta é de seguro agrícola e de créditos rurais com condições mais facilitadas para o pagamento. Os produtores afirmam que o PRONAF é importante para quando a pessoa não tem dinheiro para plantar, coisa assim,

tira aquele empréstimo, os juros são baixos atualmente, porque quando os juros são muito altos fica difícil, mas como estão baixos, é vantagem, a pessoa não tem dinheiro para plantar e o empréstimo ajuda a pessoa e quem tem o dinheiro é uma segurança.

Mas os empréstimos não podem servir apenas para criar laços de dependência entre os agricultores e os bancos. É preciso que os financiamentos sirvam como alavancas para a consolidação da autonomia dos produtores, para que possam investir na sua chácara, na diversificação das suas culturas, na realização de cursos de aperfeiçoamento, na participação em seminários e encontros com outros produtores e contatos com experiências de transição agroecológica para a consolidação da agricultura sustentável em andamento.

Alguns agricultores gostariam de ter acesso a empréstimos para a aquisição de irrigação para tudo, se tivesse isso aí que nem fizeram para irrigação e galpão que ajudou muito a agricultura seria bom. E tem outra coisa que seria bom, que tivesse investimentos para comprar terrenos e coisas assim, por que muito não tem como plantar por que não tem terrenos, nem dinheiro para comprar.

Os agricultores querem ser ouvidos, esperam dos governantes que cunhem ações que possam melhorar sua vida. Acreditamos em ações compartilhadas, bem como na responsabilidade que todos os agricultores devem assumir para a superação de sua situação de abandono e de exploração porque não podem, esperar passivamente e, sim, esperar confiando e lutando para que suas utopias se concretizem. É preciso denunciar, como fizeram os participantes desta pesquisa, em várias de suas falas, que *os políticos abandonaram a Quitéria, só aparecem na época das eleições para pedir votos e não voltam mais*, contudo, é preciso anunciar, anunciar que temos esperanças e propostas concretas para juntos superarmos a crise socioambiental, entendendo as dificuldades que precisamos enfrentar, mas tendo esperanças e a certeza de que a agricultura sustentável não pode ser pensada de forma isolada, fragmentada, determinista ou fantasiosa.

Em termos mais gerais são esses os entraves maiores que os agricultores nos apontaram durante as entrevistas e as observações que realizamos na Quitéria, bem como o que podemos pensar, a partir deles, para sua superação. Os agricultores não acreditam que seja completamente impossível plantar sem usar venenos, mas entendem que isto não é algo fácil de ser consolidado. Querem ajuda, esperam, muitas vezes, que outras pessoas lhes ensinem, que lhes mostrem o caminho: *seria preciso ter assistência dos políticos e de pessoas instruídas que nos ensinassem a plantar sem venenos por que a gente não sabe, até tenta mas não colhe nada.*

De nossa parte achamos que esse não é um caminho que deva ser trilhado de forma isolada, apostamos no papel conscientizador e construtor que têm as cooperativas e as associações. Sabemos que há muitos desafios a serem enfrentados, de forma coletiva, por meio de um processo dialógico no qual todos aprendam e ensinem a um só tempo e possam todos compartilhar suas experiências. Tentamos durante as entrevistas compreender como os agricultores percebem as formas coletivas de produção. É isso o que apresentaremos a seguir, mostrando como entendemos o papel delas na transição agroecológica.

8.2 Caminho que se faz ao caminhar: as cooperativas potencializando a solidariedade e a união entre os agricultores

“O trabalho coletivo na agricultura (...) exige coesão, aumenta a solidariedade, alimentada pela consciência de que o próprio trabalho se torna mais eficaz pelo trabalho do outro e que a sua eficácia depende da eficácia do outro. O trabalho coletivo na lavoura ajuda a superar a solidão e o isolamento do agricultor e serve de estímulo para as lides agrícolas, em geral, muito cansativas”.
(Lenz, 2004, p.131)

No Rio Grande do Sul, as primeiras cooperativas de agricultores e pecuaristas datam do início do século XX, em comunidades de imigrantes europeus. Foi a partir da década de 1930 que elas começaram a receber estímulos estatais, até que, por volta de 1950, surgiram projetos de vinculação à capacidade empresarial e ao espírito coletivo, que culminaram com o:

cooperativismo colonial ligado a pequena produção familiar, cedendo lugar ao cooperativismo empresarial ligado ao binômio soja-trigo, que surgiu da iniciativa da burguesia rural já consolidada e do Estado. O novo modelo organizacional melhor responderia às exigências da dinâmica do capitalismo mais desenvolvido, consolidando-se como vias “mercantil” e “contratual” de desenvolvimento do campo, a partir dos subsídios creditícios de que desfrutou e do conseqüente crescimento empresarial e endividamento das cooperativas. (Duarte, 1997, p. 135).

É esse, então, o tipo de cooperativa que recebe forte incentivo estatal, visto que ela funciona como um mecanismo de organização de milhares de produtores rurais dentro dos

padrões que o mercado exige e contribuem com seus discursos cooperadores para encobrir as contradições presentes na sociedade de consumo, além de divulgar novos padrões produtivos¹⁵ que afloram na segunda metade do século em questão.

O cooperativismo em sua gênese beneficiou muito mais os grandes produtores, atuando de forma efetiva para a implantação do modelo de modernização agrícola que encontrou resistência, por parte de alguns agricultores, que “*acabaram envolvidos pelas promessas de aumento da produtividade, pelas facilidades de crédito barato e as possibilidades de se incluírem no moderno padrão de desenvolvimento*” (Duarte, 1997, p.136).

Na Quitéria, no final da década de 1980 os agricultores tiveram uma experiência com a formação da “Associação de Produtores de Alho Quitéria” que levou muitos a temerem as cooperativas e todas outras formas de associação. A associação visava à produção e à comercialização da variedade de alho Quitéria, por meio do plantio convencional, com o emprego de novas tecnologias e irrigação adquirida por meio de empréstimos bancários.

Essa foi uma experiência extremamente frustrante para os produtores que contribuíram financeiramente para a construção de uma grande sede – atualmente desativada – para a associação e não tiveram o retorno esperado. *Eram pessoas de fora da comunidade que gerenciavam o empreendimento, que segundo os agricultores funcionava mal, muito mal. O seu fundamento não era favorecer os agricultores, era lançar candidaturas de envolvidos em cargos políticos.* Os agricultores não participavam efetivamente das decisões e esperavam ter mercado consumidor certo para o alho que vinham produzindo, depois de terem contraído empréstimos bancários para a construção da sede, para a aquisição de irrigação e para pagar os custos da produção.

No período de comercializar o alho, *o preço que tinha sido prometido não foi pago, e, além disso, compravam o alho e deixavam apodrecer, quando iam vender já não dava mais para vender, no fim o agricultor ficava sem nada, então não dava certo.* Com pouco tempo de funcionamento a associação fechava suas portas, deixando os agricultores da Quitéria empobrecidos e endividados, além de descrentes das cooperativas.

A maneira como se deu a organização da Associação de Alho não nos faz, contudo, deixar de acreditar no papel transformador das formas coletivas de organização da produção. Sabemos que, além da associação em questão ter sido criada sem ouvir os agricultores nem levar em conta suas idéias e suas aspirações, gerou-se um atrelamento inconseqüente com

¹⁵ Tem-se a introdução no Brasil, na segunda metade do século XX, do Pacote Tecnológico da Revolução Verde que, como já destacamos, muda radicalmente a forma de produzir e de viver das mulheres e homens do campo.

relação aos bancos que perdura, em muitos casos, até hoje. Além de ter partido da monocultura, investindo apenas na plantação de alho, correndo um grande risco porque se *o alho não dá não tem o que fazer, o plantador quebra*, não se investiu na diversificação de culturas e na exploração dos potenciais da localidade. Esses são os fatores que, em nosso entendimento, fizeram com que ela não prosperasse, porque não estava alinhada com a transformação significativa da qualidade de vida dos envolvidos, com a potencialização de sua autonomia e com a participação coletiva como mecanismo de aprendizagem e abertura de novos horizontes e potencialidades de atuação e crescimento.

Após o fechamento da associação, não tivemos mais nenhuma experiência desse tipo na comunidade. Muitos agricultores desacreditaram-se delas, relatam *que nós já tivemos cooperativa aqui, a de alho mesmo, e não deu certo, cada um só pensa em si e não está ligando para o outro*. Os agricultores são *muito individuais, eles querem tudo só para si, não estão pensando no irmão que está plantando, então acaba um querendo lucrar mais que o outro*.

O agricultor é muito fechado, ele não é de...ele não quer mudar muito e ele quer crescer. Mas ele quer crescer sozinho, e aí ninguém cresce sozinho, ele não admite de se reunir para crescer junto. Geralmente ele é muito egoísta, querem crescer e derrubar o outro: para um crescer tem que derrubar o outro. Isso aí é muito individualismo que tem aí. Essa constatação de uma agricultora, durante a entrevista, resume muito bem tudo aquilo que vínhamos sentindo em nossas caminhadas para realizar esta dissertação e não tínhamos conseguido traduzir em palavras.

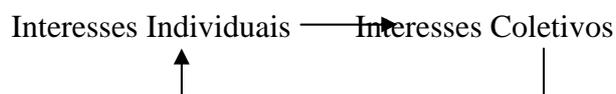
Esse é o maior desafio que enfrentaremos, na Quitéria, para consolidarmos um processo de transição agroecológica: a competitividade e a busca de *ter* mais, ao invés de *ser* mais que tolhe a coletividade, a solidariedade e o compartilhar. Crescemos ouvindo que para a cebola ou qualquer outro produto dar dinheiro, era necessário que lá para cima (os outros Estados do Brasil) o produto apodrecesse ou não criasse bem, em função de chuvas ou secas. A situação da agricultura é tão drástica que é preciso torcer para que os outros *se dêem mal*. Não podemos, de todo, culpar os agricultores por nutrirem sentimentos egoístas e individualistas. Temos, sim, de entender que as pessoas são forjadas no mundo pelas experiências e pelas vivências que têm a oportunidade de experimentar. Como sujeitos em construção constante, são condicionados e não determinados, por isso capazes de repensar nossas atitudes e trilhar outros caminhos, o que, inexoravelmente, nos leva a acreditar na mudança e na superação da crise socioambiental, por meio de uma diferente forma de relação entre o homem e a natureza, que não esta de exploração e de destruição.

Um agricultor que já não conhece mais a sua terra tão bem, perdeu, ao longo do tempo, seu conhecimento tradicional, que vive endividado, trabalhando de sol a sol, enfrentando todo tipo de dificuldades, com as mãos calejadas e muitos dos sonhos desfeitos não pode potencializar seus sonhos coletivos, visto que sua realidade individual está repleta de dúvidas e de preocupações. Precisa lutar por sua sobrevivência e a manutenção da sua família.

Por isso, ele torce para que os outros agricultores não tenham uma boa colheita: os ensinamentos do capitalismo lhe mostram que quanto maior a oferta de um produto mais barato ele será e, quanto mais escasso ele estiver, mais o agricultor lucrará na hora da comercialização. E, ele precisa pagar suas dívidas contraídas no banco, precisa comprar agrotóxico e adubos para a próxima safra e fazer a manutenção em seus implementos agrícolas.

As cooperativas têm um papel fundamental para a mudança de muitas posturas e de muitas ações dos agricultores que praticam a agricultura convencional. Mas elas precisam assumir um compromisso com a transformação social, com a gestão participativa e democrática, com a formação permanente dos agricultores, com um outro tipo de relação entre natureza e homem. Uma cooperativa precisa funcionar como espaço de politização, de construção de saberes e de práticas coletivas e conscientes dos limites e das possibilidades que todo processo de mudança traz em si.

É preciso se articular os interesses individuais e coletivos dos agricultores, compreendendo que eles não são antagônicos, mas complementares e precisam estar em constante diálogo, pois um se forja pelo outro:



A dimensão coletiva de nossos interesses diz respeito as utopias que abarcam toda a sociedade, os nossos sonhos de construção de uma realidade justa e solidária na qual todos possam cooperar, ao invés de, competir. Os interesses individuais abarcam a reprodução da unidade familiar e o aumento da produtividade e da renda, no caso dos agricultores, por exemplo. Como podemos ver uma está diretamente relacionada à outra, só teremos uma qualidade de vida melhor na família, no bairro ou na escola se diminuirmos a injustiça, a fome e a violência. Só podemos crescer em comunhão com os que nos cercam e não isoladamente.

A educação ambiental tem uma importante função a cumprir nesse cenário de mudança de valores e de atitudes junto a agricultores que estão descrentes de si e dos outros, que acreditam que *o homem é corrompido, corrupto, então quando ele entra nesse tipo de coisa ele entra, não pensando em fazer a coisa bem feita, mas em levar vantagem*. A educação ambiental precisa discutir de forma séria e dialógica a relação homem/natureza, rompendo com o dualismo entre o bem e o mal, mostrando que estamos em constante interação, sendo preciso resgatar a *“compaixão e compreensão com a comunidade da vida, voltada à tolerância, aos direitos e a liberdade”* (Passos e Sato, 2002, p.32).

Nesse sentido o incentivo à produção coletiva visa, não apenas, romper com a reprodução da agricultura tradicional, mas mostrar o valor da solidariedade e da união, além de:

Garantir conquistas de maneira considerada mais consciente, não só demarcar as desigualdades sociais existentes, mas abrir também um novo espaço no círculo do poder e da apropriação dos resultados da produção social. Partindo do pressuposto de que as condições de existência social e as diversas formas de consciência determinam-se reciprocamente, compreendem-se as diversas dificuldades e as mudanças necessárias para implantar a proposta ambiental do trabalho coletivo em meio ao difundido contexto da produção individualizada e familiar. (Ruscheinsky, 2004b, p.115)

As propostas que partem da solidariedade e do fazer junto são o caminho para a mudança das relações sociais excludentes, nesse sentido, é importante que possamos construir redes de intercâmbio e discussão entre o campo e a cidade, consolidando as condições históricas necessárias para que a transição ecológica.

Para a construção de formas coletivas de organização da produção e de uma forma de agricultura que seja *“ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”* (Ruscheinsky, 2004b, p.109), é preciso o esforço de todos. A assistência técnica, no caso do Rio Grande do Sul efetivada pela EMATER, já tem realizado muitas ações no Estado, mas é preciso avançar mais, investindo na conscientização e valorização do saber tradicional das mulheres e dos homens. Esse é o tema que discutiremos no próximo capítulo, enfatizando o compromisso educador e progressista que a assistência técnica deve desempenhar.

9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SEU PAPEL PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ONDE TODAS E TODOS SÃO PROTAGONISTAS



Figura 24

Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Trator Agrale de propriedade de uma família da Quitéria, adquirido através do PRONAF

Até ao Sabugo

*Dão outros, em verso, outras razões,
Quem sabe se mais úteis, mais urgentes.
Deste, cá, não mudou a natureza,
Suspensa entre duas negações.*

*Agora, inventar a arte e maneira
De juntar o acaso e a certeza,
Leve nisso, ou não leve, a vida inteira.
Assim como quem róí as unhas rentes.*

9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SEU PAPEL PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ONDE TODAS E TODOS SÃO PROTAGONISTAS

“A extensão rural deve proporcionar um espaço de encontro, respeitando os múltiplos olhares socioculturais e políticos, compreendendo que a atuação situa-se em um campo educativo, cuja realidade é desafiante pela diversidade e desigualdade, pelas contradições e conflitos. A extensão rural deve existir pela conexão de sujeitos que, na perspectiva dialógica, devem encontrar as condições de expressão e de atuação significativa”
(Ruscheinsky e Lobo, 2002, p.85)

Ao longo do tempo em que vínhamos desenvolvendo esta pesquisa a questão da assistência técnica foi ganhando terreno em nossas reflexões, visto que era uma preocupação e uma carência constante dos agricultores em suas falas, durante as entrevistas e visitas que realizamos. Foi uma discussão que emergiu do andamento da pesquisa e que torna-se, podemos dizer, central para pensar a transição agroecológica, por isso, optamos por delegar um capítulo específico para tratar do assunto, que notadamente havia sido periférico até, então, em nossa análise.

Não podemos pensar que a atuação de técnicos dos órgãos de assistência técnica em sua ação isolada conseguiram dar conta da resolução dos problemas da agricultura. Mas sua ação articulada à políticas públicas, à organização coletiva do trabalho e à troca de saberes com outras experiências em andamento, contribuíram para que possamos alcançar formas mais sustentáveis de produzir e viver:

Articulação Necessária à transição agroecológica:

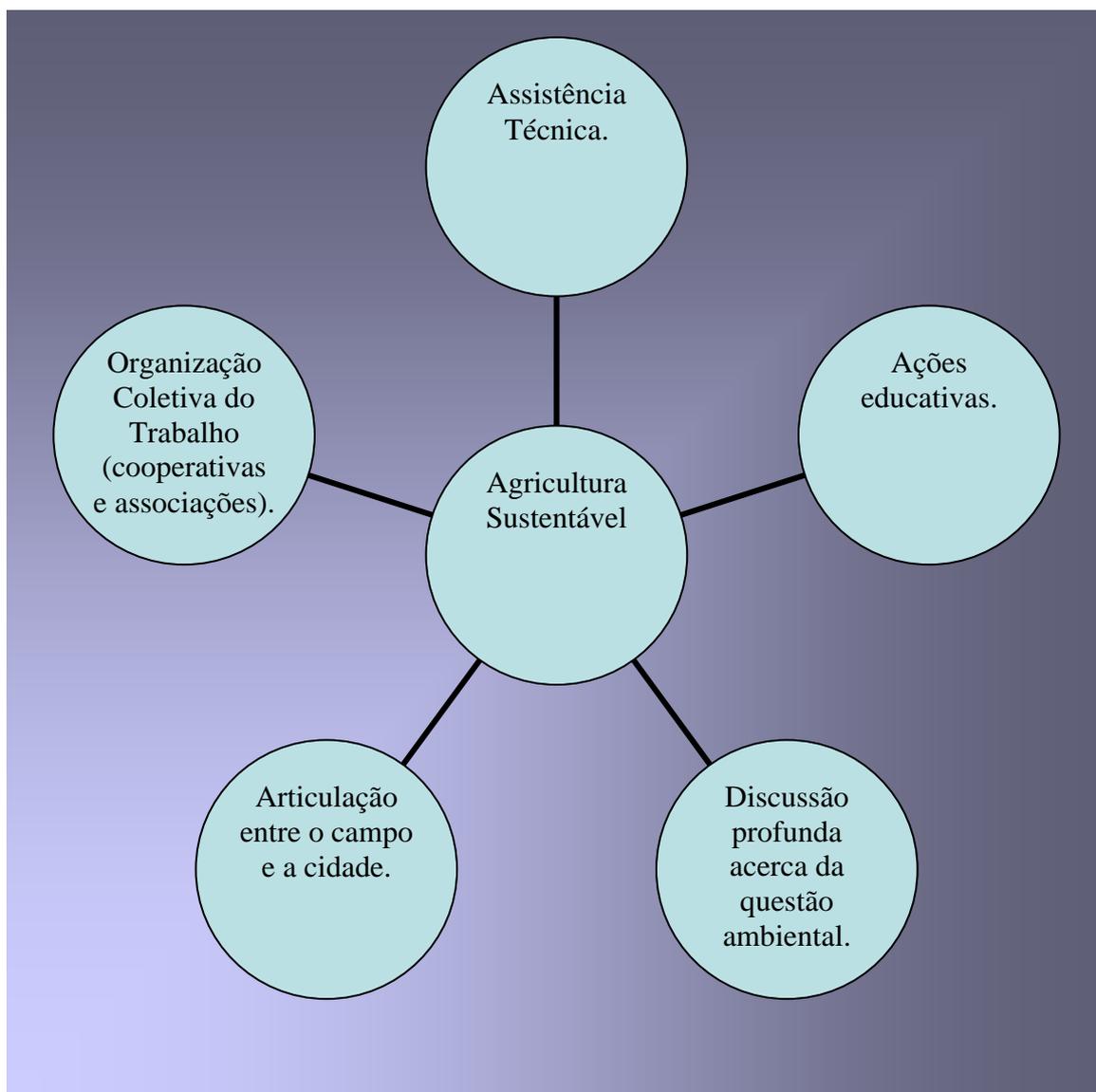


Diagrama 3

Construído pela pesquisadora para mostrar a necessidade de articulação de nossas ações para a transição agroecológica.

Nenhuma dessas esferas pode ser pensada separadamente e a elas podem se somar muitas outras que por ora nos escapam. A educação ambiental tem importância central para pensarmos processos produtivos da agricultura familiar e deve ser balizadora de todas nossas ações. É preciso priorizar a discussão das questões ambientais junto aos trabalhadores do

campo para que, dessa forma, compreendam que são seres do mundo e em relação com o mundo, em constante processo de vir a ser, sujeitos de sua história, descobrindo que:

A tomada de consciência não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, assim também somente aí pode a conscientização instaurar-se.

A tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, como vimos, de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação (Freire, 1977, p.77)

É do olhar crítico sobre a realidade que emerge a tomada de consciência de nossos desafios, o entendimento dos laços de dominação que nos prendem ao sistema econômico que vivemos, possibilitando projetar e solidificar ações que levem a sua supressão. Nesse sentido, o papel da extensão rural é educador, não é o conhecimento técnico apenas que nos interessa, mas a leitura de mundo que os atores sociais fazem e como projetam o futuro, que conhecimentos e práticas trazem consigo que podem contribuir para realizar a transição agroecológica.

9.1 A assistência técnica como proposta educadora e dialógica

“Para nós, a ‘educação como prática da liberdade’ é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam”.
(Freire, 1977, p. 78)

Para pensar o papel que a assistência técnica deve desempenhar junto à agricultura familiar, partimos daquilo que Paulo Freire nos traz em *Extensão ou Comunicação?*¹⁶ para

¹⁶ FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: paz e terra, 1977.

Nesta obra o autor analisa o problema da comunicação entre o agrônomo e o agricultor, mostrando o equívoco gnosiológico do termo extensão que liga-se a *transmissão, recipiente, entrega, doação, mecanismo, invasão cultural*, transformando os sujeitos em “coisas”, o que não está em sintonia com uma proposta humanizadora, voltada para a prática da liberdade, para a dialogicidade e o respeito aos conhecimentos e experiências de todos, como defende o autor.

mostrar o quanto o trabalho do profissional, que atua nos órgãos de extensão rural, precisa ser o de educador, comprometido com a mudança que não se faz de cima para baixo, oprimindo os trabalhadores rurais, mas dialogando com eles e construindo juntos os conhecimentos e as alternativas.

O agrônomo precisa ser um educador - educando, como nos mostra Paulo Freire (1977), da mesma forma que o agricultor um educando- educador, acreditando na educação como prática para a liberdade, que é

tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim, chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que quase sempre, pensam que nada sabem, para aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, passam igualmente a ser mais (p.25)

Isso implica reconhecer que o conhecimento não é algo que o sujeito recebe de forma passível e dócil, como se fosse um objeto. Conhecer exige nossa presença curiosa no mundo, bem como nossa ação transformadora sobre a realidade, enquanto sujeitos que apropriam-se do aprendido e reinventam seu cotidiano.

A extensão rural não pode ser uma forma de invasão ou manipulação cultural no qual os conhecimentos técnicos são transmitidos sem o diálogo ou o reconhecimento da presença dos trabalhadores rurais como sujeitos. O trabalho dos órgãos de assistência técnica não pode limitar-se, tão somente, a atuar na substituição de técnicas agressivas ao homem e ao ambiente pelo plantio de produtos limpos, produzidos sem venenos. Então, devemos repensar o emprego do termo extensão, ainda que esse seja o nome dado ao trabalho desenvolvido pelas empresas, tanto de âmbito público quanto privado, que realizam tal atividade, seria mais justo falar em comunicação, pois o trabalho daqueles profissionais comprometidos com a transição agroecológica é educativo, por que:

a capacitação técnica é mais do que treinamento, porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos. Não pode nunca reduzir-se a adestramento pois que a verificação só se verifica no domínio do humano.(...)

A capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontrem e , não daquele em que o agrônomo julgue deveriam estar. (Freire, 1977, p. 88-89)

As dimensões imbricadas à agricultura sustentável precisam ser levadas em conta, dando sentido ao processo de problematização da agricultura convencional, pois, como já vimos, muitos agricultores não percebem os riscos que ela traz e colocam em primeiro plano a questão econômica sem fazer o diálogo entre as várias dimensões que urgem ser levadas em conta para a superação de sua condição: *se plantar sem usar venenos der lucro é uma boa para nós. Temos que garantir que não vai ser uma furada.*

A assistência rural deve orientar para a tomada de consciência, junto aos agricultores, da urgência da discussão da problemática ambiental, privilegiando o conhecimento e o saber que carregam as mulheres e os homens que vivem no campo. É vital resgatar a visão integradora e integrada da natureza, na qual o homem, enquanto produtor de alimentos, tem inextinguível importância, inclusive, para a conservação do ambiente. A efetividade da educação ambiental crítica, emancipatória e dialógica é fundamental para a construção da sustentabilidade agrícola, pois tem como tarefa *“desvendar as relações econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos e destes com a natureza (que) fazem parte do processo histórico do ser humano que esta sendo criado a cada dia, a cada decisão consciente ou não, a cada momento de admiração ou assombro”* (Ruscheinsky e Costa, 2002, p.81).

Só assim poderemos perceber a realidade de forma clara sem espontaneísmo ou determinismo, mas com as condições concretas da nossa existência e das possibilidades de mudança, o que implica partindo da materialidade da vida construir sonhos e ações coletivas possíveis.

As mulheres e os homens – educadores dos órgãos de assistência técnica – devem contribuir no processo de desvelamento das injustiças, das contradições e da destruição socioambiental. Mas isso não pode ser feito de forma sectária ou dogmática e, sim, mostrando que cabe a cada um não deixar nunca de lado a indignação e a denúncia contra as mazelas desse mundo, enquanto anunciamos a utopia, a esperança e a luta por um mundo mais bonito, justo e solidário, onde não convivamos com produtos químicos venenosos que ameaçam a vida.

9.2 A Extensão Rural como política pública educadora indispensável à transição agroecológica

A extensão rural como um bem público, é uma obrigação do Estado, constituindo-se como uma política pública indispensável e estratégica para a transição do modelo de

agricultura convencional para uma que seja sustentável. No Rio Grande do Sul, como já mostramos, é a EMATER a empresa que desenvolve tal função, voltando-se, a partir de meados da década de 1990, para a discussão e a ação com vistas ao desenvolvimento de um modelo sustentável de agricultura.

Em um texto que aponta para as principais ações da assistência técnica em nosso Estado, o engenheiro agrônomo Francisco Roberto Caporal fala da importância de lançarmos nessa questão da *agricultura “ um olhar desde o SUL. Um olhar sem o viés da civilização ocidental branca e opulenta do NORTE, para quem a saída estará sempre no aprofundamento das relações capitalistas de produção e, portanto, na chamando intensificação verde”* (Caporal, 2006, p.04). O enfrentamento da crise socioambiental não é feito de maneira radical, mas sim com medidas paliativas e estritamente agronômicas, sem levar em conta todas as dimensões que estão imbricadas à sustentabilidade quando seguimos os caminhos mostrados pelo que muitos autores e pesquisadores vem chamando “Revolução Verde Verde”.

A agricultura familiar que, no Rio Grande do Sul é responsável pela maior parte da produção de alimentos necessita contar com um serviço de assistência técnica custeado pelo Estado. Frete seu baixo poder aquisitivo gerasse a impossibilidade de contratar um serviço privado o que justifica ser imperativo o poder público repensar a postura que vem adotando de diminuir cada vez mais os recursos para esse setor e até sugerir o “custo compartilhado”, no qual os agricultores teriam que ajudar a pagar pelo trabalho dos técnicos da extensão rural.

Os agricultores que participaram desta pesquisa conosco, nos afirmaram sempre que *não recebemos assistência técnica, estamos abandonados por todos. Relatam-nos também que os agrônomos da EMATER e da EMBRAPA só ficam lá no gabinete e não visitam ninguém, não se preocupam com os agricultores.* A assistência técnica na Quitéria está por conta, como já falamos, dos vendedores de remédios *que ensinam a cuidar das plantas e a curar as doenças*, enquanto empobrecem cada vez mais o solo, gerando desequilíbrios ecológicos e colocando em risco a saúde dos agricultores e dos consumidores.

Uma assistência técnica pública precisa inverter essa lógica, da mesma forma que a visão presente no meio rural de que *nós (os agricultores) não sabemos, por isso precisamos do apoio da EMATER, que nos ensine.* Na verdade, a extensão rural, como é chamada esse tipo de política pública, deve atuar muito mais como mediadora, provocadora e educadora. Os seus agentes têm de estar dispostos a dialogar, em um processo que é essencialmente educador ambiental. O papel da educação ambiental, em nosso entender, é se ocupar em mostrar o quanto cada um pode, a um só tempo, ensinar e aprender; é fazer com que

entendamos a nossa responsabilidade na construção de uma sociedade ambiental e socialmente justa e solidária, na qual, todos possam ouvir e ser ouvidos, enquanto construtores de seu mundo e de sua história, reconhecendo que o ser humano não é um depositário pacífico de conhecimentos, possível de ser moldado, mas que forja sua existência nas relações que estabelece porque ele é:

um ser racional e irracional, capaz de medida e de desmedida, sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade, é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático, é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio, é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela, que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia, que é possuído pelos deuses e pelas Idéias, mas que duvida dos deuses e critica as Idéias; nutre-se dos conhecimentos aprovados, mas também de ilusões e quimeras (Morin, 2002, p.59)

Se não partimos dessa condição humana, que temos apresentado durante toda esta dissertação, levando em conta que o homem é um ser histórico, não será possível a transição agroecológica nem a superação da crise socioambiental, visto que temos que partir do entendimento das particularidades das mulheres e dos homens do campo, seres condicionados e não determinados. Então, não podemos pensar no trabalho da extensão rural como processo homogêneo, livre de conflitos e de resistências, mas como espaço dialógico de discussão e mudança de práticas de forma consciente, não opressora, mas acessível a todos como serviço público que é.

A assistência técnica tem que cuidar das questões ambientais, bem como da inclusão social, por meio de ações educativas de médio e de longo prazos. Ações de saúde coletiva, possibilidades de industrialização caseira de produtos agrícolas, saneamento básico e qualidade da água terão que ser pautas de ação da extensão rural pública, dentro de uma abordagem que toma em consideração a complexidade da vida de mulheres e homens que não pode ser fragmentada, compartimentada ou dividida.

A extensão rural comprometida com a transformação social é denominada “Extensão Rural Agroecológica” por Francisco Caporal, em oposição a Extensão Rural Convencional. No quadro abaixo procuramos fazer a diferenciação entre esses dois tipos:

Extensão Rural Convencional e Agroecológica: disparidades

Indicadores	Extensão rural Convencional	Extensão rural Agroecológica
<i>Bases teóricas e ideológicas</i>	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar, importado dos países mais ricos.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses, acostumados com a extensão rural convencional que traz um pacote completo de informações e procedimentos.
<i>Principais objetivos</i>	Econômico. Incremento de renda e bem-estar mediante a transferência de tecnologias, geralmente para os agricultores que tem maior poder aquisitivo. Aumento de produção e produtividade.	Ecosocial. Busca de estilos de desenvolvimento social e economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida, levando em conta a complexidade da vida e a proteção ao meio ambiente.
<i>Compreensão sobre meio ambiente</i>	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas conservacionistas.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
<i>Compreensão sobre a agricultura</i>	Aplicação de técnicas e táticas agrícolas. Simplificação, fragmentação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.

<i>Lógica para a agricultura sustentável</i>	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais, é o que muitos chamam Revolução Verde Verde.	Orientação pelos princípios da Agroecologia. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e às diferentes culturas preocupação com o respeito às experiências de todos os envolvidos.
<i>Metodologia</i>	É voltada para transferência de informações e assistência técnica. Participação funcional dos beneficiários, que não dialogam, apenas ouvem e executam.	Para recuperação e síntese do conhecimento local que antes era deixado de lado e a construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
<i>Comunicação</i>	De cima para baixo, há uma fonte a um receptor, que no caso é a agricultora e o agricultor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de negociação e construção coletiva de conhecimentos.
<i>Educação</i>	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir a mudança social conservadora.	Democrática e participativa. Processo dialógico. Aumentar o poder dos agricultores para que decidam.
<i>Papel do agente</i>	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assistente técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas

Tabela 07

Fonte: Baseado em quadro apresentado por Caporal, (1998)

Podemos dizer que o trabalho da extensão rural agroecológica exige a busca de uma melhor qualidade de vida de todos, além da

massificação de processos produtivos capazes de garantir, no decorrer do tempo a produção de biomassa, de animais e de outros bens de uso, mantendo a capacidade de renovação dos agroecossistemas, isto é, sem comprometer a base dos recursos naturais. Portanto, sem qualquer dúvida, propugna-se por avanços em rumo frontalmente oposto àquele que está associado aos pacotes da Revolução Verde. (Caporal, 2006, p. 20)

Dispor-se a trabalhar nesse enfoque implica reconhecer que não existem receitas prontas e uniformes, pois cada sistema agrícola é único, assim como, cada cultura, o que torna imperioso ter distintos processos de intervenção, que partam do conhecimento da realidade local. Os aspectos culturais e socioeconômicos próprios de cada realidade são fundamentais e devem fazer parte das preocupações dos extensionistas rurais, posto que a Assistência Rural Agroecológica é um processo educativo e transformador

baseado em metodologias de investigação – ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhe permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. (Caporal, 1998, p. 154)

Os saberes dos agricultores são essenciais, por isso, é importante se investir em ações educativas coletivas, ou seja, na participação de todos como sujeitos construtores de mudanças significativas em suas vidas. Nesse sentido, são muito importantes as associações e cooperativas, enquanto, espaço de concretização de ações transformadoras. Ações conjuntas, indubitavelmente, tem possibilidades maiores de êxito, por isso, é fundamental a união de sindicatos, EMATER, a construção de uma Cooperativa, o interesse de órgãos governamentais, bem como das instituições da própria comunidade sejam religiosas sejam esportivas como é muito comum no interior da cidade do Rio Grande.

Não podemos pensar a Quitéria de forma isolada, da mesma forma que não podemos deixar de lado suas particularidade, por isso, diante de tudo o que apontamos inicialmente com relação ao papel da Assistência Rural Agroecológica, há algumas questões que precisamos pontuar acerca dessa temática.

A par de todas as dificuldades que os agricultores percebem relacionadas ao controle de pragas e insus, um dos pontos que mais chama atenção, que somente será superado por meio de um processo educativo e conscientizador é o individualismo muito arraigado nos pequenos produtores da Quitéria: *a competição é muito séria, por que aqui um só pensa em si e não pensa no outro, é impossível a gente trabalhar junto, uns até querem, mas a maioria só*

pensa em si mesmo. Romper com esse modelo de desenvolvimento que os agricultores carregam – pautado na competição e na intensificação da produção apenas em sua propriedade para ter mais que outrem – é tarefa imprescindível para a transição Agroecológica e deverá ser efetivada em conjunto, destacando o importante serviço que pode ser prestado pela EMATER.

A assistência técnica, como política pública, imperativamente, precisa ser incentivada. É imprescindível a aposta na ação organizada de todos os setores sociais, aproveitando os espaços de convívio já estabelecidos. No caso da Quitéria, acreditamos que reuniões e encontros, aproveitando os espaços de convívio já estabelecidos, como a igreja e o salão, envolvendo todos os setores que já falamos, podem ser um bom começo para a discussão dos limites da agricultura convencional e as possibilidades da agricultura sustentável, além de oportunizarem a ascensão de um sentimento de pertencimento e de importância em cada agricultor que, hoje em dia, pensa que seu trabalho está *desvalorizado, as pessoas não sabem o trabalho que dá agricultura, querem comparar as coisas barato, mas não sabem as despesas que dá*. (...) *O agricultor está abandonado, ninguém se importa com ele*.

A transição agroecológica é um processo no qual todos são protagonistas. Temos que ouvir o que tem a dizer as agricultoras e os agricultores, suas utopias precisam ser resgatadas. Não há uma receita pronta para isso, mas entender que toda mudança precisa ser coletivamente construída, que envolve erros e acertos, contradições e dúvidas, que o caminho se faz caminhando, é um bom começo.

Não temos a pretensão de apontar soluções, que seriam mágicas e ilusórias, pois não estariam calcadas nas condições concretas que temos. Queríamos entender como a educação ambiental podia contribuir para a transição agroecológica, e nesse sentido, hoje, mais do que antes, sabemos o quanto ela é necessária e o quanto não podemos pensar em mudanças que não sejam as construídas coletivamente, sem opressão ou imposição, sem ter como baliza os seus fundamentos. É isso o que queremos mostrar neste trabalho, que tenta modestamente dar uma contribuição ao debate em torno da agricultura sustentável, entendendo os limites de nossa análise.

Quando falamos da importância da extensão rural, temos que deixar claro que não podemos aceitar que esta sirva para a manipulação, por meio de um saber técnico que os agricultores não detêm, embora possuam outros tantos que, muitas vezes, não são valorizados. A educação ambiental, por isso, tem como função a *“busca do elo perdido entre a tecnologia e o respeito à natureza”*, da mesma forma que *“o reconhecimento do seu lugar e de si mesmo, de forma crítica é um dos atributos da educação ambiental”* (Ruscheinsky e Costa, 2002,

p.87) que tem compromisso com o respeito à diversidade, a vida, que quer potencializar a cidadania enquanto conquista. A extensão rural conjuntamente com a educação ambiental deve:

reafirmar, articular e fortalecer a atuação dos trabalhadores como pesquisadores de seu próprio porvir, como atentos observadores dos elementos da natureza e suas respectivas relações. Nesse percurso o compromisso com os destinos da ampliação da educação ambiental apresenta-se em uma perspectiva fundamental, especialmente na sua característica de coletividade e interdisciplinaridade (Ruscheinsky e Costa, 2002, p.86)

Solidariedade, interdisciplinaridade, coletividade e união são idéias e valores que urgem perpassar todos os momentos de nossa prática, rumo a transição a uma agricultura sustentável. Para além das técnicas de cultivo respeitadoras da natureza, a educação ambiental nos auxilia a não perder de vista que é preciso pensar a situação econômica, social e política, mostrando que vivemos em uma sociedade desigual, na qual nenhuma mudança setorial será suficiente, ainda que necessária para a superação da crise socioambiental, e assim, da agricultura convencional.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Chegamos ao final da escrita desta dissertação, com a certeza de que nossa luta está apenas começando e não poderá ser, por nós, travada isoladamente. Chegamos ao final desta dissertação confiantes no poder transformador que tem a educação, porque acreditamos que as pessoas que conosco compartilham este mundo estão em constante processo de aprendizagem, de mudança, de transformação. Acreditamos que o mundo e nossa história não estão determinados, posto que assim, como nosso passado foi construído por nossas escolhas, também o será o nosso futuro um campo aberto de possibilidades.

Temos fé nos saberes e na capacidade de superação que traz consigo cada mulher e cada homem que vive no campo, não só na Quitéria, cenário desta dissertação, mas em todos os cantos desse mundo, onde ainda se acredita e se sonha-se com um destino melhor para a agricultura, com uma vida menos sofrida, menos sacrificante e mais feliz.

Muito aprendemos durante estes dois anos em que desenvolvemos este estudo, conhecemos e aprofundamos nossos laços com pessoas, cujos ensinamentos vão nos acompanhar por toda a nossa vida. Sabemos que poderíamos ter tomado outros caminhos que, ao longo do tempo, no decorrer de nossa história fazemos escolhas que condicionam o nosso futuro e, no caso de uma dissertação condicionam o lugar do ponto final.

Dentre todas as possibilidades metodológicas que tínhamos, optamos por construir a metodologia ao passo que avançava a pesquisa, pois para nós ela não é algo estanque, mas se move no espaço e no tempo em que vamos produzindo novos conhecimentos, que vamos nos emaranhando na pesquisa, para fazer emergir as nossas verdades, que não podem ser totalizantes, reducionistas ou sectárias.

Aprendemos muito sobre a Quitéria. Partimos de um outro olhar que não era mais só o de moradora apaixonada e preocupada com os perigos que os agrotóxicos trazem a saúde dos

agricultores, as vidas que são perdidas sem que se reconheça, em muitos casos, a ligação das práticas da agricultura convencional, às doenças que acometem muitos dos trabalhadores rurais.

Nosso olhar sistemático de pesquisadora fez ver para além do que se mostrava e entender que, atrelado a todo o problema de saúde, está a questão ambiental, a destruição que os agrotóxicos e os adubos químicos trazem ao agro-ecossistema. Também a insustentabilidade econômica da agricultura convencional que cada vez mais atrela os agricultores aos sistemas de financiamento, roubando sua autonomia e os saberes que cada mulher e cada homem porta, no que tange à vida dos solos, aos ciclos das plantas e à ciência da reprodução de sementes tradicionais, produzidas na própria chácara.

A boniteza da Quitéria está justamente nas contradições que apresenta, na humanidade de cada um de seus moradores que, como seres humanos, são capazes de procurar outros caminhos, de mudar, desde que entendam a necessidade disso, desde que juntos consigamos convencê-los e estar convencidos da importância de se superar a agricultura convencional. Construindo, dessa forma, um outro patamar de relação entre os homens e a natureza que não o de exploração e destruição, mas regido pela preservação/regeneração dos recursos naturais e da própria vida, o que chamamos aqui, agricultura convencional.

Vamos tentar nestas considerações finais - que encerram apenas esta dissertação, mas não o nosso trabalho e a constante interação com a comunidade e a tentativa de inquietar seus moradores para que percebam a necessidade de procurar outros caminhos – mostrar o que pudemos perceber a partir dos objetivos iniciais da pesquisa, aquelas dúvidas que nos inquietaram, angustiaram, persuadiram e condicionaram nossa busca.

Queríamos entender o que sustentava a agricultura convencional praticada na Quitéria e, para isso, sabíamos que teríamos que resgatar aspectos da introdução do Pacote Tecnológico da Revolução Verde na localidade, para poder entender como se forjou uma prática agrícola cara e intensiva, em pequenas propriedades, que antes praticavam uma agricultura extremamente artesanal e, baseada na mão-de-obra familiar, ao invés da mecanização como se seguiu.

Percebemos o peso que tem o saber técnico e científico sobre o saber popular, o quanto a ciência pode oprimir aqueles e aquelas que pensam que nada sabem porque muito pouco frequentaram os bancos escolares.

Quando a assistência técnica e os revendedores de produtos químicos chegaram à Quitéria, a aproximadamente vinte anos, acreditavam-se portadores de um saber que iria mudar a vida das pessoas: *eles diziam que a agricultura nunca mais seria a mesma, que a*

produção iria aumentar e a gente ia melhorar muito de vida. Os agricultores começaram a fazer uso de uma série de produtos, muitos deles preventivos, porém, que geravam muitos desequilíbrios nas lavouras. A mecanização da produção e a grande quantidade de dinheiro empregada levaram muitos agricultores à falência porque não há como cobrir os gastos da produção. O agricultor familiar perde até sua autonomia na administração da propriedade e não decide os rumos de suas plantações. Segue orientações de terceiros que, *sempre bem vestidos e simpáticos* parecem confiáveis, mas representam interesses diversos aos dos trabalhadores rurais.

Não ocorre de forma instantânea a implantação da agricultura convencional, mas aos poucos os órgãos de assistência técnica e os *revendedores de remédios* ganharam a confiança dos agricultores que gostavam de receber visitas, de mostrar suas plantas e de conversar sobre os avanços que vinha tendo a agricultura em todo o mundo. A relação com o ambiente muda, mas percebemos que ocorre também uma mudança na relação entre os próprios agricultores. A competição e o individualismo se tornam muito maiores, muito mais fortes e solapam a solidariedade, a ajuda mútua e o companheirismo.

Antes a agricultura estava muito mais ligada a uma íntima relação entre os homens e a natureza, principalmente, em função do trabalho manual. A mecanização que reduz o contato direto com a terra passando a ser intermediado por tratores, máquinas de venenos e a terceirização da mão-de-obra gera um distanciamento abissal entre o homem e a natureza.

É este distanciamento que aprofunda cada dia mais a crise socioambiental que vivemos. A relação entre homem/ambiente é cada vez mais de uso e de exploração, os laços de dependência e de pertencimento são perdidos, a dominação do ser humano sobre os recursos naturais ameaça a nossa própria existência. Não é uma problemática vivenciada, apenas, no que concerne a agricultura, mas a todas as atividades econômicas e a todas as relações sociais que enfrentam problemas de ordem complexa, polidisciplinares, transversais e multidimensionais.

Não basta pensar apenas os agricultores convencionais de forma isolada e compartimentada, é vital refletir sobre a participação que devem ter todos os atores sociais para a efetiva transição agroecológica, que implica pensar em formas de viver sustentáveis, que não ponham em risco a nossa existência como espécie.

Além de compreender como se forjou a sustentação a agricultura convencional, objetivávamos entender o que os agricultores da Quitéria achavam da agricultura sustentável e por que nunca buscaram esse caminho. Percebemos que há uma visão muito reducionista da temática, visto que as manifestações mais frequentes foram as de pessoas que acreditavam

que a agricultura sustentável é apenas plantar sem usar venenos. Isso fica ainda mais claro quando relembremos as falas que dão conta do grande desafio que se configura o controle de pragas e gramíneas, sem abarcar as outras dimensões da questão como os riscos à saúde e o alto custo da agricultura convencional.

Os agricultores percebem uma série de limites em relação ao processo de transição agroecológica. Tentamos sistematizá-las, mostrando o interligamento entre as diversas barreiras que os produtores divisam para se alcançar a agricultura sustentável. Julgamos que as cooperativas e as associações têm um papel fundamental para a superação da agricultura convencional, porém acreditamos que elas deveriam funcionar como um espaço de diálogo, de construção de saberes e experiências que apontem para o resgate da solidariedade e da união entre os produtores para que esses possam entender que *sozinho ninguém chega a lugar nenhum, temos que nos unir*.

Não é só para dar conta de problemas econômicos que as cooperativas se prestam, o fundamental é que elas atuem como espaço de câmbio e descoberta de outras possibilidades. Elas permitem a conexão entre os agricultores com diferentes projetos em andamento, facilitam a socialização de experiências que lograram êxito e alternativas que falharam, além de permitir aos agricultores a realização do trabalho coletivo, que para nós é fundamental.

A educação ambiental perpassa todos os momentos de uma transição agroecológica que não se pretenda opressora dos saberes de todos os envolvidos. Precisamos ter claros nossos objetivos e o que fundamenta a educação ambiental. Para nós essa deve ser crítica, participativa, emancipatória e comprometida com a efetiva transformação social. Não pode discutir apenas os problemas estritamente ambientais, mas a imbricação desses às outras dimensões da sustentabilidade seja a social, seja a política, seja a ética ou seja a cultural.

Defendemos que é vital respeitarmos as diferenças e os espaços do outro. Nosso conhecimento não deve servir nunca para impor nossa vontade sem diálogo, posto que, enquanto educadores ambientais críticos, não podemos aceitar mudanças que sejam impostas de “cima para baixo”, que não partam da realidade em que estamos inseridos.

Assim, quando pensamos na assistência técnica, que no Rio Grande do Sul é desenvolvida pela EMATER/ RS, acreditamos que essa precisa estar comprometida com a educação ambiental, pois seu trabalho não pode visar apenas à melhoria da situação econômica dos agricultores, mas à melhoria em sua qualidade de vida, a superação das formas de cultivo predatórias e o resgate da autoconfiança dos produtores rurais que estão cada dia mais descrentes do seu papel e de sua importância, sentindo-se abandonados e esquecidos.

A transição agroecológica somente será viável com a participação e a conscientização de todos: agricultores, consumidores, extensionistas, técnicos, pesquisadores, enfim, mulheres e homens que conosco compartilham este mundo e dispõem-se a lutar para que ele seja um lugar menos torpe e triste e mais harmonioso.

Não somos ingênuos a ponto de acreditar que a mudança de valores e formas de vivenciar o tempo presente e, assim, construir o futuro é algo fácil. Sabemos que muitos desafios serão enfrentados, sabemos que sozinhos será muito difícil lutar contra as amarras que nos prendem ao modo capitalista de produção que, a todo momento, nos inculca a necessidade de termos mais lucro, mais dinheiro, conseguido por meio da exploração dos recursos naturais por parte das mulheres e dos homens.

A educação ambiental precisa estar comprometida com os excluídos, os oprimidos, os esfarrapados do mundo. As políticas públicas que atendem aos trabalhadores rurais devem ser construídas, partindo do pressuposto de que há um modelo de agricultura que precisa ser superado, posto que tem levado os agricultores a uma situação econômica e social cada vez mais difícil, mais angustiante.

Partimos do estudo do caso da agricultura convencional praticada na Quitéria para tentar mostrar que não existem eventos soltos no mundo, nenhum fato ou acontecimento é livre de uma história, de um porquê muito forte de existir. Esta dissertação que encerramos, por ora, é fruto de inquietações que, desde a muito tempo, têm nos acompanhado. Hoje podemos olhar de uma maneira diferente para as problemáticas que, cotidianamente, nos rodeiam e afirmar que é possível superá-las.

Sabemos que podemos contribuir para isso, mas, não isoladamente, precisamos da união de outros setores sociais, precisamos construir junto com as mulheres e os homens da Quitéria a agricultura sustentável. Para isso todos precisam estar convencidos da imperatividade da transição, esse é o primeiro passo que propomos agora que sabemos que muitos agricultores ainda têm dificuldades para enxergar os riscos e as fragilidades da agricultura convencional e acreditam, por exemplo, que se usados de forma adequada os agrotóxicos não fazem mal algum.

É vital sobrepujar o sentimento de individuação e de competição que têm tomado conta dos agricultores, levando-os a verem seus vizinhos como adversários na busca de melhores mercados para seus produtos.

A agricultura sustentável, por que parte dos fundamentos da educação ambiental e a tem como extremas, não pode estar ligada a práticas e vivências de dominação e de opressão. Não pode pensar unicamente em alcançar uma melhor forma de competir no mercado ou a

produção de produtos a um custo mais baixo, porque ela está comprometida é com a solidariedade, a vida e a esperança na possibilidade de construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitadora das vozes e saberes de todos.

Encerramos esta dissertação, recordando aquilo que nos serviu em algum momento deste texto de epigrafe:

“A utopia esta lá no horizonte. Me aproximo dois passos ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para que eu nunca deixe de caminhar”

(Eduardo Galeano)

Enquanto ainda no céu permanecerem as estrelas, para nós haverá esperança. Enquanto houver por esse mundo afora mulheres e homens vivendo em situação de miséria, sendo explorados no campo e na cidade, continuaremos acreditando que é preciso lutar para suplantar a injustiça e a desigualdade. Não nos acomodaremos enquanto a riqueza estiver acumulada nas mãos de poucos e a miséria na de muitos, enquanto, irracionalmente, usarmos os recursos naturais não renováveis, dizendo que o avanço da tecnologia resolverá também esses problemas. A agricultura convencional é mais uma face da crise socioambiental, não é a única e, somente, quando atentarmos para a complexidade e as possibilidades de nosso tempo presente poderemos construir um futuro melhor, no qual todos possam não apenas ter o que comer e onde morar, mas que possam ter sonhos e esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social?. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio (org) *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 88-101.

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 1982.

ANDREOLA, Balduino Antônio. Grito de Mãe. IN: HENZ, Celso; GHIGGI, Gomercindo (org). *Memórias e sonhos do educador: homenagem a Balduino Antônio Andreola*. Santa Maria, 2005.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. Brasília: MMA/Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio – Hoje Tantos anos depois... IN: SOUZA, Ana Inês (org). *Paulo Freire: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.07-20.

BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Agricultura e políticas socioambientais rurais. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 62-78.

CALLONI, Humberto. A educação e seus impasses: um olhar a partir da noção de pós-modernidade. IN: LAMPERT, Ernani. *Pós- Modernidade e Conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano*. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 49-76.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. IN: Tedesco (org). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2001, p.317-335.

CAPORAL, F. R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul*. 1998. 517f. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 46-61

CARVALHO, Edgar de Assis; MENDONÇA, Terezinha (org). *Ensaio de Complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CASTELNOU, Antônio; FLORIANI, Dimas; VARGAS; Icléia e DIAS, Janice. *Sustentabilidade e Diálogo de Saberes: o Pantanal Mato-grossense e seu espaço vernáculo como referência*. IN: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná: UFPR, jan/jun 2003, n. 7, p. 41-67.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Massacre da Natureza*. São Paulo: Editora Moderna, 1989.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. A Construção do Projeto de Pesquisa. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 31-50.

DUARTE, Laura Maria Goulart. O sonho refeito: dos socialistas utópicos à utopia do cooperativismo ambiental no Brasil. IN: PORTO, Maria Stela Grossi (org). *Politicando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 127-148.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. IN: VERDUM, R e outros. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001, p. 233-246.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GALIAZZI, Maria do Carmo. Diálogos com a teoria. IN: Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed, Unijuí, 2003. (Coleção educação em química), p.83-106.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Um Novo Mundo é Possível: Dez boas razões para educar pela paz, praticar a tolerância, promover o diálogo enter – religioso, ser solidário, promover os direitos humanos*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

JACOBI, Pedro. Participação. IN: FERRARO JUNIOR (org), *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/DEA, 2005, p. 231-236.

JEAN, Bruno. *A Formação Social da Agricultura Familiar Contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna*. IN: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994, p. 51-75.

LENZ, Matias Martinho. Conflito de identidade dos assentados de reforma agrária. IN RUSCHEINSKY, Aloísio (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 118- 136.

LIMA, Antônio Luiz de. *Guerra e Fome no Discurso da American International Association (AIA)*. IN: **Revista Economia Rural**. Viçosa (MG): ano 9, número 4, outubro/dezembro de 1998, p. 17-20.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. *Alteridade*. IN: FERRARO JUNIOR (org), *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA./ DEA, 2005, p. 29-35.

MARCHESAN, Jairo. *A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)*. Ijuí: editora da Unijuí, 2003.

MARQUES, Mário Osório Marques. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

MATTEI, Lauro. *Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepções, Abrangência e Limites Observados. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Belém – Pará 19 a 23 de março de 2001.

MELLO, Marco. *Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto*. Porto Alegre: Ed. Isís, Diálogo – pesquisa e Assessoria em educação popular, IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

MORAES, Roque. *No ponto final a clareza do ponto de interrogação inicial: a construção do objeto de uma pesquisa qualitativa*, 2005 (no prelo).

_____. *Mergulhos Discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos*. IN: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (org). *Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 85-114.

MORIN, Edgar. *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *A Cabeça bem feita: reformar a reforma, reformar o pensamento*. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000 (série nova consciência)

_____. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 6 ed. São Paulo: Cortes, 2002.

_____. *Para além da Globalização e do desenvolvimento: Sociedade mundo ou império mundo?* IN: CARVALHO, Edgar de Assis e MENDONÇA, Terezinha (org). *Ensaio de Complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 7-20.

_____. *O Método 1: da natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra- Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 51-66.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. *Educação Ambiental: uma possível abordagem*. 2. ed. Brasília: Editora IBAMA, 2002.

PASSOS, Luiz Augusto e SATO, Michele. Estética da Carta da Terra: pelo prazer de (na tensividade) con-viver com a diversidade!. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio (org). *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.15-36.

PELLIZZOLI, Marcelo. *Correntes da Ética Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*. Petrópolis: Vozes, 1998.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 1996

REIGOTA, Marcos. *Meio Ambiente e Representação Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. IN: _____. (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004a, p.15-33.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Movimento Social: Entre a tradição e o ecológico. IN: _____. (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004b, p.102-117.

RUSCHEINSKY, Aloísio; VARGAS, Sérgio Hiandui Nunes de. Agroecologia e reforma agrária: interação possível e necessária. IN: _____.(org). *Educação Ambiental: Abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 127- 142

RUSCHEINSKY, Aloísio; LOBO, Adriane Lobo. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. IN:_____(org). *Educação Ambiental: Abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.p.73-90

SÁ, Laís Mourão. *Pertencimento*. IN: FERRARO JUNIOR (org), *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA./ DEA, 2005 p. 245-256.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre a Ciência*. Porto: Afrontamentos, 1996.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. *Previdência Rural e suas interações com a sociedade local: impactos territoriais em São José do Norte –RS*. Porto Alegre:UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós- Graduação em Geografia), Porto Alegre: UFRGS, 2006, 331f.

SARAMAGO, José. *Poemas Possíveis*. Lisboa: Editora Caminho, 1981.

SERRANO, Ondara. *Juventude, Cidadania e Meio Ambiente*. IN: Brasil. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental .Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação- Brasília: Unesco, 2006.

SILVA, J. Graziano. *O novo rural brasileiro*. São Paulo: IE/UNICAMP, 2002.

SILVA, O. H. da. *Agricultura Familiar: diversidade e adaptabilidade*. Revista Sociologia e Política. Curitiba, junho 1999. p. 161-167

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TREVISOL, Jóviles. *A Educação Ambiental em uma sociedade de risco*. Joaçaba: Editora UNOESC, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. IN: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná: Editora da UFPR, n 2. Julho/dezembro de 2000, p. 29-37.

_____. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. IN: TEDESCO, João Carlos. (org). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p. 21-56.

YUNES, Elyana, *Poiesis*. IN: CARVALHO, Edgar de Assis e MENDONÇA, Terezinha (org). *Ensaio de Complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 276-283.

ZAMBELAM, Jurandir & FRONCCHETI, Alceu. *Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Fontes Primárias:

ABRAMOVAY, Ricardo. *A agricultura na contramão*. IN: Gazeta Mercantil, São Paulo. Dez de janeiro de dois mil e um. p. A3.

CORREIO RIOGRANDENSE. Caxias do Sul - RS. Ano 98, número 4. Vinte e seis de junho de dois mil e seis.

Fontes Eletrônicas:

ANDRIOLE. Utopia e Realidade. IN: **Revista Espaço Acadêmico**. Número 56, ano V, publicação mensal, janeiro de 2006. Disponível em [http: / www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Último acesso em 25/01/2006, p- 01-03.

CAPORAL, Francisco. *Superando a Revolução verde: A transição ecológica no estado do Rio Grande do Sul*. 2003. IN: <http://www.emater.tche.br/bibliotecavirtual>. Último acesso em 22//126/2005, p. 01-58.

CAPORAL, Francisco. *Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar*. 2006. IN: <http://www.emater.tche.br/bibliotecavirtual>. Último acesso em 25/06/2006, p. 01-75.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar*. 2004. IN: <http://www.agroecologia.uema.org.br/publicações> Último acesso em 14/11/2006, p. 01-56.

WOLFF, Luis Fernando. *Agricultura Ecológica: agricultura sustentável e sistemas ecológicos de cultivo*. 2005. IN: <http://www.agirazul.com.br/wolff.htm>. Último acesso em 12/04/2005

ANEXOS

Roteiro para entrevista semi-estruturada:

1. Dados de identificação:
2. Quanto tempo mora na Quitéria e que mudanças vê na localidade ao longo do tempo:
3. Escolaridade: quanto tempo estudou e por que parou de estudar:
4. Com quantos anos começou a trabalhar na agricultura e que atividades já desenvolveu fora dela:
5. Vantagens e desvantagens que vê na monocultura e na policultura:
6. Mudanças que vê na agricultura ao longo do tempo:
7. Forma que comercializa os produtos:
8. Uso de adubos químicos e agrotóxicos na produção:
9. Forma como entende os agrotóxicos e adubos químicos na produção:
10. Assistência técnica na produção:
11. Visão sobre a agricultura sustentável:
12. Experiências com cooperativas e associações:
13. Forma como as percebe:
14. Melhorias necessárias à agricultura:
15. Empréstimos bancários:
16. Políticas públicas: